

ROSANA ZAFALON

**DESENVOLVIMENTO RURAL E O PROGRAMA VILAS RURAIS:
ESTUDO DE CASO DA VILA RURAL POVO IRMÃO
EM JAPIRA - PR**

CURITIBA

2013

ROSANA ZAFALON

**DESENVOLVIMENTO RURAL E O PROGRAMA VILAS RURAIS:
ESTUDO DE CASO DA VILA RURAL POVO IRMÃO
EM JAPIRA - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Regional, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof . Dr. Luis Lopes Diniz Filho.

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSANA ZAFALON

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Regional, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

Orientador – Departamento de Geografia, UFPR

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez

Departamento de Geografia, UFPR

Prof. Dr. Sergio Fajardo

Departamento de Geografia, Unicentro

Curitiba, 23 de julho de 2013.

A meus pais, que com tanto amor e sacrifícios me apoiaram na luta pela realização dos meus sonhos.

À memória de minha avó Teresa Zafalon, cuja bondade e dedicação estão guardados em meu coração.

AGRADECIMENTOS

À toda a minha família, que sempre acreditou e torceu pelo meu sucesso.

Ao professor Dr. Luis Lopes Diniz Filho, por ser um exemplo profissional, me inspirando por seu conhecimento, ética e compromisso com a educação.

Ao meu primo Guto Zafalon e a minha grande amiga Leila M. B. de Magalhães, que sempre me incentivaram a prosseguir na formação profissional.

Aos meus amigos e colegas de trabalho do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro, por dividirem comigo momentos de angústias e de alegrias na missão de educar.

Ao meu Namorado Adriano, pela compreensão e companheirismo em tantos momentos difíceis.

À minha querida mãe, Regina Zafalon, pelo imenso amor que me dedica.

Ao meu pai, Gilberto Zafalon, por, mais uma vez, ter me acompanhado no trabalho de campo.

A todos os moradores da Vila Rural Povo Irmão que com tanta disponibilidade me receberam.

A todos o meu agradecimento.

*A tempestade vai passar
Pois sobre as ondas confiante andarei
Tribulações, vencerei
As aflições superarei
Deus prove
Eu sei que proverá*

Padre Reginaldo Manzotti

RESUMO

As políticas de desenvolvimento rural, inicialmente, tinham enfoque centrado na modernização agrícola. Posteriormente, especialmente dos anos 90 em diante, surgiram abordagens do desenvolvimento rural que enfatizam a multidimensionalidade desse fenômeno e a importância da categoria "território". Novas temáticas foram introduzidas, a fim de se adequar às políticas de desenvolvimento rural, às transformações pelas quais esse meio tem passado, tais como o aumento da pluriatividade e das atividades não agrícolas. É nesse contexto que, na segunda metade da década de 1990, se implanta o Programa Vilas Rurais, resultado da parceria entre o governo do estado do Paraná e o Banco Mundial. O Programa Vilas Rurais tinha por objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais volantes facilitando a aquisição de um lote de terras e de moradia. Acreditava-se que através das vilas rurais, os trabalhadores rurais poderiam adotar novas estratégias de geração de renda, principalmente através da pluriatividade. Diversas pesquisas foram realizadas e aspectos positivos e negativos desse programa foram levantados. Certos estudos demonstram que houve melhoria das condições de habitação e de saúde dos vilanços, no entanto, a elevação da renda foi pouco expressiva na maior parte dos casos. Na Vila Rural Povo Irmão, localizada no município de Japira, observou-se que seus moradores conseguiram melhorar suas condições de vida, especialmente em relação a aquisição da casa própria. Já em termos de renda, verificou-se que não ocorreu um aumento significativo. Para melhorar a renda das famílias é necessário que se promova a capacitação dos agricultores através de serviços de assistência técnica, possibilitando, desse modo, a adequada exploração agrícola dos lotes. O Programa Vilas Rurais não é um programa de reforma agrária, mas pode trazer resultados positivos para os trabalhadores rurais que não se encaixariam em um programa tradicional de reforma agrária, por não desejarem viver somente da exploração agrícola. No caso do município de Japira, um estudo comparativo mostra que o Programa Vilas Rurais foi mais eficaz que o programa de reforma agrária, pois os moradores da Vila Povo Irmão e do Assentamento Marimbondó apresentam condições sociais e econômicas semelhantes. No entanto, o Programa Vilas Rurais requer menores investimentos e ainda constitui uma via não conflitiva para melhorar as condições de vida no campo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento rural. Pluriatividade. Vilas rurais. Reforma agrária.

ABSTRACT

Initially, the rural development policies had an agricultural modernization approach. Later, especially from the 90's onwards, rural development approaches emphasizing the multidimensionality of this phenomenon and the importance of the "territory" category emerged. New subjects were introduced in order to fit the rural development policies and the changes that it has passed through, such as increased pluriactivity and non-agricultural activities. It is under this context that in the second half of the 1990s, the Programa Vilas Rurais program is implemented, a result of a partnership between the government of the State of Paraná and the World Bank. The rural villages program aimed at improving the living conditions of rural workers, enabling easy purchase of a plot of land and housing. It was believed that through the rural villages, rural workers could adopt new strategies to generate income, mainly through pluriactivity. Several studies have been conducted and positive and negative aspects of this program were raised. Some studies show that there was an improvement of housing conditions and health of villagers; however, the income increase was not significant in most cases. In the Povo Irmão rural village, located in the municipality of Japira, it was noted that they were able to improve their living conditions, particularly in relation to home ownership. In terms of income, it was found that there hasn't been a significant increase. To improve household income, it is necessary to promote the qualification of the farmers through technical assistance, thus enabling proper farming of the plots. The Programa Vilas Rurais is not a land reform program, but can bring positive outcomes for rural workers who would not fit in a traditional reform program because they don't want to live just on farming. In the case of the municipality of Japira, a comparative study shows that the Programa Vilas Rurais was more effective than the land reform program, since the residents of the Povo Irmão village and Marimbondo settlement have similar social and economic conditions. Yet, the program requires less investment and is still a non-conflicting way to improve living conditions in the countryside.

Keywords: Development. Rural development. Pluriactivity. Vilas rurais (Rural villages). Land reform.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – BAnco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ORNA – Ocupação Rural Não Agrícola
PA – Projeto de Assentamento
PIB – Produto Interno Bruto
PEA – População Economicamente Ativa
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SECR – Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família
SEED – Secretaria de Estado de Educação
SERT – Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SESA – Secretaria de Estado da Saúde

SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e
Saneamento Ambiental

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA	85
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DA VILA RURAL POVO IRMÃO	86
FIGURA 3 – ÁREA DA VILA RURAL POVO IRMÃO	87
FIGURA 4 – GALPÃO DA VILA	88
FIGURA 5 – IGREJA COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO ROCIO.....	89
FIGURA 6 – SALÃO COMUNITÁRIO.....	89
FIGURA 7 – GALPÃO DA MÁQUINA DE BENEFICIAMENTO DE CAFÉ	90
FIGURA 8 – ESTRADA DA VILA RURAL	91
FIGURA 9 – POÇO ARTESIANO DA VILA RURAL.....	91
FIGURA 10 – NASCENTE QUE ABASTECE A VILA RURAL	93
FIGURA 11 – BARRAGEM EM RIO PARA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA.....	93
FIGURA 12 – RESERVATÓRIO DE NASCENTE	95
FIGURA 13 – REPRESAS ABASTECIDAS POR NASCENTE	95
FIGURA 14 – RESERVATÓRIO DE NASCENTE EM PROPRIEDADE VIZINHA A VILA RURAL	96
FIGURA 15 – PLANTAÇÃO DE UVA NA VILA RURAL	109
FIGURA 16 – CRIAÇÃO DE GALINHAS NA VILA RURAL.....	112
FIGURA 17 – CASA ORIGINAL DA VILA RURAL	122
FIGURA 18 – CASA AMPLIADA DA VILA RURAL	123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS NA QUADRA 1.....	98
QUADRO 2 – BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS NA QUADRA 2.....	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PRINCIPAL DOS MEMBROS ATIVOS NAS VILAS RURAIS DO PARANÁ – 1999.....	81
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SALARIAL FAMILIAR PER CAPITA ENTRE OS MORADORES DAS VILAS RURAIS DO PARANÁ – 1999	81
TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA MASCULINA.....	99
TABELA 4 – FAIXA ETÁRIA FEMININA	100
TABELA 5 – ESCOLARIDADE MASCULINA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA.....	101
TABELA 6 – ESCOLARIDADE FEMININA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA	102
TABELA 7 – FORMAS DE OCUPAÇÃO MASCULINA	103
TABELA 8 – FORMAS DE OCUPAÇÃO FEMININA	104
TABELA 9 – PRESENÇA DE APOSENTADOS NAS FAMÍLIAS	106
TABELA 10 – PLURIATIVIDADE ENTRE AS FAMÍLIAS	106
TABELA 11 – EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NOS LOTES	107
TABELA 12 – ACESSO AO PRONAF - CUSTEIO AGRÍCOLA	110
TABELA 13 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS	112
TABELA 14 – RENDA FAMILIAR ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS.....	113
TABELA 15 – RENDA FAMILIAR APÓS A ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS	113
TABELA 16 – VALORES DECLARADOS QUANTO AO BENEFÍCIO RECEBIDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	114
TABELA 17 – FORMA DE AQUISIÇÃO DOS LOTES PELOS SEUS ATUAIS MORADORES	115
TABELA 18 – DATA E VALORES DECLARADOS QUANTO A COMPRA DOS LOTES.....	116
TABELA 19 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – GERAL.....	117
TABELA 20 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS.....	118

TABELA 21 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – MORADORES QUE COMPRARAM LOTES DOS BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS.....	118
TABELA 22 – MOTIVOS ALEGADOS PARA A ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS.....	120
TABELA 23 – MOTIVOS ALEGADOS PARA A ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – MORADORES QUE COMPRARAM LOTES DOS BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS.....	121
TABELA 24 – SITUAÇÃO DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO DA COHAPAR	122
TABELA 25 – FAMÍLIAS QUE AMPLIARAM SUA CASA NA VILA RURAL POVO IRMÃO	123
TABELA 26 – MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS – ITENS.	124
TABELA 27 – MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS – BENS .	125
TABELA 28 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA VILAS RURAIS.....	126
TABELA 29 – SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM O TAMANHO DO LOTE.....	126
TABELA 30 – PRETENSÃO DA FAMÍLIA.....	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	20
2.1 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: DO VIÉS REGIONAL À ABORDAGEM TERRITORIAL	20
2.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: OS DESAFIOS NO CENÁRIO NACIONAL.....	30
3 O NOVO RURAL E O PAPEL DA PLURIATIVIDADE	40
3.1 RURALIDADE: CARACTERÍSTICAS NO PASSADO E NO PRESENTE	40
3.2 AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS E A PLURIATIVIDADE NO CENÁRIO DO NOVO RURAL.....	49
4 O PROGRAMA VILAS RURAIS: ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E AVALIAÇÕES	62
5 ESTUDO DE CASO: A VIDA RURAL POVO IRMÃO	84
5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE JAPIRA.....	84
5.2 A VILA RURAL POVO IRMÃO: INFRAESTRUTURA	86
5.3 VILA RURAL POVO IRMÃO: CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS E EXPLORAÇÃO DOS LOTES.....	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE	141

1 INTRODUÇÃO

Um dos mais importantes objetos de estudo das ciências humanas tem sido a análise de políticas públicas, pois é inegável a necessidade de acompanhamento e avaliação das ações governamentais e de seus reflexos sobre o território.

Com o fortalecimento dos programas de desenvolvimento no período pós-guerra, esses estudos ganharam relevância e notoriedade, contribuindo para a compreensão dos impactos da implantação de projetos de desenvolvimento nos mais diversos meios. No âmbito desta pesquisa, a análise recairá sobre os projetos de desenvolvimento dirigidos ao espaço rural, utilizando-se, para tanto, de uma abordagem histórica e empírica apoiada na perspectiva do capitalismo agrário.

Durante muito tempo, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil estavam voltadas para a modernização e, nesse sentido, ligavam-se diretamente à produção agrícola. No entanto, com o passar do tempo, o meio rural sofreu alterações que, na atualidade, não mais permitem que esse espaço seja definido somente a partir de seu caráter agrícola. Essas novas dinâmicas do campo, associadas à grande diversidade do mundo rural brasileiro, torna ainda mais complexo o estabelecimento de políticas que contemplem adequadamente todos os segmentos sociais presentes nesse meio.

Considerando as novas características que se configuravam no rural, tornou-se necessário repensar as estratégias de promoção do desenvolvimento, de modo a contemplar as mudanças em processo. Assim, com o objetivo de atender esse novo cenário, valorizando o potencial da pluriatividade e das atividades não agrícolas de dinamizar o espaço rural, as Vilas Rurais foram criadas. Desse modo, esta pesquisa busca analisar os resultados do Programa Vilas Rurais, implantado na década de 1990 no estado do Paraná, e que, resumidamente, pode ser entendido como uma forma de assentamento alternativo às políticas de reforma agrária.

Muitas pesquisas já foram realizadas a respeito das Vilas Rurais, sendo que as maiores críticas a esse programa referem-se, justamente, a sua comparação com o modelo tradicional de reforma agrária. Os lotes de terra nas Vilas Rurais são muito menores que os lotes de um assentamento convencional, o que não permitiria a sobrevivência das famílias somente através da exploração agrícola. No entanto, é

certamente nesse que poderia ser entendido como o principal problema das Vilas Rurais que se encontra um de seus melhores atributos.

Um lote de terra pequeno estimula o vileiro a exercer outras atividades fora do seu estabelecimento, quer sejam agrícolas ou não agrícolas, abrindo, assim, novas possibilidades de geração de renda. Isso permite maior estabilidade econômica, dado o caráter sazonal de determinados cultivos, bem como as oscilações e intempéries a que estão sujeitas as atividades agrícolas, sejam elas de ordem natural ou econômica. A diversificação da renda familiar é, portanto, um importante meio para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, sendo que essa característica é melhor estimulada pelo Programa Vilas Rurais do que pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

Além desse aspecto, deve-se considerar também que nem todo trabalhador rural atende ao perfil que demandam os assentamentos de reforma agrária. Já não é mais incomum a presença de moradores rurais ocupados em atividades urbanas ou até mesmo em atividades não agrícolas no campo. Para esse grupo devem ser pensadas políticas alternativas, e o Programa Vilas Rurais se configura como uma forma viável para contemplar esses moradores rurais que, apesar de manterem a residência no campo, não desejam exercer somente atividades agrícolas.

Sendo assim, o Programa Vilas Rurais pode ser entendido como uma nova estratégia de desenvolvimento rural, dentro do grupo que Souza e Grossi (2000), apoiando-se em Silva (1999), chamam de “novas políticas” para o rural brasileiro. Essas novas políticas, além da preocupação com a geração de ocupação e renda, levariam em consideração a questão da interação entre o rural e o urbano, incorporando ainda os processos de industrialização e urbanização e o desenvolvimento agrícola e rural.

A avaliação do Programa Vilas Rurais apresentada nesta pesquisa será feita com base em dois tipos de estudos comparativos: uma comparação entre a pesquisa de campo na Vila Povo Irmão e os resultados de avaliações de conjunto feitas sobre o Programa Vilas Rurais, sobretudo a partir de dados levantados nas avaliações do Ipardes, e uma segunda comparação entre a Vila Povo Irmão e os resultados da pesquisa de campo realizada no PA Marimbondo, também localizado no município de Japira. Ressalta-se que o objetivo dessa segunda comparação não é fazer uma avaliação de conjunto sobre a Política Nacional de Reforma Agrária, mas apenas construir a hipótese, por meio da comparação de dois estudos de caso

realizados sobre essas políticas em um mesmo município, de que o Programa Vilas Rurais gera benefícios semelhantes em termos de renda e de qualidade de vida a um custo econômico e político muito menor.

As famílias beneficiárias da Vila Rural Povo Irmão foram entrevistadas durante o mês de janeiro de 2013. O questionário utilizado é composto de questões abertas e fechadas, e encontra-se no apêndice desta pesquisa.

As hipóteses que nortearam o estudo são: A criação dos assentamentos através do Programa Vilas Rurais é capaz de melhorar as condições de vida no campo? Os beneficiários do programa conseguiram aumentar a sua renda familiar? O Programa Vilas Rurais pode gerar benefícios semelhantes ao Programa Nacional de Reforma Agrária? O Programa Vilas Rurais é mais eficaz que o Programa Nacional de Reforma Agrária no contexto do novo rural?

Os objetivos dessa pesquisa visam a compreensão dos impactos do Programa Vilas Rurais sobre as famílias rurais paranaenses. Desse modo, o objetivo geral consiste em diagnosticar os benefícios sociais proporcionados pela instituição do programa e a definição de pontos positivos e negativos do mesmo. Por sua vez, os objetivos específicos são: discutir os conceitos de desenvolvimento rural e ruralidade; analisar o Programa Vilas Rurais; caracterizar a Vila Rural Povo Irmão; comparar as características da Vila Povo Irmão com as das demais Vilas Rurais a partir de referências bibliográficas; apontar possíveis entraves ao bom desempenho do programa, bem como as possíveis alternativas para melhorar sua eficácia; por fim, confrontar o desempenho do Programa Vilas Rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária no município de Japira através da avaliação das características socioeconômicas das famílias beneficiárias da Vila Rural Povo Irmão e do Assentamento Marimbondo.

Esta pesquisa está estruturada em capítulos: Em um primeiro momento falar-se-á sobre a origem do conceito de desenvolvimento rural e de como o mesmo sofreu alterações ao longo do tempo acompanhando as alterações pelas quais o próprio meio rural tem passado. As políticas de desenvolvimento rural avançaram de uma abordagem centrada na modernização, e, portanto, na produção agrícola, para uma abordagem mais abrangente, incorporando as atividades não agrícolas e a pluriatividade, bem como a adoção da categoria “território”.

No capítulo seguinte, visando a compreensão dos fatores que levaram à emergência das novas abordagens do desenvolvimento rural, a análise recairá sobre

o conceito de rural, buscando entender como, ao longo do tempo, avançou-se de uma abordagem dicotômica entre os espaços rural e urbano para uma ideia de *continuum* entre eles. Ressalta-se, no entanto, que o conceito de *continuum* rural-urbano não deve ser aplicado de maneira indiscriminada, pois o espaço não é uniforme. No caso brasileiro, a diversidade da agricultura encontrada em suas regiões afirma tanto a permanência de espaços rurais que se caracterizam dicotomicamente as áreas urbanas quanto a existência de um *continuum*, marcado pela presença das atividades não agrícolas e da pluriatividade.

A seguir é apresentada uma caracterização do Programa Vilas Rurais, discutem-se as bases de sua criação no cenário rural paranaense, bem como os aspectos positivos e negativos já diagnosticados em pesquisas anteriores. Nota-se o diagnóstico de problemas estruturais em muitas Vilas Rurais, tais como a distância aos núcleos urbanos, vias de acesso e abastecimento de água, mas, por outro lado, também são relatadas melhorias nas condições de vida das famílias, sobretudo em termos de moradia e alimentação.

Em seguida, o capítulo retratando a Vila Rural Povo Irmão, objeto de estudo desta pesquisa. A partir da caracterização dessa vila e das condições de vida de seus moradores, comparam-se os resultados encontrados através do trabalho de campo, com os resultados apresentados em pesquisas anteriores sobre as condições de vida nas Vilas Rurais paranaenses. A partir dessa comparação é possível levantar pontos comuns da Vila Povo Irmão com as demais Vilas Rurais, bem como os aspectos singulares desse meio.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho. Nessa última seção, é realizada uma breve comparação entre os resultados alcançados pelo Programa Vilas Rurais e o Programa Nacional de Reforma Agrária no município de Japira. Deve-se, contudo, lembrar que não se trata de uma comparação geral entre os programas, mas somente uma comparação entre dois projetos específicos em âmbito local.

Dessa forma, mesmo tendo um caráter local, os resultados desta pesquisa apontam para o melhor desempenho das Vilas Rurais em relação aos assentamentos, uma vez que, com menor custo e através de mecanismos não conflitivos, os benefícios gerados por ambos acabam sendo muito semelhantes.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância do acompanhamento das políticas públicas, uma vez que as mesmas são formas de

intervenção que modificam o território, criando novas dinâmicas sociais e econômicas e cujos reflexos, tanto positivos quanto negativos, precisam ser diagnosticados a fim de traçar novos modelos de intervenção que sejam mais eficazes em melhorar as condições de vida da população.

Portanto, a análise do desempenho de políticas públicas destinadas à população rural é fundamental para o entendimento da configuração espacial desse meio, sobretudo no que se refere ao modo de produção e ao trabalho, conferindo, desse modo, relevância a esta pesquisa.

2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: DO VIÉS REGIONAL À ABORDAGEM TERRITORIAL

Considerando que o próprio conceito de rural tem sido alvo de discussões e redefinições, como será mostrado no capítulo seguinte, e a existência de uma significativa variedade de sujeitos que interagem nesse espaço, também as ideias que permeiam as políticas de desenvolvimento rural necessitam ser ampliadas para abarcar todo esse universo heterogêneo que envolve o campo brasileiro.

Ressalta-se que, como o conceito “desenvolvimento” abarca diferentes interpretações, para melhor enquadrá-lo, ocorre a adição de outros substantivos e/ou adjetivos para restringir o seu significado a um campo de estudos mais específico. São exemplos disso as expressões: desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e mesmo desenvolvimento rural. Desse modo, primeiramente, é necessário definir o que chamamos de desenvolvimento rural, visto que há uma grande variedade de termos associados a esse conceito, tais como desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Navarro (2001) traça a seguinte diferenciação entre os termos: por desenvolvimento agrícola, entende as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado, isto é, trata-se da base propriamente material da produção agropecuária, como, por exemplo, área plantada e produtividade. Já o desenvolvimento agrário seria algo mais abrangente, referindo-se a mudanças sociais e econômicas em longo prazo, como, por exemplo, condições de acesso e uso da terra, conflitos sociais e relações de trabalho. Por sua vez, desenvolvimento rural faz referência a uma ação previamente articulada que induz ou pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural, ou seja, trata-se da aplicação de uma política cujo principal agente é o Estado. O autor ressalta ainda que a definição do que seja exatamente "desenvolvimento rural", nas

ações do Estado, varia ao longo do tempo, mas todas destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse processo. Por exemplo, nos anos 70, o desenvolvimento rural estava mais ligado à esfera agrícola, por causa do incentivo à introdução de tecnologias na produção. Já a partir dos anos 90, as políticas de desenvolvimento rural se ampliam para além da esfera agrícola, visto que até mesmo o conceito de rural passa a ser repensado¹.

A esfera ambiental também é posta em debate com a adoção, nos últimos anos, do termo desenvolvimento rural sustentável, e, por fim, tem-se a expressão “desenvolvimento local”, que se associa aos processos de descentralização do Estado e às demandas no âmbito da agricultura familiar. Apesar dessas classificações, deve-se ressaltar que não há fronteiras nítidas entre essas expressões e que seus significados se interpenetram (NAVARRO, 2001).

A partir dessas diferenciações conceituais, pode-se afirmar que, para Navarro (2001), o desenvolvimento rural é um conceito de uso prático e normativo empregado pelo Estado para caracterizar as estratégias de intervenção no meio rural tendo em vista a melhoria das condições de vida nesse meio.

Já para Schneider (2004), o desenvolvimento rural é definido como um “processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCHNEIDER, 2004, p. 98). Para esse autor, é preciso lembrar que, apesar de muito difundida e utilizada, a noção de desenvolvimento rural continua a ser de definição complexa e multifacetada, pois é passível de ser abordada por diversas perspectivas teóricas. Além disso, a própria heterogeneidade desse espaço dificulta a definição do desenvolvimento rural.

Neste trabalho, o desenvolvimento rural será entendido na perspectiva proposta por Navarro (2001) e por Schneider (2004), ou seja, o desenvolvimento rural como uma ferramenta do Estado, cuja finalidade é promover melhorias nas condições de vida da população rural. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento rural não é científico, já que não existe para descrever e explicar um fenômeno dado, mas sim um conceito operacional, que visa tanto o convencimento político da

¹ Essa mudança temática ocorrida nos anos 1990, no âmbito do desenvolvimento rural, é assinalada por Schneider (2004).

necessidade do conjunto de políticas estatais designadas por essa expressão quanto a execução dessas mesmas políticas (SCHNEIDER, 2004).

Desse modo, partindo da constatação de que o desenvolvimento rural constitui uma área específica de estudos sobre o meio rural, distinto de outras formas de desenvolvimento, e da heterogeneidade que esse espaço abarca, Conterato e Fillipi (2009, p. 12) entendem que:

Tal ideia nos remete à constatação de que não há uma política única, ou ideal, de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e têm diferentes graus, em função de distintos territórios, culturas e técnicas de emprego da mão de obra e do capital (tecnologia).

De acordo com Favareto (2010), nos últimos anos se firmou no âmbito de organismos internacionais tais como a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Banco Mundial, a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IICA - Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, e a OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, um novo discurso sobre a ruralidade. Nessa nova visão, destaca-se a necessidade de superação do enfoque setorial para a adoção de outro de caráter territorial, como também a importância de se criar um novo modelo institucional em torno das políticas de desenvolvimento rural (FAVARETO, 2010).

No entanto, essa nova ênfase tem se feito muito mais presente nos discursos, sobretudo nas propostas de organismos internacionais, que na prática, constituindo, assim, apenas uma inovação discursiva, uma vez que tais documentos não se ocupam da interpretação dos obstáculos ao desenvolvimento rural. Como consequência disso, se propõem novas diretrizes, mas não se apontam mecanismos para a sua efetivação (FAVARETO, 2010).

Um exemplo dessa contradição existente entre discurso e prática envolve a associação entre promoção do desenvolvimento rural e pobreza, onde os programas estabelecem um público prioritário, trata-se dos pobres rurais. Assim, embora se proclame territorial, a abordagem é na verdade multisetorial (FAVARETO, 2010).

Percebe-se, desse modo, que as políticas continuam sendo orientadas por um forte viés setorial, o que permite considerar que, embora tenha entrado definitivamente, na última década, para o discurso acadêmico e governamental, o

discurso do desenvolvimento territorial, até o momento, constitui apenas a “incorporação ‘por adição’ dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar” (FAVARETO, 2010, p. 34).

Como resultado, a passagem do compromisso setorial ao territorial nas instituições e políticas para o desenvolvimento rural torna-se incompleto, uma espécie de “inovação por adição” no vocabulário, no discurso e nas políticas, de órgãos governamentais e de agentes sociais como organizações e apoio e movimentos sociais, sem, ainda, um correspondente em termos de mudança institucional (FAVARETO, 2010, p. 37).

Por sua vez, Schneider (2004, p.99) entende que a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural está assentada na ideia de que “o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais”, sendo esse espaço “construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou o contexto objetivo em que estão inseridos”, ou seja, trata-se do território. Entendendo o território dessa forma, as respostas aos problemas presentes nesse espaço encontram-se nele mesmo.

De acordo com Schneider (2004), a origem da abordagem territorial está ligada a dois fatores: O primeiro trata do esgotamento teórico e prático da abordagem regional, ou seja, trata-se de colocar em evidência os limites que a noção de região como unidade de referência representa para as políticas de desenvolvimento rural. Esse desgaste do conceito de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional, teve origem em meados da década de 70, diante da crise de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, e se acentuado na década seguinte devido a influência das ideias neoliberais .

Durante muito tempo a região foi o conceito utilizado com finalidades normativas para classificar e tipificar os espaços, dessa forma, passou-se a media-se a geração de riqueza segundo regiões distintas de países e continentes, calculando seu tamanho e comparando sua evolução de crescimento ao longo do tempo. Consideravam-se regiões desenvolvidas aquelas que possuísem indicadores favoráveis de crescimento, tais como os demográficos, educacionais e principalmente os econômicos, esse último mensurado através do PIB e da renda *per capita* (SCHNEIDER, 2004).

No entanto, sobretudo a partir da década de 80, essa noção de desenvolvimento passou a ser questionada, ganhando legitimidade as noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. Assim, a mudança de critérios e métodos de abordagem do desenvolvimento, foi responsável por modificar a forma de intervenção do Estado, que até então se baseava no conceito de região para produzir uma análise segura e eficiente. Assim, a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e se transforma em uma ferramenta inapta para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos (SCHNEIDER, 2004).

É nessa conjuntura que o território se fortalece, porém, não se trata da noção clássica de território, mas de entendê-lo através de sua ligação com o processo de globalização, pois nesse contexto as dinâmicas econômicas e produtivas dependem de decisões ligadas ao território. Além disso, o território se torna uma nova referência para a atuação do Estado e para as políticas públicas, constituindo-se, desse modo, uma resposta do Estado frente às críticas que vinha sofrido por causa dos resultados inexpressivos e elevado custo das políticas, bem como ainda a permanência de graves problemas sociais, sobretudo da pobreza (SCHNEIDER, 2004).

Novas iniciativas vão ganhando relevância nesse novo cenário: a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, sobretudo ONGs (Organização Não-Governamentais) e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; o aumento da importância das prefeituras locais. Mas para tornar eficaz essa relação do Estado com os organismos locais, era necessário criar um novo referencial, que então, passou a ser o território, de modo que se atribuiu as ações de intervenção o nome de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2004).

Assim, é possível afirmar que as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural foram se modificando à medida que a noção de desenvolvimento territorial foi se fortalecendo, de modo que a abordagem territorial promoveu tanto a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, bem como a dicotomia rural e urbano (SCHNEIDER, 2004).

Ressalta-se que, apesar das críticas e incertezas que a abordagem territorial tem suscitado, a mesma pode constituir-se numa importante alternativa de entendimento e de proposição de políticas para o meio rural, visto a complexidade

crescente desse espaço. Seguindo essa linha de entendimento, Rocha e Paula (2007) entendem que a adoção do conceito de território no âmbito das políticas de desenvolvimento rural visa encontrar novas dimensões de análise para contemplar a complexidade econômica, social, política e institucional desse espaço. Essa concepção compõe um contexto que traz novos significados ao rural, em que o mesmo não está mais limitado à produção agrícola. Para os autores, a abordagem territorial corresponde a uma nova visão do mundo rural que assim, supera as visões tradicionais, consideradas reducionistas e setoriais.

Desse modo, a partir da constatação de que a abordagem territorial vem se consolidando no âmbito do desenvolvimento rural é preciso ainda compreender como esse conceito é transplantado para as políticas públicas, isto é, em qual sentido ele tem sido empregado para finalidades normativas e práticas. Cabe desse modo a pergunta: qual é a definição do conceito de território para fins do desenvolvimento rural?

O conceito de território, cuja origem remonta aos estudos de Friedrich Ratzel, no contexto da unificação alemã, associando o território aos fundamentos materiais do Estado, é reivindicado pela Geografia, e sua origem e sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas. Mas, como é comum o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos, isso não impede que esse conceito seja utilizado para fins políticos e práticos, mas para tanto, é necessário que se defina claramente como o mesmo será empregado (SCHNEIDER, 2004).

O geógrafo Rogério Haesbaert faz algumas considerações a respeito do conceito de território que serão apresentadas a seguir. Primeiramente, é preciso lembrar que o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, reduzindo o espaço ao espaço natural e tomando o território automaticamente como sinônimo de espaço social, pois o território representa a apropriação e a dominação de um espaço socialmente partilhado, e não apenas construído (HAESBAERT e LIMONAD, 2007).

De maneira geral, Haesbaert (2004) apresenta quatro possíveis dimensões segundo as quais o conceito de território pode ser entendido. A primeira delas seria a política (trata das relações de espaço-poder em geral), ou jurídico-política (trata das relações espaço-poder institucionalizadas) onde o território é compreendido como um espaço delimitado e controlado, e por ele se exerceria um determinado

poder que, na maioria das vezes, é relacionado ao poder do Estado. A segunda dimensão é a cultural (culturalista), ou simbólico-cultural, que apresenta um viés bem mais subjetivo, pois entende o território como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Já a terceira dimensão seria a econômica, por vezes, economicista, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas e entende o território como uma fonte de recursos e pode ainda incorporá-lo no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho. Por fim, há que se considerar também uma quarta dimensão, a naturalista, onde o conceito de território está assentado nas relações entre sociedade e natureza, sobretudo em relação ao comportamento natural dos homens em relação ao seu ambiente físico. Segundo o autor, a primeira dimensão é a mais difundida e a terceira, a menos.

Apesar dessas distinções, Haesbaert e Limonad (2007, p. 42) defendem que é preciso considerar três fatores para o entendimento do conceito de território. O primeiro deles é justamente a distinção entre território e espaço geográfico, uma vez que o segundo é muito mais amplo que o primeiro e, por isso, não devem ser utilizados como sinônimos. O segundo trata da própria natureza do conceito, compreendido como “uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder, concretas ou simbólicas, que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico”. E, por fim, a presença de uma dimensão mais subjetiva, chamada pelo autor de consciência, apropriação ou identidade territorial, e de uma dimensão mais objetiva, também chamada de dominação do espaço, que é realizada num sentido mais concreto por meio da ação político-econômica. Desse modo, pode-se concluir que, para o autor, o território é entendido numa perspectiva integradora entre as diferentes dimensões que abarca.

Para Rocha e Paula (2007, p.129) o conceito de território retornou aos debates nas últimas décadas devido ao seu uso crescente no âmbito das políticas públicas, resgatando, por um lado, a dimensão política do espaço, mas, por outro, gerando confusões conceituais e também discussões acerca de sua empregabilidade. Atualmente, as políticas públicas baseadas na abordagem territorial empregam esse conceito em caráter multidimensional, destacando “os múltiplos territórios e o processo de construção pelos diferentes atores das diversas territorialidades”.

Rocha e Paula (2007, p. 132) apresentam a definição de território adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT - 2005), onde o mesmo é definido da seguinte maneira:

O território, segundo concepção adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), é entendido como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT, 2005).

Desse modo, para Rocha e Paula (2007) o principal aspecto que define o território é o sentimento de pertencimento de sua população.

Apesar dessas definições e caracterizações, é preciso considerar que não há uma unanimidade na definição de território, mesmo no âmbito da ciência geográfica, pois as diversas vertentes da Geografia apresentam concepções diferentes quanto a esse conceito, que constituem, na realidade, distintas formas de fusão de, ao menos, três dimensões: a jurídico-política, sempre mais enfatizada, a cultural e a econômica. Por exemplo, na Geografia Política e na Geopolítica, o território é entendido como “um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”. Na Geografia Humanística e/ou Cultural, o território é entendido como “produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social”. E ainda, na Geografia Econômica, é visto como “produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 45).

Por sua vez, Fernandes (2005, p. 276) entende o território como um “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. Segundo o autor, na última década, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. No entanto, esse conceito é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto, na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade.

Para Fernandes (2005), até mesmo muitos geógrafos têm trabalhado com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas

vezes importada de outras áreas do conhecimento. Segundo o autor, “assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento”. Se for entendido como um espaço unidimensional, o território passa a ser tratado como setor e sendo, apenas por equívoco, chamado de território. “Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2005, p. 277).

Para Schneider (2004), a definição do conceito de território, para fins de políticas de desenvolvimento rural, deve basear-se nas relações dos indivíduos com o espaço e, por consequência, nas maneiras de apropriação e dominação que dessa relação resulta.

Segundo o autor, é preciso considerar que o uso do conceito de território requer ponderações, reconhecendo-se a impossibilidade de “uma adaptação pura e simples do seu sentido conceitual e analítico para fins normativos e operacionais”, pois é necessário fazer mediações e adequações, de modo que as questões teóricas não devam ser consideradas para os usuários não acadêmicos, pois estes devem utilizar o território ou a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural”, onde o mesmo “assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc”. Desse modo, o território passaria a ser entendido como:

Uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social (SCHNEIDER, 2004, p.110)

Para Schneider (2004), essa definição confere utilidade normativa e prática ao território, passando-se a entendê-lo como uma unidade de referência para as políticas de intervenção.

A partir das considerações a respeito do conceito de território já apresentadas, é possível enumerar algumas características que esse termo confere ao desenvolvimento rural.

Nesse sentido, Schejtman e Berdegú (2004) apontam seis elementos que caracterizam a abordagem territorial no âmbito do desenvolvimento rural. A primeira delas afirma que a inclusão do adjetivo território sugere a ampliação da área de

atuação do desenvolvimento rural para além do espaço agrícola. A segunda trata da heterogeneidade dos espaços sociais ou territórios, ressaltando a necessidade de ir além das políticas destinadas as famílias pobres e incorporar os diferentes atores presentes no espaço rural. O terceiro elemento trata da incorporação dos empregos agrícolas e não agrícolas como destinatários das políticas que visem o aumento da produtividade. O quarto elemento refere-se a ênfase nas articulações entre os setores agrícola, industrial e de serviços, considerando dessa forma, a agroindústria e o agronegócio, potenciais motores do próprio desenvolvimento agrícola. Já o quinto elemento ressalta a necessidade de incorporação das ligações urbano-rurais para a definição do espaço para a qual as ações serão dirigidas, indo assim, além do espaço agrícola. E, finalmente, o sexto elemento, apontado pelos autores como crucial, é a reformulação do aparato institucional do desenvolvimento rural.

A partir dessas considerações, o desenvolvimento territorial rural é definido como: “Um processo de transformação produtiva e institucional de um espaço rural determinado, cuja finalidade é reduzir a pobreza rural” (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004, p. 30).

Essa análise de Schejtman e Berdegué (2004), sobre os elementos que caracterizam a abordagem territorial no âmbito do desenvolvimento rural, é relevante para o Programa Vilas Rurais, sobretudo o terceiro e o quinto elementos, pois dizem respeito aos processos recentes de modernização da agricultura e de expansão de atividades econômicas não agrícolas no espaço rural, processos esses cujo reconhecimento são essenciais na definição desse programa.

Não se pode esquecer ainda que o desenvolvimento territorial rural é fruto da interação dos elementos apresentados e que sua definição está assentada em duas bases, são elas a transformação produtiva, cujo objetivo é articular a competitividade e a sustentabilidade do território e o desenvolvimento institucional, cujo objetivo, por sua vez, consiste em estimular as relações dos atores locais entre si e com os agentes externos (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004).

Cabe ainda lembrar que, de acordo com Rocha e Paula (2007), a redescoberta da categoria território tem implicado seu uso em diferentes áreas, no desenvolvimento rural isso significa uma resposta às políticas tradicionais (setoriais e hierárquicas) e está relacionada as transformações que vem ocorrendo no mundo rural, tais como a incorporação de novas dimensões para esse espaço, que não mais se reduz a produção de alimentos. É nessa nova ruralidade, onde também

estão presentes as atividades de turismo, lazer, moradia, indústrias, prestação de serviços e preservação ambiental, que o conceito de território é utilizado como uma nova abordagem do desenvolvimento.

Dessa forma o emprego do território é uma alternativa para o entendimento das múltiplas dimensões e complexidades do espaço rural na atualidade, uma vez que considera as relações sociais existentes nesse meio (ROCHA e PAULA, 2007)

Portanto, a abordagem territorial tem se tornado uma ferramenta de planejamento e intervenção, sempre baseada em alguma escala (local, regional, etc.), onde o território é a “unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social” (SCHNEIDER, 2004, p. 110).

Rocha e Paula (2007), em referência às diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT – 2005) afirmam que a abordagem territorial, para além de uma escala, também implica em um determinado método, que através de uma proposta centrada nas pessoas e de uma perspectiva integradora dos espaços, dos atores locais, dos mercados e das políticas públicas e do envolvimento de múltiplas dimensões (econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental) contribua para o desenvolvimento de um território.

No entanto, a grande dificuldade reside em operacionalizar a proposta de enfoque territorial, pois as propostas de territorialização podem não dar conta das diferentes dimensões existentes nos espaços rurais e, particularmente, das relações de poder, o que indica que a concepção da abordagem territorial ainda está muito distante de sua efetiva operacionalização (ROCHA e PAULA, 2007).

2.2 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: OS DESAFIOS NO CENÁRIO NACIONAL

O desenvolvimento rural no Brasil começou a ser repensado nos últimos anos, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, gerando uma reorientação das formas de intervenção do Estado e das políticas públicas. Isso se deve a influência das recém-criadas agências de regulação e da descentralização de

políticas públicas federais, o que, por sua vez, foram responsáveis por gerar novas atribuições aos governos locais (SCHNEIDER, 2004).

Mas antes de tratar dos aspectos atuais do desenvolvimento rural, é preciso lembrar algumas características que nortearam essas políticas num passado recente, pois o discurso político e acadêmico que envolve a noção de desenvolvimento rural tem sofrido alterações no decorrer do tempo.

Ellis e Biggs (2001), *apud* Conterato e Fillipi (2009, p. 40), apresentam uma trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo. Segundo esses autores, inicialmente, anos 1950, o desenvolvimento rural vinculava-se as políticas de modernização, de modo que imperava uma lógica dualista de classificação dos agricultores em modernos ou atrasados. Na década seguinte, 1960, ganha relevância o debate sobre a modernização agrícola e a transferência tecnológica ligada à Revolução Verde. Já nos anos 1970, ganham impulso as políticas de disseminação tecnológica por meio das entidades de extensão rural. Já durante a década de 1980, frente à crise do Estado Desenvolvimentista, intensificam-se as políticas de alívio da pobreza rural, o que também se estende à década posterior, 1990, via políticas de microcrédito e extensão dos recursos previdenciários.

É somente na virada do século XX para o XXI que se introduzem novas temáticas no âmbito do desenvolvimento rural, tais como:

Conforme Conterato e Fillipi (2009, p. 40):

As questões ambientais, as questões de gênero, da combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outras.

Essas mudanças de enfoque apontam a formulação de um novo paradigma de desenvolvimento rural, menos ancorado na produção agropecuária, mostrando que o rural tem deixado de ser sinônimo exclusivo de agrícola (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p. 40).

Para Navarro (2001), houve dois momentos em que o tema do desenvolvimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural, alcançou grande importância: O primeiro trata do Pós-Segunda Guerra Mundial (1950-1970), quando as políticas de desenvolvimento se tornaram os grandes motores das políticas governamentais. Nesse momento, o desenvolvimento rural passou a ser sinônimo de

Revolução Verde, pois a introdução de novas tecnologias proporcionou o aumento da produção, da produtividade e da renda familiar, sendo, dessa forma, compreendido como desenvolvimento rural.

Em tal contexto, a transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, "desenvolvimento rural" (NAVARRO, 2001, p. 84).

Nesse contexto, funda-se a primeira noção de desenvolvimento rural, em que a pobreza rural é tratada apenas em ações e espaços fragmentados (NAVARRO, 2001).

No entanto, já no final dos anos 70, ocorre o esgotamento desse modelo, diante dos resultados insatisfatórios quanto à redução da pobreza rural, do estancamento da fase econômica expansionista do pós-guerra e do enfraquecimento do Estado frente às políticas neoliberais após a década de 1980. Desse modo, é só na década de 1990 que ocorre o reaparecimento do debate sobre o desenvolvimento e, por consequência, sobre o desenvolvimento rural. Esse contexto é marcado pelos novos processos sociais e econômicos associados à globalização e também pelo questionamento sobre a materialização do desenvolvimento (NAVARRO, 2001).

Até a década de 1990, o desenvolvimento rural estava muito associado a atuação do Estado e das agências de desenvolvimento, o que levou a um afastamento de pesquisadores e estudiosos, que consideravam esse assunto muito político e normativo. Somente com a mudança de enfoque que ocorre a partir da referida década, que o desenvolvimento rural passa a ganhar espaço no cenário nacional (SCHNEIDER, 2010).

São temas da agenda de desenvolvimento rural na atualidade as políticas de "reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros", entre outros. Trata-se, portanto, de uma nova concepção do desenvolvimento rural no Brasil (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

De acordo com Schneider (2004, 2010), os debates recentes sobre desenvolvimento rural apontam uma preocupação com quatro elementos chave, que

são: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

No entanto, apesar dessa reorientação quanto aos objetivos do desenvolvimento rural, o que já mostra certo grau de avanço teórico e prático, muitos desafios ainda precisam ser superados para a implementação de políticas eficazes para melhorar a qualidade de vida nesse meio.

No que concerne ao desenvolvimento do Brasil rural, há que se compreendê-lo através da regionalização do seu território, pois, devido às dimensões continentais e à diversidade de ecossistemas, o nosso país não se encaixaria em uma definição determinística. Devemos lembrar que, no Brasil, há espaços majoritariamente urbanizados e também espaços tipicamente rurais, de forma que não é possível enquadrá-lo como um país agrícola ou como um país urbano-industrial sem criar polêmicas, pois, quando analisado regionalmente, “não há apenas um Brasil, mas múltiplos Brasis” (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p. 12).

A existência de múltiplos *Brasis* traz consigo o peso de um país marcado pelas diferenças regionais em termos de desenvolvimento. Isso se reflete inclusive nas dinâmicas de desenvolvimento rural e nas formas institucionais de potencializá-las em termos de políticas públicas (CONTERATO e FILLIPI, 2009, p. 12).

Os autores apontam ainda como principal desafio para as políticas de desenvolvimento rural no Brasil a lógica dualista do meio rural, agricultura familiar e agricultura patronal, atestada institucionalmente através da existência de dois ministérios, o MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, responsável pelas políticas públicas direcionadas ao agronegócio, e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelas políticas dirigidas à agricultura familiar e à reforma agrária (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Para esses autores, as estratégias de crescimento econômico das décadas de 60 e 70 privilegiaram a agricultura patronal através da Revolução Verde, com a qual se obteve um aumento significativo da produção agropecuária nacional por meio de políticas direcionadas prioritariamente a esse grupo. Foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar passou a contar com políticas públicas específicas, tais como crédito, reforma agrária e previdência social rural, legitimando esse segmento do meio rural (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Um bom exemplo disso é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado na década de 1990 e que, pela primeira vez, privilegiou o segmento familiar da agricultura brasileira na concessão de crédito agrícola².

No entanto, esse dualismo ainda está presente nos dias de hoje, como pode ser evidenciado pelo aporte de recursos públicos. Conterato e Fillipi (2009) apresentam dados do Plano Agrícola e Pecuário 2008 e 2009 do Governo Federal, que destinava um montante de crédito de R\$ 78 bilhões, sendo R\$ 13 bilhões destinados à agricultura familiar, via PRONAF, e R\$ 65 bilhões destinados à agricultura empresarial.

Apesar desse viés dualista, reconhece-se ainda que o Estado tem expandido suas ações de planejamento para além das políticas de crédito e de apoio aos assentamentos de reforma agrária, desde meados da década de 90, e, através do reconhecimento político da diversidade de formatos do desenvolvimento rural, tem elaborado estratégias dirigidas a demandas específicas, tais como segurança alimentar e nutricional e ações de desenvolvimento dos territórios rurais. Desse modo, pode-se afirmar que no Brasil, independente se de base familiar ou patronal, a análise do desenvolvimento rural não se baseia exclusivamente na agricultura (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

É importante considerar também, como aponta Abramovay (1998, p.18), que a abordagem territorial do desenvolvimento rural valoriza o capital social, pois:

O desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam.

Desse modo, a abordagem territorial no âmbito do desenvolvimento rural supõe a elaboração de políticas públicas que valorizem os atributos locais e regionais.

Como pode ser visto, a abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural vem se intensificando desde meados da década de 90, de modo que essa nova visão constitui um novo caminho para as políticas de desenvolvimento rural, pois como aponta Abramovay (1998, p. 18), “é em torno dos

² Para maiores informações a respeito do PRONAF, ver Zafalon (2009), monografia de conclusão do curso de graduação em Geografia (UFPR).

territórios que poderão ser descobertas novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar oportunidades de geração de renda até aqui adormecidas”. A partir dessa nova configuração, o rural poderá ser percebido de maneira positiva, “não mais como o local onde se espera o momento de integrar-se na vida urbana, mas como a base de projetos capazes de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades”.

Como apresentado, o desenvolvimento rural já deixou de se vincular simplesmente à modernização das técnicas de produção e, hoje, abarca muitos temas, relacionando-se inclusive à esfera ambiental. Essa retomada de interesse pelo tema se justifica por diversos fatores, entre eles, afirma Schneider (2010), estão a estabilidade econômica brasileira, a reafirmação dos movimentos sociais, a afirmação da categoria agricultura familiar e as políticas dirigidas a esse público, a inclusão de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade e ainda a dicotomia que se estabeleceu entre a agricultura familiar e o agronegócio.

No entanto, o cenário atual também apresenta barreiras às políticas de desenvolvimento rural, visto que o Estado Nacional teve seu poder reduzido nas últimas décadas, o que, diante da extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais no Brasil, dificulta ainda mais a elaboração e a implementação de tais políticas.

Sobre os limites e desafios ao desenvolvimento rural no Brasil, Navarro (2001) ressalta a redução do poder do Estado e a grande heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais. No Brasil, é possível encontrar regiões que sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico em oposição a outras, onde não há nenhuma integração econômica. De modo que, apesar de terem sido atenuadas pela difusão dos meios de comunicação e de transportes, ainda há muita diferenciação no mundo rural brasileiro, o que configura um limite complexo para o desenvolvimento rural do país, pois exige diferentes iniciativas institucionais.

Considerando essa heterogeneidade do campo brasileiro, o autor ressalta a desimportância de uma “questão agrária nacional”, pois as mudanças recentes revelariam a existência de um quadro de “questões regionais”. Seriam então as questões regionais as responsáveis por animar o debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro (NAVARRO, 2001).

Desse modo, é necessário conciliar os interesses dos segmentos populares e do empresariado agrícola em torno da questão da reforma agrária. Para Navarro

(2001), a reforma agrária é uma ferramenta importante para o desenvolvimento rural na região Nordeste, mas não para as demais regiões do país, que apresentam características muito diferentes, demandando, desse modo, políticas específicas.

Para Navarro (2001, p.96-97) também é preciso considerar que o país se urbanizou muito, inclusive culturalmente, sobretudo nas últimas quatro décadas, e mesmo considerando que o rural seja mais expressivo do que mostram as estatísticas, é improvável que “a forte destinação de recursos públicos para o mundo rural se sustente em racionalidade decisória, apoio social amplo e legitimidade política”. Considerando ainda que a oferta de alimentos e matérias primas é satisfatória no Brasil, poderia até mesmo haver o “argumento da desnecessidade de investir maiores recursos no campo, pois as prioridades sociais seriam outras”. Ressalta-se também a mudança ocorrida no período recente em relação ao objetivo prioritário do desenvolvimento rural, a qual diz respeito à questão ambiental, sobretudo o manejo dos recursos naturais, uma variável fundamental a ser considerada no âmbito dessa política. Por fim, um último ponto a salientar em relação às perspectivas do passado refere-se aos fenômenos de democratização dos municípios, com “crescentes inovações na gestão pública e a ampliação na participação e controle social sobre os fundos públicos ao instalar maior transparência e mecanismos de responsabilização”, o que tem promovido uma profunda transformação sociopolítica.

Por fim, o autor ressalta que o principal desafio ao desenvolvimento rural no Brasil é de cunho ideológico, ou seja, trata-se de aceitar a impossibilidade de mudança do sistema econômico vigente, pois o padrão econômico e o regime político que sustentam a sociedade brasileira estão ancorados no capitalismo e a sua superação é algo praticamente impossível (NAVARRO, 2001).

Ainda sobre o tema referente aos desafios ao desenvolvimento rural, Conterato e Fillipi (2009) apontam que, por causa das mudanças sociais, econômicas e ambientais observadas nas últimas décadas, tornou-se necessário pensar novas interpretações a respeito do desenvolvimento no meio rural, e este, por sua vez, deve ser concretizado através da superação do paradigma do desenvolvimento agrícola como imperativo exclusivo. Desse modo, ganha cada vez mais legitimação a tese de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento atualmente vigente no Brasil.

Para os autores, o principal desafio no cenário nacional para a concreta adoção desse novo enfoque diz respeito à visão dicotômica que ainda impera, ou seja, trata-se das dicotomias rural *versus* urbano, agrícola *versus* não agrícola e familiar *versus* empresarial ou capitalista, o que atrapalha a consolidação do entendimento de que o desenvolvimento rural é o somatório de pequenas inovações que não se restringem às formas familiares de agricultura (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

No Brasil, os recentes avanços observados nas discussões acerca do desenvolvimento rural partiram das discussões sobre a agricultura familiar, o que, de acordo com os autores, torna praticamente impossível a dissociação entre os temas. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de José Graziano da Silva sobre o novo rural no âmbito do Projeto Rurbano, cujo enfoque valoriza a emergência e a importância das atividades não agrícolas; e os estudos de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay relativos aos documentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que propõe a análise de algumas das limitações para a diversificação da agricultura familiar (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Sobre o primeiro autor, a principal contribuição em relação ao debate sobre o desenvolvimento rural, apontada por Conterato e Fillipi (2009), é o entendimento da importância das atividades não agrícolas na geração de emprego e renda e o seu potencial para aliviar a pobreza rural. Já sobre Veiga e Abramovay, a principal contribuição dos seus estudos diz respeito à institucionalização, no Brasil, do debate acerca do desenvolvimento rural sob a perspectiva das instituições, da inovação (empreendedorismo) e da sustentabilidade, reconhecendo, assim, a importância da agricultura familiar e sua capacidade de dinamizar as economias locais (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Além disso, diferentemente do cenário internacional, sobretudo o europeu, onde o debate atual sobre desenvolvimento rural assenta-se na dimensão espacial e territorial, no Brasil, o leque de temas é muito mais amplo e temático, incluindo as atividades não agrícolas e a pluriatividade, as redes agroalimentares, a democracia, as instituições, a agroecologia, entre outros (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Dessa forma, o que se chama de “novo enfoque do desenvolvimento rural” consistiria em uma abordagem apoiada no alargamento da abrangência espacial,

ocupacional e setorial do rural, superando o paradigma da modernização da agricultura e contemplando outras dimensões (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

Com base nessas considerações, Conterato e Fillipi (2009) apontam cinco temas como norteadores das perspectivas futuras de desenvolvimento rural no Brasil, são eles: os programas de erradicação da pobreza; os aspectos peculiares da produção agrícola do setor familiar; as ações das políticas territoriais; as rápidas mudanças demográficas no meio rural e o crescimento na produção de biocombustíveis.

Como apresentado, há muitas indagações a respeito do futuro das políticas de desenvolvimento rural, e o que se observa no quadro atual é uma tendência à ampliação dos temas que permeiam esse debate. Isso ocorre também em função de um novo rural que se estrutura não mais a partir da tradicional dicotomia campo/cidade, mas em função do entrelaçamento cada vez maior entre os dois meios.

Assim, o novo rural tem mostrado novos caminhos para as políticas públicas. Graziano da Silva (2001) aponta que o aumento das atividades pluriativas no campo tem sido responsável pelo aumento da renda do meio rural. Esse dado leva à formulação de políticas públicas que estimulem a pluriatividade no campo, como é o caso do programa paranaense Vilas Rurais, tema central deste trabalho.

A valorização das atividades pluriativas como forma de promover o aumento da renda familiar é, sem dúvida, um fator importante para nortear as políticas públicas para o campo brasileiro, na maior parte das vezes, chamadas de políticas de desenvolvimento rural. Considerando esses aspectos, torna-se fundamental destacar, como aponta Gehlen (2004), a importância da dimensão cultural nas estratégias que envolvem as políticas públicas, de modo que o social construído historicamente seja respeitado e valorizado.

Como já bem apontado por Navarro (2001, p. 97), o desenvolvimento rural não se restringe às famílias rurais e à produção agrícola, nem somente às interações sociais, mas “abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município”, que, no entanto, “podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos”, fazendo desaparecer “o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação”.

Tendo em vista todos os argumentos apresentados, as estratégias de desenvolvimento rural devem reconhecer a enorme variedade de estilos de agricultura existentes e potenciais bem como as muitas variações que podem apresentar tanto os sistemas agrícolas bem como a própria vida rural (PLOEG, 1990 *apud* NAVARRO, 2001).

No caso brasileiro, deve ressaltar-se a coexistência dos modelos patronal e familiar e a grande diferenciação regional do segmento familiar, ou seja, por serem fortemente diferenciados, segundo região e renda, os agricultores familiares demandam políticas públicas diferenciadas. Essa heterogeneidade, somada à existência de muitos outros sujeitos no campo brasileiro, como os povos tradicionais, faxinalenses, quilombolas, comunidades indígenas, sem-terra, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, moradores de Vilas Rurais, trabalhadores rurais volantes, torna ainda mais complexa a tarefa de se estabelecer políticas públicas ou políticas de desenvolvimento rural, como chamadas na maioria das vezes, que atendam de maneira igualitária todos esses segmentos do novo rural brasileiro.

Desse modo, Navarro (2001) considera que o desenvolvimento rural deve estar assentado na participação social, na governança local e na valorização do mundo rural.

Por fim, pode-se afirmar que a ampliação do debate em torno da agenda do desenvolvimento rural é fundamental, e deve envolver todos os segmentos desse universo, desde estudiosos das mais variadas orientações teóricas até as organizações rurais, pois só uma profunda discussão, livre de amarras ideológicas, sobre as características e sujeitos do campo brasileiro, poderá conduzir à elaboração de um projeto de desenvolvimento rural que atenda de maneira justa todos os segmentos do mundo rural e contribua de maneira efetiva para melhorar as condições de vida da população.

Dessa maneira, será com base em alguns dos atributos norteadores dos programas de desenvolvimento rural, expostos neste capítulo, que o programa paranaense Vilas Rurais será analisado na sequência deste trabalho.

3 O NOVO RURAL E O PAPEL DA PLURIATIVIDADE

Na atualidade, deparamo-nos com diversos desafios no que concerne ao desenvolvimento rural, sendo um deles a própria definição da ruralidade. O que é ou como é o rural dos dias de hoje? Esse rural é igual ao rural dos tempos passados? Quais mudanças ocorrem no mundo rural? Quais os fatores responsáveis por essas mudanças? Quem são os sujeitos do rural no presente? Responder a essas questões é algo fundamental para que se possam formular políticas de desenvolvimento rural verdadeiramente eficazes.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é tratar das discussões acerca do conceito de rural, de como o mesmo sofreu alterações ao longo do tempo, deixando de se vincular somente as atividades agrícolas e incorporando novos atributos, de modo a ser chamado na atualidade de “novo rural”. Nesse contexto de transformações, a pluriatividade emerge como uma característica fundamental a ser contemplada nas políticas de desenvolvimento rural, de modo que, a análise desse conceito também é relevante.

3.1 RURALIDADE: CARACTERÍSTICAS NO PASSADO E NO PRESENTE

Se perguntarmos às pessoas o que elas entendem por rural, certamente ouviremos algumas respostas como: é o lugar onde se produzem alimentos, onde se criam animais destinados ao consumo humano, e, é claro, ouviremos alguma referência ao meio natural, pois é comum associar o meio rural à natureza, ao trabalho ao ar livre e, por consequência, a um ritmo mais calmo de vida. Considerando esses aspectos, o meio urbano, por sua vez, aparece como o lugar oposto ao rural, onde não só o uso da terra é diferente, mas também as relações sociais, condicionando um modo de vida mais acelerado e, por vezes, considerado mais evoluído que o rural. Exemplo disso é o uso do termo urbanidade como sinônimo de civilidade, polidez, educação, o que leva a caracterização oposta do rural, ou seja, a atribuição de adjetivos negativos, tais como a grossura e a

estupidez. Por sorte, essa aplicação do conceito de urbanidade tem caído em desuso.

As discussões em torno do meio urbano e do meio rural ganham força com o advento do capitalismo, pois até então, era praticamente irrelevante uma discussão em torno dessa diferenciação. Isso se deve ao fato de que, na Idade Média, a maior parte da população vivia no campo, e as cidades eram apenas centros comerciais e administrativos e o local que abrigava os santuários. Assim, a sociedade era agrária e o meio rural regulava o meio urbano. Com a transição para o capitalismo, as cidades ganham impulso por se tornarem importantes centros de comércio nessa fase de acumulação primitiva, em que imperava o capital comercial (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001).

Deve-se considerar, porém, que essa não é uma visão unânime entre os estudiosos, muitos historiadores, por exemplo, afirmam justamente que é na Idade Média, com o desenvolvimento das atividades artesanais e das corporações de ofício, que surge historicamente a cidade produtiva.

Para Silva (2011), os estudos clássicos sobre a diferenciação entre esses meios associa o rural ao tradicional e o urbano ao moderno. O rural é então relacionado a um vínculo direto com a natureza e com a dispersão da população, enquanto o urbano é entendido como o local de concentração da população, da divisão do trabalho e da concentração do capital.

Assim, as definições clássicas partem das atividades agrícolas para caracterizar o meio rural, ressaltam as relações com o meio ambiente, que se estabelecem de forma diferenciada do que no meio urbano, ou seja, trata-se do trabalho com a terra, do contato direto com a natureza e da importância que esta assume na vida dos sujeitos do campo. Essas são características muito diferentes das encontradas no meio urbano, o que, de certa forma, justifica a dicotomia presente entre os termos rural e urbano, pois durante muito tempo, o primeiro foi associado a um ambiente atrasado e pobre enquanto a cidade era vista como o lugar do desenvolvimento e da prosperidade.

Ao caracterizar o meio rural, Siqueira e Osório (2001, p. 73) ressaltam, a partir da obra de Solari (1979), a dimensão econômica, pois o rural seria o espaço de uma atividade econômica específica, que é a produção de alimentos, através da criação de plantas e de animais. Atreladas a essa característica fundamental, estariam todas as demais, tais como a diferença ambiental advinda do contato direto

e constante com a natureza e o fato do meio rural ser mais arredo à técnica, uma vez que nessa ocupação “lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados”.

Além dessas características, Solari (1979) *apud* Siqueira e Osório (2001) apontam também os aspectos relacionados à dinâmica social, como o tamanho das comunidades rurais, geralmente menores, o que lhes conferiria maior homogeneidade cultural e social quando comparada à população urbana. Além disso, a mobilidade social também seria menor no rural, embora a interação entre os indivíduos seja mais direta e concreta, justamente em função da restrição do tamanho do grupo, o que conferiria maior intimidade, pessoalidade nas relações, exatamente o oposto do que ocorre nas relações urbanas, marcadas pela impessoalidade. Há também o aspecto da complexidade, onde o urbano é entendido como mais complexo que o rural.

Por sua vez, Abramovay (2001), apoiado em estudos europeus e norte-americanos, define o meio rural a partir de três características fundamentais: a primeira consiste na relação com a natureza; a segunda refere-se à dispersão populacional e a terceira característica é a relação com as regiões urbanas, sobretudo as grandes cidades, apontadas como o centro nervoso do processo de desenvolvimento. Para o autor, as novas atividades e a valorização do rural estão associadas ao crescimento e interiorização das cidades de médio e grande porte.

Há ainda uma vertente que atribue a peculiaridade do rural as relações sociais. De acordo com Wanderley (2000), os aspectos mais significativos do rural são a relação específica dos habitantes do campo com a natureza e, sobretudo, as relações sociais que se estabelecem nesse espaço, que resultam em práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc. Trata-se, então, de uma abordagem social do meio rural, vertente que vem ganhando destaque nos últimos anos.

Para Siqueira e Osório (2001), os critérios baseados na atividade produtiva e da técnica de produção foram os responsáveis pela elaboração de conceitos dicotômicos entre o espaço rural e o espaço urbano. Essa dicotomia está presente em clássicos como Weber e Marx, que expressavam um conflito entre essas duas realidades, pois o meio urbano corresponderia ao espaço que havia incorporado o capitalismo, estando desse modo associado ao progresso da técnica, enquanto o rural, ao contrário, era adverso à técnica e ao próprio capitalismo.

Assim, o rural seria o local onde se manifestavam arcaicas relações e formas de vida, enquanto o urbano representaria novas formas de vida e relações sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Para Siqueira e Osório (2001) essa dicotomia presente nas definições clássicas pode ser entendida em razão do processo de diferenciação dos espaços.

A sociedade vai se diferenciando, tornando a realidade mais complexa e, acompanhando o processo, a cultura elabora ainda mais os seus esquemas de classificação da realidade. Assim, no momento em que a diferenciação introduz diferenças marcantes em um espaço antes percebido como contínuo, representações distintas são engendradas e associadas a cada domínio, reificando o rural e o urbano. Passando a existir, estas dimensões passam a ser também objeto de preocupação e reflexão humana (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001, p. 74).

Ressalta-se que, no momento em que ocorre essa diferenciação, o contraste torna-se muito grande e até fetichizado, o que faz com que as relações entre os dois meios sejam desconsideradas e, assim, conceituadas por oposição. No caso do rural e urbano, observa-se que são conceitos “construídos a partir das representações das mesmas coisas, com as quais estão em constante troca e mediação”. Com o passar do tempo, no entanto, os conceitos deixam de ser operacionais devido às transformações da realidade, por isso, hoje é difícil encontrar um rural equivalente ao definido no conceito tradicional, pois ocorreram “agregações de novos elementos às representações do rural e do urbano” que exerceram efeitos sobre essas realidades (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001, p. 74-75).

Assim, podemos considerar que, após o surgimento do urbano e do rural, a diferenciação interna continuou, mas acabou contribuindo para minimizar a diferenciação externa e colocando novamente em evidência as relações entre esses dois meios. Siqueira e Osório (2001, p. 75) apresentam essa ideia e a comparam, metaforicamente, a um plano dividido ao meio, onde suas metades recebem, respectivamente, as cores preto e branco. Assim, na primeira etapa da diferenciação, a atenção se foca no contraste, e não se percebe o “relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem as metades partes do mesmo plano”. Aos poucos, no entanto, passa a ocorrer uma transformação entre as cores, onde uma cor passa a se misturar a outra, o que resulta em “um plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por infinitos tons de cinza”. É

apenas nessa segunda etapa de diferenciação, quando não existem mais definições precisas, que se percebe “a relação profunda e a unidade existente entre preto e branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade”.

Desse modo, não se pode pensar o meio rural sem pensar também o meio urbano, pois, o dinamismo rural depende fundamentalmente da renda urbana, sobretudo daquela gerada através do aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, tais como a paisagem, a biodiversidade, a cultura e o modo de vida. Portanto, a valorização do meio rural não deve estar associada a sua urbanização, mas ao aproveitamento econômico de seus atributos específicos (ABRAMOVAY, 2001).

Segundo Graziano da Silva (2001), os processos de urbanização e de modernização agrícola integraram o espaço rural e urbano, urbanizando a PEA (População Economicamente Ativa) agrícola e aumentando a pluriatividade, bem como as ocupações rurais não agrícolas. Devido a essas transformações, a ideia de *continuum* rural-urbano caracteriza melhor esses ambientes do que uma oposição entre espaço e modo de vida do campo e da cidade.

Desse modo, além do espaço rural e do espaço urbano, é possível tratar de um espaço rurbano, resultado da incorporação das características urbanas no meio rural. Assim, estaria ocorrendo um processo de rurbanização, sendo que a incorporação dessas características urbanas em certos espaços rurais seria tão forte que até mesmo impediria a nítida separação entre urbano e rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

No Brasil é possível perceber a existência tanto de espaços contrastantes entre o rural e o urbano quanto a presença de locais onde já ocorre o contínuo. Essa é a ideia predominante na atualidade: o rural e o urbano não são mais abordados como espaços dicotômicos, como nas formas tradicionais, mas entendido como um espaço contínuo e que teria se configurado com as transformações advindas da modernização da agricultura (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001).

No entanto, muitos estudiosos como Abramovay, Graziano, Carneiro e Veiga, consideram que essa nova realidade, conceituada como novo rural, não pode ser aplicada a todo o território nacional, mas apenas a algumas áreas específicas do país, sobretudo as que estão mais próximas e integradas aos centros metropolitanos. Cabe ressaltar que as regiões Sudeste e Sul são aquelas onde a

visão de *continuum* é mais aplicável ao caso brasileiro. Dessa forma, faz sentido que o Programa Vilas Rurais tenha surgido no Paraná.

Portanto, as discussões apresentadas nos levam a considerar que a conceituação de rural a ser adotada dependerá do local à qual se refere. Sendo ainda que essa conceituação dependerá tanto da forma como percebemos a organização da realidade quanto da forma que a organizamos. Por esse motivo, considera-se que os conceitos partem das representações e dos conceitos pré-existentes, por exemplo, a ideia de contínuo só foi formulada a partir da existência da ideia de dicotomia (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001).

Considerando-se que nem todas as aglomerações providas de um mínimo de serviços podem ser adequadamente chamadas de espaço urbano, a vinculação direta do espaço rural com as atividades agropecuárias é insuficiente no contexto de transformações que se operam nesse espaço, uma vez que outras atividades ligadas tanto à indústria quanto à prestação de serviços tem se estabelecido cada vez mais no meio rural (VEIGA, 2001).

Assim, pode-se afirmar que não há uma definição universalmente consagrada de meio rural, mas existe um traço comum nos trabalhos europeus, norte-americanos e nas tentativas mais recentes da Divisão de Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para a América Latina, que é a definição do rural a partir de sua relação com as cidades, e não por oposição, uma vez que o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, tanto as regiões metropolitanas quanto os pequenos centros, sendo estes os responsáveis por dinamizar as regiões rurais (ABRAMOVAY, 2000).

Para Abramovay (2000), a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, sendo o mesmo entendimento aplicável ao meio urbano, pois não é a indústria que define a cidade e nem a agricultura que define o campo; há que se considerar que, no meio rural, as atividades não agrícolas também exercem um papel importante, pois conforme o grau de desenvolvimento das economias rurais se amplia, menos as mesmas tendem a ser dominadas pela agricultura, do mesmo modo que nas áreas urbanas também podem ser encontrados certos empreendimentos agropecuários.

Assim, é importante uma definição espacial e não setorial de áreas rurais. Dessa maneira, “a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os

sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país”, uma vez que o “desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele” (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

Para Abramovay (2000, p. 6), “a abordagem espacial e o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações mais desenvolvidas, que o campo tenha se ‘urbanizado’”.

Considerando esse processo de aproximação cada vez maior do rural ao urbano, surgem questionamentos a respeito da permanência da identidade rural e de sua relevância social. Alguns defendem a ideia de desaparecimento do modo de vida rural e a completa integração ao modo de vida urbano, enquanto outros entendem que está em curso um processo de ressignificação do rural.

De acordo com Wanderley (2000), o desenvolvimento do capitalismo tende a centrar a dinâmica da vida moderna em torno da industrialização e da urbanização. A partir dessas características, existiriam dois caminhos a serem seguidos no meio rural. Por um lado, ocorreria o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas, pois a agricultura seria entendida também como um campo de aplicação do capital, o que resultaria no desaparecimento do campesinato e na formação de classes sociais do capitalismo rural. Assim, o camponês se tornaria um agricultor, vinculado a uma profissão específica e não mais a um modo de vida.

Para Wanderley (2000), seguindo esse ponto de vista, poderia se afirmar que, recentemente, teria ainda ocorrido uma completa separação entre o agricultor familiar moderno e sua origem camponesa, sendo tal ruptura resultado das iniciativas do Estado.

Por outro lado, mesmo com as transformações geradas pela urbanização, pela industrialização e pela própria modernização da agricultura, não ocorreu um processo de uniformização capaz de extinguir as particularidades de determinados espaços e grupos sociais. Desse modo, a modernização não anula, mas apenas redefine a relação entre o campo e a cidade (WANDERLEY, 2000).

Considerando que, de uma forma mais ou menos generalizada em todo o mundo, são as regiões rurais que concentram os piores indicadores de desenvolvimento, é de fundamental importância que sejam pensadas soluções para esse quadro, assim, Abramovay (2000) indaga sobre o que pode ser feito para contornar essa situação.

De acordo com Abramovay (2000) existem duas alternativas. A primeira e mais simples delas é nada, pois os movimentos migratórios suprimiriam as diferenças inter-regionais de renda, sendo essa tendência refletida no processo de envelhecimento da população rural. Por outro lado, porém, diante da magnitude da população rural, cabe ao desenvolvimento rural encontrar sua aplicação específica. De acordo com o autor, o segundo entendimento se justifica tanto pelas dificuldades de integração da população do campo as regiões metropolitanas devido às poucas oportunidades de trabalho, bem como por causa daquilo que o meio rural poder oferecer a sociedade.

Assim, é preciso considerar que, conforme Abramovay (2000, p. 26):

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, mas ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.

Ao contrário do que sugerem alguns autores, que apontam a vitória da cidade sobre o campo através da urbanização do rural, Wanderley (2000) acredita que ainda é possível analisar as diferenças espaciais e as relações sociais entre o campo e a cidade, o que nas sociedades modernas tem apontado para o surgimento de uma nova ruralidade.

Desse modo, para Wanderley (2000, p. 96), na atualidade, o desenvolvimento do espaço rural não está mais estritamente vinculado ao setor agrícola, mas cada vez mais relacionado a sua “capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais”.

Desse modo, estaria em curso uma nova visão do rural, que, por sua vez, estaria pautada em “uma nova concepção das atividades produtivas” e na “percepção do rural como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado” (WANDERLEY, 2000, p. 134).

Para Ponte (2004), a ideia de desaparecimento do rural devido a uma tendência de urbanização campo, como propõe alguns estudos, está equivocada, pois as mudanças recentes observadas no meio rural constituem uma estratégia de manutenção, recriação e sobrevivência desse espaço. E para atender a essa estratégia, tanto o território rural quanto o urbano se modificam na tentativa de permanecerem enquanto tal.

O entendimento do rural é fundamental para que o mesmo deixe de ser visto como residual e possa ser valorizado pela sociedade, bem como ainda contribua para uma estratégia de desenvolvimento rural que se pautar na melhor utilização das características das novas realidades (PONTE, 2004).

Assim, a proposta do Programa Vilas Rurais corrobora a visão de resignificação do rural, pois não o define somente a partir de seu caráter agrícola, mas fortalece a atribuição de novas funções e significados a esse espaço.

É preciso lembrar ainda, como aponta Silva (2011), que tanto no campo quanto na cidade, a qualidade de vida vincula-se às políticas públicas, mas, para que as mesmas possam ser eficazes, é essencial a distinção entre o rural e o urbano, visando a devida adequação das mesmas.

Para Abramovay (2000, p. 3), é importante chegar-se a “uma nova definição sobre meio rural que não o condene de antemão ao esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico”.

Para Siqueira e Osório (2001), o conceito de rural está passando por uma reelaboração, mas dificilmente haverá consenso sobre o mesmo no âmbito das ciências sociais. Assim, se torna necessário, em todos os trabalhos que empreguem esse conceito, esclarecer o sentido em que o mesmo será compreendido e a quais fenômenos fará referência, ancorando ainda essa definição tanto nas noções do senso comum quanto nos conceitos científicos.

Neste trabalho, o rural não será entendido apenas como o espaço onde ocorrem as atividades agropecuárias, mas, por um lado, como um espaço onde se dão relações específicas entre a natureza e a sociedade, elemento tradicional do rural e, por outro, onde se inserem cada vez mais dinâmicas urbanas, modificando as próprias relações sociais em função de uma aproximação cada vez maior com as cidades. Essa é a definição que melhor se aplica ao espaço das Vilas Rurais.

De acordo com Ponte (2004), em termos de políticas de desenvolvimento rural, é importante considerar tanto o campo quanto aquelas cidades que apresentam relações típicas do rural. Isso significa que o fundamental é que se priorizem as relações e características de cada lugar, pois, mesmo sendo definida como urbana, uma cidade pode não necessitar, necessariamente, de políticas urbanas. Esse seria o fator responsável pelo fracasso de muitas políticas de desenvolvimento, pois apresentam propostas que não levam em conta as especificidades locais.

Esse entendimento reforça a defesa do Programa Vilas Rurais como um programa de desenvolvimento rural, pois, em municípios onde a dinâmica econômica e social são sustentadas pelo rural, esse programa pode gerar benefícios para todo o conjunto da população, quer seja no atendimento aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores urbanos, aos trabalhadores pluriativos e ainda a todos eles ao mesmo tempo, reforçando, no entanto, a dinâmica rural do lugar. É preciso considerar que o rural no qual o Programa Vilas Rurais se sustenta não é aquele onde impera a produção agrícola, mas justamente o que se entende por “novo rural”, onde o rural também pode ser o espaço das atividades não agrícolas, da pluriatividade e mesmo apenas o local de moradia para determinado segmento da população.

Portanto, considerando que as políticas públicas que levam em conta as especificidades dos espaços abordados tendem a alcançar melhores resultados, uma compreensão mais profunda tanto dos processos econômicos quanto dos sociais que se desenvolvem nas Vilas Rurais pode contribuir para engendrar novas formas de intervenção a fim de melhorar as condições de vida de seus moradores.

3.2 AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS E A PLURIATIVIDADE NO CENÁRIO DO NOVO RURAL

Como já apresentado, o rural dos nossos dias tem assumido características que não se enquadram mais em uma relação dicotômica com o espaço urbano, mas sim em um contínuo entre esses dois espaços. Essa nova realidade é chamada de “novo rural” e se caracteriza, entre outros fatores, pela presença da pluriatividade no campo.

De acordo com Siqueira e Osório (2001, p. 76) nas áreas em que se configura o novo rural “o apelo ambiental do rural, que é um tipo de representação relativamente novo, conjugado às antigas representações idílicas e românticas do rural, fizeram com que este espaço passasse a ser ressignificado”.

Por um lado, o rural passa a ser percebido como um espaço para o lazer, e daí surgirem os hotéis fazenda, por exemplo, e, por outro, o trabalhador rural deixa de exercer exclusivamente atividades agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Surge, assim, a figura do trabalhador pluriativo, que se encontra, sobretudo, na periferia das cidades, e que se tornou o público prioritário do Programa Vilas Rurais, visto que as atividades pluriativas são apontadas na atualidade como uma maneira eficaz de se promover o aumento da renda rural, o que confere, dessa maneira, relevância à discussão sobre o “novo rural” e às atividades pluriativas nesta pesquisa.

Pode-se afirmar que não há mais uma clara separação entre o rural e o urbano e que o rural dos nossos dias não é caracterizado apenas como o espaço de produção agrícola, pois inúmeras outras atividades, algumas mesmo de caráter urbano como, por exemplo, a prestação de serviços, também são realizadas nesse espaço.

Nas páginas seguintes serão analisadas essas características que compõem o cenário do “novo rural”, conceito que se firma nos debates, sobretudo a partir da década de 1990 e que tem sido muito explorado pelos pesquisadores. As discussões a serem apresentadas estão embasadas nas considerações de dois importantes teóricos que trabalham com os conceitos de “novo rural”; “atividades não agrícolas” e “pluriatividade”, trata-se de Graziano da Silva e Sergio Schneider.

Para Graziano da Silva *et al.* (2002, p. 39), a partir da década de 1980, começou a se configurar no Brasil, a exemplo do que já ocorre nos países desenvolvidos, um novo rural, caracterizado por três grandes grupos de atividades³. A primeira seria a existência de “uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias”. A segunda, a existência de “um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços”. E a terceira característica seria a existência de “um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado”.

Cabe lembrar que, como apontam os autores, as chamadas “novas atividades” já são praticadas há muito tempo, porém, só recentemente passaram a ser valorizadas e transformadas em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, tal como ocorre com a piscicultura, a horticultura e a floricultura, entre

³ Vale ressaltar que a visão de José Graziano da Silva não é apoiada por todos os teóricos. Exemplo disso é Alentejano (2000, p. 100), que considera exagerado “o entendimento de que o mundo rural brasileiro passa por transformações radicais que estão conferindo a este uma nova fisionomia”. Esse autor concorda com a ocorrência de significativas transformações no campo brasileiro, mas discorda da grande importância que tem sido dada a estas nos últimos anos, “atribuindo-lhes um sentido de novidade absoluta”.

outros. Essa mesma valorização também tem ocorrido no âmbito das atividades rurais não agrícolas, resultantes do crescente processo de urbanização do campo, tais como moradia, turismo, lazer, prestação de serviços e atividades decorrentes da preservação ambiental (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

De acordo com Graziano da Silva *et al.* (2002), a nova ruralidade brasileira também se expressa através da ocupação das pessoas que vivem no campo. O progresso técnico na produção agropecuária tem conduzido a uma simplificação das tarefas agrícolas, que, por sua vez, diminui o número de pessoas necessárias para realizar as tarefas do dia a dia na agricultura. Esse contexto leva então à emergência tanto de novas atividades agrícolas quanto não agrícolas no campo, e como consequência ocorre a absorção da mão de obra excedente, fruto da modernização agrícola.

Desse modo, ocorre a expansão das construções rurais, que tanto podem ser utilizadas como segunda moradia destinada ao lazer de famílias urbanas de rendas médias e altas, quanto para a residência da população mais pobre, que tem dificuldades em adquirir a casa própria no meio urbano, mas encontra facilidades em termos de meios de transporte. Desse modo, o meio rural também tem se tornado um espaço de moradia, o que caracteriza uma nova função além da tradicional produção de alimentos (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

Segundo Wanderley (2000), nas sociedades modernas, as diferenças mais significativas entre as condições de vida no campo e na cidade foram reduzidas, tornando atrativa a vida no campo para muitos habitantes urbanos, uma vez que podem usufruir tanto das facilidades urbanas quanto dos benefícios da vida rural. No entanto, não se pode esquecer que, mesmo nas sociedades de capitalismo avançado, essa paridade não é homogênea, pois grande parte do espaço rural ainda está associado a precariedade, sobretudo em relação a oferta de bens e serviços.

Assim, nesse novo contexto, a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural irá depender de dois fatores: “por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural”, fatores que acarretam em uma profunda transformação na profissão de agricultor, implicando na “reconstrução de sua própria identidade profissional” (WANDERLEY, 2000, p. 121).

As pesquisas de Graziano da Silva *et al.* (2002), apontam para a tendência de crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) rural enquanto que a PEA ocupada na agricultura vem se reduzindo. Essa situação pode ser explicada pelos seguintes fatores: o primeiro seria o aumento das ORNAs (Ocupações Rurais Não Agrícolas) e o segundo o aumento de desempregados e inativos, sobretudo aposentados e pensionistas, residentes no campo.

Esse quadro configura, assim, um importante indicativo de que o meio rural brasileiro tem se convertido em um lugar de residência dissociado do local de trabalho, pois os moradores do meio rural podem tanto não estarem ocupados em atividades agrícolas ou mesmo não estarem ocupados (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

Em resumo, o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas, sim, tanto as ocupações não agrícolas - pois cerca de 1,5 milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram novos postos de trabalho em ocupações não agrícolas entre 1981 e 1999 – como a ampliação da cobertura da Previdência Social para as áreas rurais (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002, p. 45).

Esse processo aponta a tendência de que o tempo total de trabalho das famílias é cada vez menos empregado na produção agrícola e, diante da queda da renda agrícola nas últimas três décadas, ganham cada vez mais importância, entre as famílias residentes no meio rural, as atividades e rendas não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

De acordo com Schneider (2005), entre os estudiosos do mundo inteiro, tem sido cada vez mais aceita a ideia de que está ocorrendo uma diferenciação entre o espaço rural e a agricultura. Esse processo se justifica, segundo o autor, pelo fato de que, especialmente a partir da década de 1990, tem crescido o número de pessoas em idade ativa que, apesar de residirem no meio rural, estão ocupadas em atividades não agrícolas.

Assim, esse novo panorama do campo embasa um clássico argumento dos cientistas sociais que defendem a tese segundo a qual “além da função de produção de alimentos e matérias primas o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc; enfim, um espaço multifuncional” (SCHNEIDER, 2005, p. 2).

Segundo Graziano da Silva *et al.* (2002), esse fenômeno tem sido tão significativo que, já em 1998, o total das rendas não agrícolas ultrapassou o total das rendas agrícolas recebidas pelos moradores rurais, o que significa que, no final dos anos 90, as atividades agropecuárias já não respondiam pela maior parte da renda da população rural brasileira. Desse modo, constata-se que o fator responsável pelo aumento da renda no campo tem sido as atividades não agrícolas, o que, até então, não tinha sido alcançado através das políticas públicas de combate à pobreza rural.

Um dos aspectos da urbanização do meio rural brasileiro é o crescimento do número de pessoas desempregadas que continuam residindo nas áreas rurais, situação que se reflete no fato de que, nos anos 90, o êxodo rural diminuiu, porém, ainda houve um forte êxodo agrícola. Assim, é preciso estar atento para o fato de que as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo local. Por exemplo, mesmo residindo no meio rural, uma empregada doméstica pode trabalhar em um centro urbano próximo. Nesse caso, “o fato de medirmos as ocupações rurais não agrícolas a partir do local de residência pode conduzir a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos do meio rural”. Mas, por outro lado, pode significar “uma ‘nova função’ não agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas” (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002, p. 46).

A população ocupada nas ORNAs pode ser dividida em diferentes ramos de acordo com as atividades desenvolvidas. Para Graziano da Silva *et al.* (2002), o ramo mais importante é o da prestação de serviços, seguido pelo da indústria de transformação, da construção civil e o comércio de mercadorias e serviços sociais. Nesse quadro, o setor de emprego doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não agrícolas, seguido do ramo da construção civil. É importante observar que, na maioria dos casos, nesses dois ramos os trabalhadores são identificados a baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional.

De acordo com Schneider (2005), o Projeto Rurbano⁴ tem estimulado o debate sobre as características populacionais e ocupacionais do meio rural brasileiro, e a partir dele foram diagnosticadas três importantes características do

⁴ Pesquisa sobre o espaço rural brasileiro, iniciada na década de 1990 e desenvolvida pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE -, sob a coordenação do professor José Graziano da Silva. Para maiores informações sobre o projeto, consultar o site: www.eco.unicamp/projetos/rurbano.

nosso espaço rural: A primeira refere-se a diminuição da PEA agrícola e o crescimento das atividades não agrícolas. A segunda aponta que o crescimento das atividades não agrícolas tem contribuído para o desenvolvimento da pluriatividade. Por fim, a terceira característica refere-se as transformações ocupacionais e demográficas que se processam nesse espaço e que não mais permitem que o meio rural seja sinônimo exclusivo de produção agrícola.

Apesar da enorme contribuição do Projeto Rurbano, de acordo com Schneider (2005), a discussão sobre o caráter do novo rural acabou produzindo interpretações equivocadas. A primeira delas, e também a mais expressiva, decorre da grande atenção dada às atividades não agrícolas, de modo que muitos pesquisadores esqueceram de enfatizar que o aumento das atividades não agrícolas não resultaria na perda de importância e, tampouco, no desaparecimento da agricultura. Já a segunda interpretação equivocada diz respeito à afirmação de que o aumento das atividades não agrícolas acarretaria a expansão da pluriatividade das famílias rurais, o que nem sempre pode ocorrer.

No Projeto Rurbano, Graziano da Silva *et al.* (2002) classificaram as famílias rurais segundo a atividade exercida, resultando na seguinte classificação:

Agrícolas: quando todos os membros da família exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal. Pluriativas: trata-se de famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro exerceu uma não agrícola ou ainda quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência. Não agrícolas: refere-se às famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não agrícolas, tanto na atividade principal quanto na secundária. Não ocupados: cuja família não apresenta nenhum membro ocupado na semana (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002, p. 53-54).

Os resultados a partir da aplicação dessa metodologia de classificação apontaram que, em 1999, o contingente mais numeroso dos residentes em áreas rurais no Brasil é o de famílias agrícolas, mas também são significativas as famílias pluriativas (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

O dado que mais chama a atenção nessa pesquisa é que as famílias de assalariados pluriativas, juntamente com as famílias não agrícolas residentes no meio rural, formam um contingente superior ao das famílias de empregados residentes no meio rural que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas.

Assim, para o ano de 1999 (e com exceção da região Norte) os dados mostraram que as famílias com pelo menos um membro exercendo atividade não agrícola já era superior ao número de famílias ocupadas somente em atividades agrícolas. A pesquisa também revelou uma grande importância das aposentadorias e pensões na renda das famílias (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002)

Para Graziano da Silva *et al.* (2002), as ocupações não agrícolas são fundamentais para elevar e estabilizar as rendas das famílias residentes no meio rural, sobretudo as das famílias ocupadas somente em atividades agropecuárias, uma vez que essas apresentam uma das menores rendas do país.

No entanto, deve-se considerar que o novo rural não é formado apenas por amenidades, uma vez que as ORNAs também podem representar a instalação de ocupações precárias e de baixa remuneração. No novo rural também estão presentes novas formas de degradação ambiental, que podem estar relacionadas tanto as atividades não agrícolas quanto as novas atividades de cunho agrícola (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

Observando que a pluriatividade é apontada como uma das mais importantes características do novo rural brasileiro, avançaremos um pouco mais em sua análise.

Para Schneider (2005), é importante não tomar a pluriatividade como sinônimo de atividades não agrícolas. Para o autor, tem sido muito frequente entre estudiosos associar o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não agrícolas no meio rural com o fenômeno da pluriatividade. No entanto, é preciso ressaltar que a pluriatividade resulta da combinação entre ocupações agrícolas e não agrícolas dos membros que compõem uma família. Dessa forma, nem sempre o crescimento das ocupações não agrícolas entre as famílias com domicílio rural implica em um aumento proporcional da pluriatividade das famílias.

Além disso, quanto mais complexas e diversificadas as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico, mais intensa será a interação entre as atividades agrícolas e não agrícolas. Isto torna a pluriatividade um fenômeno heterogêneo e diversificado, pois representa uma estratégia de reprodução social, coletiva ou individual, e que estará relacionada as características do meio (SCHNEIDER, 2005).

A partir dessa compreensão é possível afirmar que a pluriatividade pode ser considerada tanto causa quanto efeito das atividades não agrícolas e que a expansão das atividades não agrícolas no campo brasileiro não se refletirá, necessariamente, no aumento da pluriatividade (SCHNEIDER, 2005).

Vale destacar ainda que se por um lado não se pode considerar que a pluriatividade é um fenômeno particular e transitório, também não é possível generalizá-la para todo o espaço rural, pois o seu surgimento está atrelado a um contexto onde a articulação entre agricultores e mercado não ocorre por meio da produção agropecuária (SCHNEIDER, 2005).

Observa-se que a pluriatividade tem sido diagnosticada com maior frequência entre os agricultores familiares, embora esse não possa ser considerado um fenômeno exclusivo desse segmento (SCHNEIDER, 2005).

Considerando as novas dinâmicas do meio rural brasileiro, com a incorporação das atividades não agrícolas e da pluriatividade, novos desafios são impostos as políticas públicas, de modo que o desenvolvimento rural precisa ser repensado para adequar-se a esse cenário.

Para Graziano da Silva *et al.* (2002, p. 60), “o objetivo maior das políticas de desenvolvimento rural deve ser o de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, tendo como meta o pleno exercício da cidadania”. Sendo que, no caso brasileiro, mais especificamente, o eixo central deve ser a eliminação da pobreza rural.

No Brasil não existe uma política mais abrangente destinada exclusivamente a eliminar a pobreza rural, existem apenas programas e projetos isolados, cuja ênfase é setorial e de abordagem parcial (geralmente agrícola) dos problemas, e que acabam tendo pouca repercussão a médio e longo prazo para a inserção social dos pobres rurais. Aliado a esses aspectos, existe ainda o fato de que as políticas de combate a pobreza são de cunho assistencialista, o que acaba por gerar ainda mais dependência (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

É preciso ressaltar que “a existência de políticas públicas agrícolas ativas é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento rural”. É fundamental que os objetivos se ampliem e que se busque uma “integração entre as diferentes políticas do meio rural, de modo a contemplar a grande variedade de dinâmicas de ocupações hoje presentes nesse ambiente” (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002, p. 60).

Desse modo, além de políticas que tratem do ramo agropecuário, são necessárias políticas que abordem outros temas importantes ao processo de desenvolvimento rural. Para Graziano da Silva *et al.* (2002, p. 61-62), no caso brasileiro, existem cinco grupos fundamentais de políticas para o desenvolvimento do novo rural, sendo eles:

Políticas de “desprivatização” do espaço rural, tais como: criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para o lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do País. Políticas de urbanização do meio rural visando à criação de infraestrutura de transportes e comunicação, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação. Políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo. Políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirins, trabalhadores das carvoarias), etc. Reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do País.

O Programa Vilas Rurais tanto pode ser enquadrado nas políticas de desprivatização, pois promove a criação de moradias rurais, nas políticas de urbanização, pois implanta infraestrutura, nas políticas de geração de renda, uma vez que estimula as ocupações não agrícolas e a pluriatividade e ainda no âmbito das políticas de reordenamento político-institucional, pois favorece a descentralização das políticas públicas. Essas características apontam as vantagens desse programa para o desenvolvimento do novo rural.

Para Graziano da Silva *et al.* (2002) o desenvolvimento no novo rural brasileiro não deve mais estar atrelado a um viés urbano e agrícola, até então presente nas políticas públicas, mas nas atividades não agrícolas. Para isso, no entanto, é fundamental que se realize uma requalificação da população, uma vez que a mudança de atividades agrícolas para não agrícolas não é automática.

Os pesquisadores do Projeto Rurbano destacam a relevância de pesquisas sobre a importância das rendas agrícolas e não agrícolas entre as famílias rurais. No

entanto, os críticos do fenômeno da pluriatividade consideram a busca das atividades não agrícolas pelas famílias rurais um fenômeno irrelevante e mesmo efêmero, resultante da crise da atividade agrícola, de modo que as políticas públicas não devem estimular esse processo, pois isso significaria apenas o aumento da precarização do trabalho (SCHNEIDER, 2005).

Desse modo, pode-se observar que uma parte dos estudiosos defende a pluriatividade como forma eficaz de promover o aumento da renda das famílias rurais, sendo, assim, um processo a ser estimulado pelas políticas públicas; outra parte, porém, acredita que a pluriatividade representa apenas uma forma precária de trabalho e que, portanto, não deve ser estimulada.

Um dos autores que defendem a pluriatividade no âmbito das políticas de desenvolvimento rural é Schneider (2005). Esse autor acredita que a pluriatividade é uma estratégia de reprodução das famílias, pois as atividades não agrícolas e a combinação dessas com as de cunho agrícola são responsáveis por gerar novas oportunidades de ocupação e de aumentar a renda das famílias rurais.

Em trabalho mais recente, Schneider (2007) aborda a importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil, destacando que, no cenário internacional, tem aumentado a importância atribuída às atividades não agrícolas na geração de empregos e ocupações. Exemplo disso é o relatório sobre o emprego de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que destacou o papel das ocupações não agrícolas como estratégia de redução da pobreza rural (SCHNEIDER, 2007).

Considerando como referência a realidade brasileira, ou mesmo a América Latina, o apoio e o estímulo às atividades pluriativas se justifica pelo fato de que as mesmas constituem opções de enfrentamento dos problemas mais relevantes da população residente no meio rural, tais como “a geração de emprego, a melhoria das rendas, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos jovens e a promoção de mudanças nas formas de gestão interna das unidades familiares”. Desse modo, “o papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural consiste em contribuir para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades” (SCHNEIDER, 2007, p. 22).

No entanto, a emergência de um novo modelo de desenvolvimento rural não pode estar pautada somente no estímulo à pluriatividade, pois esta constitui apenas uma estratégia, não podendo por si só, resolver todos os problemas presentes nesse

meio. Dessa forma, é preciso ressaltar a importância que as atividades agrícolas continuarão a ter no meio rural e que a pluriatividade configura-se apenas como uma alternativa entre outras para as famílias (SCHNEIDER, 2007).

Entre tantos argumentos favoráveis à pluriatividade apresentados pelo autor, chama atenção o seguinte:

A pluriatividade pode ser pensada como uma estratégia para geração de empregos e rendas não agrícolas nos assentamentos rurais, especialmente naqueles que já possuem um excedente populacional que não é absorvido nos processos de produção agrícola *stricto sensu* por causa do *trade-off* que há entre o uso da força de trabalho e a produtividade dos fatores que, como se sabe, passa a depender crescentemente da qualificação da mão de obra e da inversão de tecnologias. Portanto, o estímulo à pluriatividade nos assentamentos rurais poderia representar soluções de emprego e renda complementar ao trabalho agrícola como opção ocupacional para quem não consegue (ou não deseja) trabalhar na atividade agrícola nos assentamentos (SCHNEIDER, 2007, p. 27).

Observando esse argumento, quando a pluriatividade é apresentada como uma alternativa aos assentados que não conseguem ou não desejam trabalhar em atividades agrícolas, surgem algumas indagações: Como um indivíduo que, residindo em um assentamento de reforma agrária, pode não ter condições de exercer pelo menos uma atividade agrícola? Como pode haver um assentamento que não ofereça condições para o exercício dessa atividade? Uma família que busca residência em um assentamento, mas não deseja exercer uma atividade agrícola, poderia ser classificada como “sem-terra”? Qual seria então o objetivo de uma reforma agrária que não oferece condições adequadas à produção agrícola ou que atenda um público que não tem interesse em exercê-la? Nesse caso, não seria mais viável e adequado uma estratégia como o Programa Vilas Rurais, que oferece condições propícias à pluriatividade e, ao mesmo tempo, não exige que seja realizada nenhuma prática agrícola, ficando a critério da família optar por atividades agrícolas, não agrícolas, ou ainda pela combinação de ambas?

Enfim, são apenas algumas questões que precisam ser pensadas em relação à necessidade e à viabilidade de um programa de reforma agrária tradicional quando comparado ao modelo de assentamento das Vilas Rurais.

Também é interessante outro argumento apontado por Schneider (2007), que é sobre o potencial da pluriatividade para criar ocupações e empregos, elevando a renda das populações tradicionais residentes em áreas de preservação, através da exploração das riquezas locais e das amenidades rurais, especialmente na

Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, constituindo dessa forma, uma estratégia para a redução da pressão antrópica sobre o meio ambiente.

Por todas as considerações expostas, Schneider (2007, p. 28) acredita que o Estado deve valorizar e estimular a pluriatividade no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, principalmente porque, no Brasil, a agricultura familiar pode ser um dos atores-chave desse processo e, assim, a pluriatividade pode ser entendida como uma forma de resgate das “características intrínsecas dos agricultores familiares, que historicamente sempre foram pluriocupados e tinham pluriformas (ou múltiplas formas) de rendimentos”.

Todavia, o autor alerta que seria equivocado acreditar que existe um modelo de política pública capaz de converter agricultores familiares monoativos em pluriativos, ou pensar que essa transformação seja homogênea em todos os contextos e situações concretas. Os estudos mostram que as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento da pluriatividade, no Brasil, sobretudo na região Sul, alcançaram essa condição sem a intervenção das políticas públicas, e que são as dinâmicas não agrícolas, associadas ao mercado de trabalho, as responsáveis pela emergência desse fenômeno entre as famílias. Dessa forma, é possível associar o aparecimento da pluriatividade às circunstâncias em que existe “uma articulação entre os interesses e as capacidades dos agricultores com as condições favoráveis do ambiente social e econômico em que se situam” (SCHNEIDER, 2007, p. 29).

Portanto, para se estimular o aparecimento da pluriatividade é fundamental a elaboração de instrumentos de intervenção direcionados tanto a família quanto a alteração do ambiente em que estão inseridos, promovendo assim, condições exógenas para a emergência desse fenômeno (SCHNEIDER, 2007).

Por fim, Schneider (2007) apresenta algumas sugestões práticas sobre as formas de estimular o desenvolvimento da pluriatividade no contexto brasileiro. Não serão discutidas aqui todas essas ideias, mas apenas uma que possui interesse para esta pesquisa. Trata-se da incrementação de políticas de habitação no meio rural, caso do Programa Vilas Rurais.

Para o autor, a maior parte dos projetos de financiamento e construção de moradias rurais encontra-se desvinculado de políticas de geração de emprego e renda. Assim, apesar de conseguirem uma moradia, muitas pessoas abandonam esses locais devido às dificuldades de encontrar emprego e ocupação. Dessa forma, é fundamental “estimular a articulação das políticas para o meio rural, como o

financiamento à habitação, com ações de geração de emprego em atividades não agrícolas e estímulo à pluriatividade das famílias que possam se estabelecer” (SCHNEIDER, 2007, p. 29).

Portanto, a pluriatividade se configura como uma estratégia importante para as políticas de desenvolvimento rural sustentável e, desse modo, cabe ao Estado estimular a sua ampliação (SCHNEIDER, 2007).

Para Graziano da Silva et. al. (2002), o viés que caracteriza tanto o velho quanto o novo é a heterogeneidade do espaço rural, o que impossibilita as generalizações. Sendo esta uma característica presente no espaço rural brasileiro é preciso que se considere a realidade local para o estabelecimento de políticas de estímulo a pluriatividade.

Concluindo, as análises de autores como Schneider e Graziano da Silva sobre o novo rural e as políticas de desenvolvimento rural oferecem elementos importantes para avaliar o Programa Vilas Rurais. De fato, esse programa contempla alguns aspectos levantados por Graziano da Silva *et al.* (2002) como importantes para o desenvolvimento rural, como ofertar moradia e serviços de tratamento de água e fornecimento de energia elétrica, ao mesmo tempo em que constitui um ambiente que estimula a pluriatividade das famílias. Nesse sentido, será investigada a presença de atividades não agrícolas e da pluriatividade entre os moradores da Vila Rural Povo Irmão, bem como o recebimento de dinheiro proveniente de aposentadorias, pensões e de políticas de combate à pobreza, como o Programa Bolsa Família.

A partir de uma caracterização dessas famílias, será possível verificar se o Programa Vilas Rurais melhorou as condições de vida dos beneficiários, levantando pontos positivos e negativos dessa política pública.

4 O PROGRAMA VILAS RURAIS: ORIGEM, CARACTERÍSTICAS E AVALIAÇÕES

A análise do desempenho de políticas públicas destinadas à população rural é fundamental para o entendimento da configuração espacial desse meio, sobretudo no que se refere ao modo de produção e ao trabalho. Assim, o presente capítulo tem por objetivo discutir um programa de desenvolvimento rural paranaense, trata-se das Vilas Rurais.

Nas páginas seguintes serão abordados aspectos relacionados a origem, as características e aos pontos positivos e negativos desse programa, buscando desse modo, realizar, no capítulo seguinte, a caracterização e análise da Vila Rural Povo Irmão, objeto dessa pesquisa.

O programa Vilas Rurais foi implantado no estado do Paraná na década de 1990, durante o mandato do então governador Jaime Lerner, mas sua origem remonta ao final da década de 1970.

De acordo com Souza (2000) foi em 1979, que Jaime Lerner, então como prefeito de Curitiba, iniciou sua experiência com assentamentos planejados, implantando assim, uma primeira versão do projeto das Vilas Rurais. Essa iniciativa pioneira ocorreu na localidade chamada Campo de Santana, local que atualmente corresponde ao Bairro Tatuquara, ao sul do município de Curitiba.

A expectativa deste projeto era de que os moradores pudessem trabalhar nas áreas rurais do entorno do assentamento e que ao mesmo tempo, explorassem seus lotes com culturas de subsistência e ainda comercializassem o excedente da produção. Esse mecanismo permitiria, assim, o autofinanciamento do projeto, uma vez que, o valor das terras compradas pelo governo a preço real, seria repassado às famílias. Nesse momento foram assentadas 60 famílias que residiam em lotes de 5 mil metros quadrados e se ocupavam em atividades de hortigranjeiros (SOUZA, 2000).

No entanto, foi somente na década de 1990, quando Jaime Lerner estava a frente do governo estadual, que os assentamentos das Vilas Rurais passaram a constituir um subprojeto de um amplo programa de desenvolvimento rural do estado, tratava-se do Projeto “Paraná 12 Meses”, implantado em parceria com o Banco Mundial e cujo principal objetivo era combater a pobreza no campo paranaense. “Aliviar a situação de pobreza rural no Estado numa ação sustentável, apoiada na

modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural" (PARANÁ, 1996, p.10).

O governo do Estado do Paraná, aproveitando a experiência do Banco Mundial no financiamento de projetos de assentamentos rurais em todo o mundo, elaborou o Projeto "Paraná 12 meses" visando o combate à pobreza rural. São 350 mil dólares aprovados para aplicação em cinco anos, até 2002, a fundo perdido. O Tesouro do Estado do Paraná participa com 50% dos recursos e o restante provém do Banco Mundial, na forma de financiamento (MARQUES *et al.*, 2001, p. 258).

Através do Programa "Paraná 12 Meses", os recursos do governo estadual juntamente com o montante oriundo do Banco Mundial foram investidos na implantação das Vilas Rurais, em trabalhos de conservação dos solos e na melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais pobres (MARQUES *et al.*, 2001).

De acordo com dados oficiais, acredita-se que o Projeto "Paraná 12 Meses" tenha alcançado 121.459 beneficiários de todas as regiões do Estado (IPARDES, 2006).

Essa intervenção no espaço rural paranaense, por meio de um ambicioso programa de desenvolvimento, se justifica pelo contexto econômico e social no qual estava inserido o meio rural do Estado.

De acordo com Cavalcanti (2009), com a decadência da cafeicultura e à expansão da mecanização agrícola a partir da década de 1970, intensas alterações ocorreram nos setores produtivos do Paraná. Uma dessas mudanças refere-se à estrutura fundiária, uma vez que a pequena propriedade familiar começou a ceder lugar à grande propriedade financiada pelo crédito rural.

No Paraná, na década de 1970, os setores produtivos do Estado sofreram intensas alterações. Até então, o Norte do Paraná, especificamente no eixo Londrina Maringá, era tomado por pequenas e médias propriedades. Os lotes, variando entre 2 (dois) e 10 (dez) alqueires paulistas, na sua maioria, eram habitados por trabalhadores que viviam em regime de economia familiar e cultivavam o café. A cafeicultura entrou em decadência e a mecanização agrícola se espalhou por quase todo o Paraná agricultável. As procuras por financiamentos aumentaram devido ao estímulo de fazendeiros paulistas, favorecendo a compra de máquinas e implementos agrícolas, desestimulando a cafeicultura e incentivando o cultivo de oleaginosas: devido à crise do café no mercado mundial (CAVALCANTI, 2009, p. 82).

Assim, a partir da década de 1970, grandes mudanças passaram a atingir o meio rural do Estado, tais como a fabricação de máquinas, implementos e insumos

agrícolas que se destinavam ao campo mecanizado, a decadência da cafeicultura devido a doenças como a ferrugem e o problema das geadas, destaca-se aqui a grande geada de 1975 que arrasou as plantações paranaenses, e ainda a aproximação do trabalhador rural ao trabalhador urbano com o Estatuto do Trabalhador Rural, dificultando as relações de trabalho no campo (CAVALCANTI, 2009).

Com o aumento do número de médios e grandes proprietários, os pequenos produtores tiveram seus atendimentos reduzidos, dando origem a uma política protecionista, que priorizava os grandes proprietários em detrimento dos pequenos (CAVALCANTI, 2009).

Para Cavalcanti (2009) essa situação acabou conduzindo ao surgimento de movimentos populares e na questão da terra, além disso, conduziu a um intenso processo de êxodo rural.

Durante a década de 1970, mais de 2.650.000 pessoas deixaram o campo. Destas, 1.450.000 passaram a residir nas periferias das grandes e médias cidades paranaenses. O restante foi lançado para as fronteiras do oeste brasileiro. Dando origem ao trabalhador volante (bóia-fria). Levantamentos demonstravam que mais de 400 mil trabalhadores volantes passavam todo tipo de necessidade (CAVALCANTI, 2009, p. 84).

Diante dessas transformações, a pobreza e o êxodo rural se tornaram características típicas do cenário rural paranaense na década de 90 (CAVALCANTI, 2009).

Em 1995, a zona rural e a agropecuária do Estado do Paraná caminhavam para a decadência. Aproximadamente 20% de seus moradores (1.800.000 pessoas) não ganhavam o suficiente para sobreviver e não tinham oportunidade de trabalho. Segundo o Sistema Nacional de Empregos (SINE-PR), mais de 150 mil pessoas ficaram desempregadas e milhares de postos de trabalho foram desativados. O mais grave, e com origem nas décadas de 1980 e 1990, foi que mais de 800 mil paranaenses migraram para outras regiões, em busca de uma nova perspectiva de vida (CAVALCANTI, 2009, p. 83).

Diante desse quadro, visando contornar o quadro de pobreza e êxodo rural, as medidas a serem tomadas deveriam ter como meta a melhoria das condições de vida da população, promovida através da geração de empregos e do desenvolvimento da agricultura. Além disso, havia a necessidade de propiciar uma nova forma de assentamento do homem no campo (CAVALCANTI, 2009).

Portanto, é nesse contexto que o projeto de assentamentos planejados, as Vilas Rurais, é retomado no estado do Paraná, na década de 1990, a partir do Projeto “Paraná 12 Meses”.

O Projeto “Paraná 12 Meses” vigorou de dezembro de 1997 até março de 2006, sendo estruturado nos seguintes componentes: Desenvolvimento da Área Social, Desenvolvimento da Área Produtiva, Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Tecnológico, desmembrados em subcomponentes e atividades. Por sua vez, a Atividade das Vilas Rurais, juntamente com a Atividade Comunidades Rurais Pobres, estava inserida no Componente Desenvolvimento da Área Social, Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural (IPARDES, 2006).

Portanto, inserida no subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural, a Atividade das Comunidades Rurais Pobres abrangia três áreas de atuação: 1) infraestrutura social familiar: reforma/construção de residências; abastecimento de água e saneamento básico; 2) desenvolvimento comunitário: construção de galpões comunitários; organização dos grupos de beneficiários nas comunidades para o acesso aos serviços sociais (saúde, educação, creche); 3) geração de renda: aumento da renda na unidade produtiva e na comunidade por meio de empreendimentos comunitários – atividades desenvolvidas coletivamente pelos agricultores (atividade agrícola ou não agrícola, na propriedade ou fora desta); fomento agrícola; e capacitação/profissionalização. Por sua vez, cabia a Atividade das Vilas Rurais implantar moradias em locais próximos aos centros mais dinâmicos do Estado, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais volantes (MARQUES e VERDE, 2007).

A Atividade das Vilas Rurais também estava orientada em três áreas de atuação: (a) infraestrutura social familiar: moradia; (b) desenvolvimento comunitário: galpões comunitários e; (c) geração de renda: capacitação/profissionalização (MARQUES e VERDE, 2007).

Mas o que é uma Vila Rural? Segundo as Normas Operacionais do Programa (PARANÁ, 1995, p. 2), uma Vila Rural pode ser entendida como “uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida”. As Vilas Rurais deveriam constituir polos de trabalho e produção agrícola e não agrícola, servidas de infraestrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e os correspondentes serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural,

assistência social, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda, asseguradas as condições para organização comunitária e para o trabalho.

Esse programa prevê a criação de assentamentos com lotes de cerca de 5 mil metros quadrados para cada família (meio hectare), bem como uma casa com, aproximadamente, 44 m² e ainda insumos para o plantio (PARANÁ, 1995).

Desse modo, as Vilas Rurais tinham por objetivo atender a uma demanda específica da população rural: trata-se dos trabalhadores rurais volantes, também chamados de bóias-frias. Para Marques e Verde (2007, p. 191), esse grupo de trabalhadores rurais “caracteriza-se fundamentalmente pelo seu caráter de despossuído das condições elementares de moradia e de renda. Esta última, vinculada a uma condição instável do ponto de vista de inserção no mercado de trabalho”.

Os dados do Manual Operativo do Programa “Paraná 12 Meses” indicavam que em nosso Estado existiam, aproximadamente, 300 mil trabalhadores rurais volantes residindo em periferias urbanas ou em distritos rurais, em condições precárias (MARQUES e VERDE, 2007).

Portanto, tendo por finalidade o apoio a esse grupo de trabalhadores rurais, a Atividade Vilas Rurais, promovida por meio do Projeto “Paraná 12 Meses”, representou a criação de um projeto habitacional, que por sua vez, deveria ser acompanhado de outras intervenções, tais como apropriação produtiva do lote; desenvolvimento comunitário; atividades conjuntas e capacitação/profissionalização (MARQUES e VERDE, 2007).

Essas intervenções tinham as seguintes metas: diminuir a migração rural-urbana e vice-versa; possibilitar a melhoria das condições de vida; facilitar a posse da terra e moradia própria; possibilitar a qualificação da mão de obra; aumentar a organização social; melhorar o acesso a bens e serviços; melhorar as condições alimentares; aumentar a renda líquida familiar; melhorar a integração social e familiar (MARQUES e VERDE, 2007).

Para o ingresso no projeto era necessário o atendimento dos seguintes critérios: ser trabalhador rural volante; residir em sub-habitação; exercer atividade remunerada, de caráter temporário, nas áreas rurais do município; idade máxima de 55 anos; renda familiar entre um e três salários mínimos (MARQUES e VERDE, 2007).

Para a escolha do terreno onde ocorreria a implantação de uma Vila Rural era essencial levar em conta as características da terra, tais como fertilidade do solo, topografia compatível para o plantio e presença de mata nativa (CAVALCANTI, 2009).

As Vilas Rurais deveriam ser implantadas em áreas agricultáveis de modo a permitir a exploração de subsistência, e em caso de excedente, sua comercialização. Outra característica muito importante a ser observada refere-se a proximidade das vilas em relação aos centros urbanos, as Vilas Rurais deveriam localizar-se próximas as cidades para, desse modo, permitir o acesso a serviços sociais básicos como saúde e educação, bem como a proximidade aos sistemas viários, facilitando assim, o acesso a locais de trabalho e a centros consumidores (MARQUES e VERDE, 2007).

Além dessas características, as Vilas Rurais também deveriam propiciar energia elétrica, saneamento e água encanada aos moradores (MARQUES e VERDE, 2007).

Assim, a compra do terreno ficava a cargo da prefeitura, que também era responsável pela divulgação do programa junto à população. Após a aquisição do terreno, a CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná começava as obras de preparo. Caberia, neste período, à EMATER/PR - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná definir, juntamente com a associação de moradores, o projeto socioeconômico da vila, isto é, o que seria plantado em seus lotes, seria ainda função da EMATER servir na assistência técnica e na extensão rural, fornecendo insumos e equipamentos aos vileiros. Por sua vez, caberia à SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a análise das condições técnicas da área para exploração da terra, e por fim, a COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, a responsável pelo financiamento da habitação (CAVALCANTI, 2009).

Dessa forma, diversos órgãos estaduais foram mobilizados para a execução das Vilas Rurais, compõem essa lista 12 órgãos estaduais além da prefeitura municipal, são eles: SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná; CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná; SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná; COPEL - Companhia Paranaense de Energia; SECR - Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família; SERT - Secretaria de Estado do Emprego

e Relações do Trabalho; SEED - Secretaria de Estado de Educação; SESA - Secretaria de Estado da Saúde; SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; IAP - Instituto Ambiental do Paraná (FERNANDES e PONTE, 2002).

A partir da entrega e posse do lote, as famílias assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses, sendo que o valor das prestações mensais apresentam valores em torno de 20% do salário mínimo vigente, é somente após o pagamento do financiamento que os moradores recebem o título de propriedade da terra (FERNANDES e PONTE, 2002).

A primeira Vila Rural criada no âmbito do Programa “Paraná 12 Meses” foi a Vila Rural Nova Ukrânia, localizada no município de Apucarana e inaugurada em 26 de maio de 1995 (CAVALCANTI, 2009).

Ao final do Projeto “Paraná 12 Meses”, em 2006, existia no Estado 403 Vilas Rurais, nas quais estavam assentadas 15.609 famílias, as quais saíram de uma situação de risco social para uma condição melhor quanto à moradia (MARQUES e VERDE, 2007).

O IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento, que realizou avaliação socioeconômica da atividade Vilas Rurais do Projeto “Paraná 12 Meses” entre os anos de 1999 e 2005, constatou, a partir de uma amostra de 732 famílias escolhidas aleatoriamente de um universo de 120 Vilas Rurais, aspectos positivos e negativos (MARQUES e VERDE, 2007).

As alterações positivas constatadas são: “o acesso a bens duráveis, que apresentaram um salto qualitativo na vida das famílias analisadas; a exploração do lote, que, em parte, realizou o seu intento de subsistência e, em parte, voltou-se para a comercialização; e o aumento da renda familiar *per capita*” (MARQUES e VERDE, 2007, p. 193).

Por sua vez, as alterações negativas constatadas referem-se a problemas de erosão do solo e a implantação de atividades agregadoras de renda, que apresentaram pouca efetividade (MARQUES e VERDE, 2007).

Apesar dos aspectos negativos, Marques e Verde (2007) ressaltam a importância do Projeto “Paraná 12 Meses”, por se tratar de uma orientação inédita para projetos voltados à população rural, desenvolvidos pelo Estado do Paraná. “Pela primeira vez foram pensadas ações para além do manejo, conservação e

produtividade ao apoiar o segmento mais pobre da população domiciliada no rural, com infraestrutura básica” (MARQUES e VERDE, 2007, p. 193).

A avaliação socioeconômica das atividades do Sub-componente Combate à Pobreza apontou o importante papel que o Projeto “Paraná 12 Meses” teve, não só ao apontar necessidades e propor políticas para um segmento quase esquecido da sociedade paranaense, mas também por ter possibilitado a essa parcela da população o acesso a bens e serviços. Se a avaliação mostrou que persistem demandas, mostrou, também, a importância do que foi executado. Tem-se, assim, a convicção de que, sem a ação do projeto, certamente as condições de vida de parte significativa da população rural pobre do Paraná estariam piores (MARQUES e VERDE, 2007, p. 193).

As Vilas Rurais representam, portanto, uma inovação no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, pois mostram uma preocupação com a infraestrutura no campo, visando melhorar a qualidade de vida da população, juntamente com o aumento da renda familiar advindo tanto das atividades agrícolas quanto as não agrícolas.

Sendo assim, o programa “Vilas Rurais” pode ser entendido como uma nova estratégia de desenvolvimento rural, dentro do grupo que Souza e Grossi (2000) chamam de “novas políticas” para o rural brasileiro. Essas novas políticas, além da preocupação com a geração de ocupação e renda, levariam em consideração a questão da interação entre o rural e o urbano, incorporando ainda os processos de industrialização e urbanização e o desenvolvimento agrícola e rural.

Desse modo, de acordo com Souza (2000), a criação das Vilas Rurais foi baseada no conceito de “rurbano”, já discutido no capítulo anterior.

Portanto, a concepção do programa se ajusta muito bem ao diagnóstico elaborado por pesquisadores como José Graziano da Silva e Marcelino de Souza no âmbito do Projeto Rurbano. Segundo esses autores, os processos de urbanização e de modernização agrícola tiveram o efeito de reduzir a rentabilidade da agricultura (e, portanto, o preço dos alimentos), além de produzir uma integração cada vez mais profunda entre os espaços urbanos e rurais. Como resultado, a urbanização da PEA agrícola, bem como a expansão da pluriatividade e das ocupações rurais não agrícolas, tornariam mais apropriado pensar na existência de uma gradação ao longo de um *continuum* rural-urbano do que numa distinção clara entre espaços ou modos de vida urbanos e rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Segundo SOUZA (2000), o meio rural paranaense já não pode ser caracterizado como um espaço exclusivamente agrícola, porque a ele se adicionam

outras dimensões não estritamente produtivas, além disso, vem ocorrendo também um aumento significativo da população ocupada em atividades não agrícolas. O autor constata também o fenômeno da urbanização da agricultura no Paraná através não somente da presença de PEA agrícola que possui domicílio urbano, mas também e, principalmente, pela tendência confiável de crescimento da PEA não agrícola que possui domicílio rural. O programa Vilas Rurais tem por público alvo justamente as famílias da PEA agrícola que possuem domicílio urbano, ou seja, os trabalhadores rurais volantes que, em sua maioria, residem nas cidades.

Souza e Grossi (2000) detectaram o avanço das atividades pluriativas no âmbito das famílias beneficiárias do programa Vilas Rurais, o que indica a forte interdependência desses assentamentos rurais com o meio urbano, presentes, sobretudo, na forma de trabalhos de baixa qualificação realizados por membros dessas famílias nas cidades próximas.

Portanto, o número de ocupações não agrícolas tem aumentado sinificativamente no estado do Paraná, e esse fenômeno não é algo recente, mas já foi detectado na década de 90 em pesquisa de Souza (2000).

Atualmente, para Souza e Grossi (2000), as políticas rurais baseadas na ideia de rurbanização, como é o caso do Programa Vilas Rurais, constituem importantes alternativas diante das profundas transformações no modo de produzir e viver no espaço rural, transformações essas que são fruto do aumento das articulações entre o rural e o urbano.

É válido ressaltar que nem todos concordam com a ideia de urbanização do campo. Para Fernandes e Ponte (2002), as Vilas Rurais são vistas, na perspectiva do governo, a partir da ótica de urbanização do campo. No entanto, esses pesquisadores discordam dessa ideia, uma vez que consideram a urbanização como um processo de territorialização das cidades, desse modo, não estaria em curso um processo de urbanização do campo, mas somente um processo de extensão de infraestrutura social típica do meio urbano ao meio rural.

Na falta de um conceito adequado, chama-se esse processo de “urbanização” do campo. A constituição das Vilas Rurais, bem como de assentamentos rurais têm causado impactos socioterritoriais, com a implantação de uma rede, ainda que precária, de infraestrutura e serviços sociais, como por exemplo: eletrificação rural, escolas, postos de saúde, água, transporte entre outros. Esses elementos não são próprios do urbano, mas de qualquer espaço geográfico. Nesse caso, o que estamos presenciando é a configuração de uma nova ruralidade, onde o campo

também recebe políticas públicas que antes eram quase que exclusivas das cidades (FERNANDES e PONTE, 2002, p. 117).

Enfim, independente de se entender as mudanças recentes no espaço rural como fruto de um processo de urbanização do campo ou somente como a extensão de infraestrutura a esse meio, o fato é que, no contexto do novo rural, a principal característica das Vilas Rurais é a pluriatividade das famílias, pois, de acordo com Fernandes e Ponte (2002) é através da pluriatividade que os vileiros conseguem auferir renda.

O programa Vilas Rurais tem sido objeto de diversas pesquisas nos últimos anos, de modo que, muitos pontos positivos e pontos negativos já foram levantados. No entanto, as maiores críticas em relação a esse programa se referem a sua comparação com os programas tradicionais de reforma agrária. Vejamos melhor essa discussão.

Um dos pontos mais discutidos quando o Programa Vilas Rurais é comparado a uma política tradicional de reforma agrária diz respeito ao tamanho dos lotes que as famílias recebem, de cerca de 5 mil metros quadrados. Diversos autores apontam que as famílias não podem prover seu sustento com tão pouca terra.

Um dos objetivos do Programa Vilas Rurais é que, por meio da aquisição dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal, que é obtida a partir do trabalho rural e urbano fora do lote. Mas, constatando a realidade das Vilas, podemos verificar que a quantidade da produção agrícola é ínfima para suprir as necessidades básicas dos vileiros, sendo insuficiente para a sua comercialização; este fato se deve ao reduzido tamanho do lote ($\frac{1}{2}$ ha) e a falta de incentivos destinados aos moradores (FERNANDES e PONTE, 2002, p. 116).

De fato, essa pode ser uma crítica válida se tomarmos como referência o modo tradicional de reforma agrária adotado no Brasil, cujos assentamentos apresentam lotes maiores com o fim de permitir que a sobrevivência da família esteja estritamente ligada à renda gerada no próprio lote (ZAFALON, 2009). No entanto, não é essa a proposta do programa. Desde sua criação, o programa Vilas Rurais previa o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelas famílias fora de seu lote (PARANÁ, 1995).

Desta forma, a pluriatividade é entendida como um fator positivo nas Vilas Rurais, pois é responsável por elevar a renda e melhorar as condições de vida das famílias.

No entanto, autores como Fernandes e Furini (2002) não entendem a pluriatividade presente nas Vilas Rurais desse modo, considerando que o trabalho externo ao lote da família só é relevante por ser o mesmo insuficiente para a prática agrícola, o que leva a caracterização das Vilas Rurais como locais de “reserva de mão de obra, tanto para o meio urbano como para o meio rural, e seus moradores sendo vistos como trabalhadores temporários; pois como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda” (FERNANDES e PONTE, 2002, p. 116).

Nesse contexto, a pluriatividade é entendida pelos autores como uma estratégia de sobrevivência dos vileiros, uma vez que a renda oriunda das atividades agrícolas realizadas nos lotes não é suficiente para manter sua reprodução.

Mas essa não é a única crítica levantada em relação ao programa. Para Fernandes e Ponte (2002), as Vilas Rurais apresentam um caráter excludente, uma vez que tem por público prioritário as famílias de trabalhadores rurais volantes, negligenciando assim outros trabalhadores rurais que também necessitam de apoio para a sua sobrevivência nesse meio, tais como os posseiros, meeiros, parceiros, entre outros.

Além disso, o programa atenderia a um interesse de classe viabilizando mão de obra para os setores que detêm a terra e outros meios de produção, ou seja, os moradores das Vilas Rurais, retirados das periferias urbanas, estariam mais próximos as grandes propriedades rurais, constituindo, assim, mão de obra para as mesmas. Ao mesmo tempo, a retirada desse contingente das cidades amenizariam os problemas urbanos causados pela concentração populacional (FERNANDES e PONTE, 2002).

Fernandes e Ponte (2002, p. 116) consideram o codinome “Nova Reforma Agrária”, atribuído pelo governo ao Programa Vilas Rurais, uma propaganda falaciosa, uma vez que:

O Programa Vilas Rurais é, de fato, mais uma política pública para o fornecimento de mão de obra assalariada ao capital do que uma possível alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades, o que seria o objetivo de um projeto de reforma agrária (FERNANDES E PONTE, 2002, p. 116).

Nesse sentido, Fernandes e Ponte (2002) consideram as Vilas Rurais uma política de controle social, visto que tenta inibir os movimentos sociais de luta pela terra.

Por sua vez, Cavalcanti (2009, p. 85) considera o programa um modelo de assentamento planejado, cuja pretensão seria esvaziar o movimento dos trabalhadores sem terra no Estado. Isso ocorreria devido ao fato de que “as Vilas Rurais abrigaram os bóias-frias que podiam ser mais facilmente contratados pelos empregadores rurais, além de que devolveu aos expropriados o *status* de proprietário de um pedacinho de terra”.

Realmente, a maior preocupação desse momento parece ter sido o enfrentamento as invasões de terra promovidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) do que propriamente o estabelecimento de uma política pública que contemplasse o novo rural. Motivo que pode justificar o fato do programa não ter tido continuidade nos anos seguintes diante de uma relativa estabilidade e do declínio dos conflitos e do número de invasões promovidas por esse movimento, o que somado a mudança de partido político a frente do governo estadual, acabou por extinguir o programa.

No entanto, se na atualidade os conflitos pela terra não justificam mais a implantação das vilas rurais, o espaço rural tem adquirido cada vez mais características que demandam políticas de apoio às atividades não agrícolas e a pluriatividade, de modo que, o Programa Vilas Rurais ainda pode ser uma importante estratégia de desenvolvimento rural.

Na visão de Cavalcanti (2009, p. 86), é necessário criar condições para que as famílias não deixem o campo, o que poderia agravar ainda mais os problemas urbanos, desse modo, o programa Vilas Rurais é um importante instrumento na contenção do êxodo rural.

Os grandes centros urbanos estão sofrendo o ônus da incorporação de milhares de paranaenses que chegam a cada ano. As Vilas Rurais, hoje implantadas já evitaram que mais de 80 mil pessoas viessem a aumentar o inchaço urbano (CAVALCANTI, 2009, p. 86).

Para Esser *et al.* (2006, p. 109), o mérito das Vilas Rurais reside no fato do mesmo constituir “uma forma de ‘desprivatizar’ o espaço rural e criar, sobretudo, áreas de moradia para uma parcela importante de trabalhadores rurais”.

Há que se considerar que o próprio Secretário da Habitação, do governo do Paraná, reconheceu que o programa não se trata de um projeto de reforma agrária, mas consiste somente em plano de habitação que visa apoiar o trabalhador rural volante, sendo ainda “uma forma encontrada para tentar reter as pessoas no campo por mais uma geração, tempo suficiente para que as cidades criassem infraestrutura para absorvê-las” (ESSER *et al.*, 2006, p. 109).

Por sua vez, Fernandes e Ponte (2002) criticam a declaração do ex-presidente da COHAPAR, que afirma:

As Vilas Rurais são um programa que busca a construção de residências para os bóias-frias, tendo o objetivo de combater a falta de moradia para esta população, proporcionando-lhe condições mínimas de habitação no campo, uma vez que dotá-las de infraestruturas nas cidades incorreria em um gasto maior do que no meio rural (CERVI, 2001, *apud* FERNANDES e PONTE, 2002, p. 116).

Dessa forma, segundo Fernandes e Ponte (2002), devido ao fato de que o custo para compra dos terrenos é menor no campo que na cidade, as Vilas Rurais representariam uma “nova forma de organização do espaço geográfico” e também um “novo elemento na questão campo-cidade”, pois assim os trabalhadores são transferidos das periferias urbanas para o campo, tendo como consequência a “disponibilização de mão de obra barata tanto para o campo quanto para a cidade” (FERNANDES e PONTE, 2002, p.116).

É estranho que se considere negativo o fato de instalar as Vilas Rurais no campo, mas ao mesmo tempo a pequena distância do núcleo urbano. Ora, essa característica é positiva, uma vez que permite a esses trabalhadores, de baixa qualificação, que tenham a oportunidade de se inserirem em atividades agrícolas e não agrícolas. Considerando a sazonalidade na oferta de ocupação na agricultura, a proximidade aos centros urbanos permite que os moradores das Vilas Rurais, caso desejem ou necessitem, busquem, quer em caráter temporário ou permanente, formas de ocupação e mesmo de qualificação nas cidades.

Fernandes e Ponte (2002 p. 116) consideram que:

As Vilas Rurais são moradias em espaços onde as famílias vivem, principalmente, do trabalho assalariado, no campo ou na cidade, em atividades rurais e não agrícolas, pluriativas e ainda produzem culturas para autoconsumo.

Assim, esses autores não acreditam na viabilidade da prática agrícola destinada a comercialização, devido tanto ao tamanho do lote quanto a falta de incentivos aos moradores.

Apesar das dificuldades, a prática agrícola destinada a comercialização pode ser realizada nas Vilas Rurais, desde que se escolha o cultivo adequado às condições do local e que o mesmo possa ser realizado em pequenas áreas, temos como exemplo disso as hortaliças e certos tipos de frutíferas.

Um bom exemplo é a Vila Rural Bela Vista, na cidade de Anahy, onde foi relatada a existência de um morador que, com recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), construiu uma estufa para o plantio de hortaliças, outro morador que cultiva café adensado, mais três moradores que plantam mandioca, um morador que cultiva vassoura e outro que planta pepino destinado ao abastecimento da fábrica de conserva localizada no município (ESSER *et al.*, 2006).

No entanto, é necessário que a assistência técnica esteja efetivamente presente nas Vilas Rurais, promovendo a orientação e a capacitação dos vileiros. Talvez seja justamente a falta de orientação e capacitação, além da precariedade da assistência técnica, os fatores responsáveis pela não exploração comercial de muitos lotes nas Vilas Rurais.

Considerando as críticas realizadas ao Programa Vilas Rurais, algumas indagações são importantes: Será que de fato, um programa que propicie moradia digna, saneamento, condições de produção agrícola, mesmo que apenas para a subsistência com comercialização do excedente e condições para a realização de atividades não agrícolas é ruim para esses trabalhadores rurais? Será mesmo que todos esses trabalhadores desejam uma propriedade maior para a prática exclusiva de atividades agrícolas como no modelo tradicional de reforma agrária? Não existiriam assim, dois públicos distintos, que apesar de moradores do campo apresentam interesses diferentes? Será mesmo que o programa Vilas Rurais não trouxe melhorias nas condições de vida das famílias? Será que o campo paranaense carece mesmo de uma política que promova alterações em sua estrutura fundiária? É preciso considerar que as maiores críticas às vilas são feitas justamente devido à comparações entre as vilas rurais e os assentamentos de reforma agrária, o que por vezes impede os autores de enxergarem os aspectos positivos do Programa Vilas Rurais, ou seja, trata-se de amarras ideológicas que impedem a aceitação de que a

reforma agrária não é a única solução para combater a pobreza e melhorar as condições de vida no campo.

Apesar de a população rural do Paraná representar menos de 20% do total, segundo o Censo Demográfico de 2000, a economia do Estado ainda se encontrava fortemente vinculada às atividades agrícolas, além disso, uma parcela significativa dessa população vivia em condições precárias, sem acesso a renda mínima, moradia adequada, nem a um nível educacional ou formação profissional adequados. Essa situação se agravava ainda mais pela presença milhares de trabalhadores rurais volantes no campo paranaense (MARQUES e VERDE, 2007).

Considerando essa situação econômica e social, uma intervenção do Estado por meio de um programa de desenvolvimento rural era extremamente importante.

Por essa razão é necessário ressaltar novamente, como afirmam Marques e Verde (2007), o caráter de despossuído de condições elementares de moradia e de renda que afetava o público alvo do programa Vilas Rurais. Desse modo, o simples fato de retirar uma parcela da população da periferia urbana que vivia sem moradia própria e conceder a essas famílias condições dignas de moradia no campo, pode ser um fator positivo do programa, uma vez que a pluriatividade já era uma característica presente no modo de vida dessas famílias.

Portanto, foi nesse contexto que o Programa Vilas Rurais se estabeleceu como um importante instrumento de combate à pobreza e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes, pois propicia a esse segmento moradia digna e condições de geração de renda, mesmo sendo esta última em caráter complementar às atividades já realizadas, que tanto podem ser atividades agrícolas ou não agrícolas, desenvolvidas no meio rural ou mesmo no meio urbano.

Inicialmente, as Vilas Rurais pareciam ser de difícil aceitação para muitos prefeitos, no entanto, essa situação acabou mudando rapidamente, e as vilas se espalharam por todo o Estado, representando uma medida eficaz contra a invasão de terras particulares (CAVALCANTI, 2009).

Enquanto residem numa vila, as famílias dos “vileiros” tornam-se proprietárias e deixam de ser ameaças potenciais, tais como: à invasão de terras, conforme o modelo do MST; ao inchaço urbano das periferias de muitas cidades; à migração para outros estados e outras regiões do Brasil ou até mesmo a países vizinhos do Brasil (CAVALCANTI, 2009, p. 86).

Ora, se algumas famílias se sentiram satisfeitas com a aquisição dos lotes nas vilas rurais e desistiram de pleitear lotes em assentamentos de reforma agrária, isso significa que esse grupo não se encaixaria nesse tipo de projeto, pois provavelmente, não tem interesse em exercer somente atividades agrícolas ou mesmo estão apenas interessadas na aquisição de moradia própria.

Para Cavalcanti (2009), as Vilas Rurais possibilitam a junção de mão de obra organizada num determinado local, criando assim uma organização da força de trabalho, frente aos grandes produtores que necessitam dessa mão de obra.

Além disso, no futuro, as Vilas Rurais poderão se transformar em distritos e até mesmo em novos municípios. Assim, é muito importante que o governo estadual assegure medidas que tenham por objetivo melhorar a vida das famílias assentadas nas Vilas Rurais (CAVALCANTI, 2009).

Ao sustentar a melhor qualidade de vida aos moradores das Vilas Rurais, a instituição governamental do Paraná está conquistando a confiança dos novos eleitores do Estado. A política de dar teto a quem não tem e de ofertar condições àqueles que se tornam proprietários representa organizar politicamente a população para que seja mais consciente de seus direitos e deveres (CAVALCANTI, 2009, p. 87).

Outro fator a ser considerado diz respeito à qualificação dos moradores das Vilas Rurais, processo esse que pode ser facilitado pelo fato desses moradores pertencerem a uma mesma origem social e econômica.

Para Cavalcanti (2009, p. 87):

Ao alavancar as forças produtivas do Estado e preparar mão de obra qualificada para nelas trabalhar, todos os organizadores das Vilas Rurais estão de certa forma criando uma política administrativa adequada aos tempos e aos locais.

Em relação aos aspectos positivos das Vilas Rurais, é preciso ressaltar ainda a contenção do êxodo rural e o atendimento às famílias mais carentes. Essas se beneficiam, sobretudo, pela aquisição da casa própria.

Se não houvesse a organização das Vilas Rurais, hoje, o Paraná teria que contar com mais de 80 mil pessoas para somar ao grande número de miseráveis que habitam o Estado. Para muitos municípios, uma Vila Rural resolve as dificuldades mais prementes de mais de 10% das famílias mais carentes (CAVALCANTI, 2009, p. 87).

Por todos os aspectos positivos levantados, Cavalcanti (2009, p. 86), considera que as Vilas Rurais representam hoje “a maior organização do espaço rural brasileiro. É de fato a maior extensão mundial em termos de organização do espaço urbano”.

Muitas pesquisas já trataram do tema das Vilas Rurais, alguns estudos apontam mudanças positivas na vida dos moradores e outras ressaltam aspectos negativos.

Entre os aspectos negativos levantados destacam-se a distância da Vila Rural em relação ao núcleo urbano do município, a declividade do terreno e a as características do solo que, em alguns casos, inviabilizam a prática agrícola.

Em relação ao primeiro problema, Oliveira (2002) destaca o caso da Vila Rural Princesa dos Campos – Bocaína II, no município de Ponta Grossa. Essa Vila Rural localiza-se a 22 km do centro do município, estando ainda 8 km distante do ponto de ônibus mais próximo. Essa situação dificulta o acesso a bens e serviços, tais como saúde e educação.

Além da distância em relação ao núcleo urbano, outros problemas dificultam o pleno desenvolvimento dessa Vila Rural, trata-se do terreno com alta declividade e alto índice de pedregosidade do solo, o que impossibilita as atividades agropecuárias em muitos lotes (OLIVEIRA, 2002).

Porém, é preciso lembrar que, a responsabilidade pela escolha e compra do terreno para a construção de uma Vila Rural era da prefeitura municipal, que deveria levar em conta todos os aspectos físicos do local a ser escolhido, de modo a viabilizar a prática agrícola estando, ao mesmo tempo, próxima ao meio urbano para também viabilizar outras formas de ocupação dos moradores. Cabe aqui uma indagação: Por que alguns prefeitos desconsideraram as condições naturais do meio, sendo que o programa estabelecia orientações e critérios para a escolha do terreno? Seria essa mais uma forma que políticos desonestos encontraram para desviar dinheiro público? Enfim, para que essas dúvidas possam ser sanadas, cada caso deve ser analisado particularmente.

Infelizmente esses não são os únicos problemas que os moradores das Vilas Rurais enfrentam. Há também a questão da deficiência na assistência técnica e na execução de projetos de geração de renda, caso das Vilas Rurais dos municípios de Corbélia e Anahy, região Oeste do Paraná, apontado em pesquisa de Esser *et al.* (2006).

Considerando que o principal público das Vilas Rurais são os trabalhadores rurais volantes, caracterizados por um perfil de mão de obra desqualificada, a inclusão desse grupo em qualquer projeto de geração de renda diferente daquela atividade na qual está habituado a trabalhar necessita estar associada a assistência técnica especial (ESSER *et al.*, 2006).

As famílias não podem ser abandonadas a sua própria sorte, de modo que um trabalho eficaz de assistência técnica e/ou projetos de geração de renda podem ser fatores decisivos para o sucesso de uma Vila Rural. Esses itens eram previstos pelo programa, no entanto, nem sempre se concretizaram. Mais uma vez surge a inquietação: Por que a ideia original do Programa Vilas Rurais não foi colocada em prática na sua íntegra? Não basta apenas assentar as famílias, é preciso criar condições concretas para a sua sobrevivência e reprodução social.

Também têm sido relatados problemas de abastecimento de água nas Vilas Rurais, situação que afetou, por exemplo, a Vila Rural Nova Ucrânia, em Apucarana, conforme pesquisa de Cavalcanti (2009).

No entanto, essas falhas devem ser consideradas como erros de execução do projeto, que, por sua vez, não devem ser utilizados para denegrir a ideia e projeto original do Programa Vilas Rurais.

Felizmente, as pesquisas realizadas nos últimos anos também levantaram aspectos positivos e casos de sucesso do programa.

Apesar das deficiências em termos de assistência técnica e nos projetos de geração de renda, Esser *et al.* (2006), ressaltam que houveram melhorias nas condições de vida dos moradores das Vilas Rurais de Corbélia e Anahy. Essas melhorias dizem respeito ao aumento patrimonial e de qualidade de vida das famílias, além do aumento da autoestima e satisfação, devido a aquisição da casa própria e de um terreno para a produção de subsistência, bem como ainda a redução de risco social desses assentados. No entanto, não se constatou aumento significativo da renda familiar, desse modo, o principal impacto do programa é a melhoria na qualidade de vida.

Mesmo não tendo proporcionado aumento expressivo de renda, a melhoria da qualidade de vida é uma importante conquista, por esse motivo, Esser *et al.* (2006) consideram a Atividade Vilas Rurais uma política de desenvolvimento rural que possibilitou aos seus beneficiários a superação de importantes privações, tais como a moradia própria e a aquisição de um pedaço de terra para a subsistência.

Além desses aspectos positivos, o aumento patrimonial dos moradores das Vilas Rurais também ocorre com a valorização dos lotes, temos como exemplo o caso da Vila Rural Terra Prometida, localizada no município de Apucarana, mostrado no trabalho de Cavalcanti (2009).

Diversas pesquisas visando a avaliação do Programa Vilas Rurais foram realizadas. Destacam-se as avaliações realizadas pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, uma vez que a realização de um processo de avaliação era uma exigência contratual entre o Governo do Paraná e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (SOUZA, 2000).

Souza (2000) apresenta os resultados da avaliação preliminar do Programa Vilas Rurais realizado um ano após o início do mesmo. Os dados apresentados referem-se a Vilas Rurais em implantação nos municípios de Toledo, Apucarana, Tibagi, Pitanga e Manoel Ribas.

Através dessa primeira avaliação constatou-se a existência de formas de ocupação agrícola de caráter precário e irregular, bem como a presença da pluriatividade nas Vilas Rurais. No entanto, a predominância é das atividades agrícolas (SOUZA, 2000).

Esse relatório enfatizou a grande fragilidade econômica, social, cultural e produtiva das Vilas Rurais em implantação, apontando como solução para esse problema, a implantação de mecanismos de geração de renda que induzam a produção para o mercado e não apenas uma produção de subsistência com a comercialização do excedente. Porém, para que esse objetivo seja atingido, aponta-se “a necessidade de orientar melhor essas famílias utilizando como mecanismo a assistência técnica, ‘num processo de indução e convencimento’, de uso melhor e mais acentuado de insumos modernos e apoios à comercialização dos mesmos” (SOUZA, 2000, p. 190).

Por sua vez, o relatório do IPARDES, publicado no ano 2000 e baseado em 732 entrevistas realizadas junto aos beneficiários amostrados em 120 Vilas Rurais pela EMATER/PR, constatou a predominância da ocupação em atividades agrícolas entre os beneficiários, no entanto, a pluriatividade está presente em praticamente $\frac{1}{4}$ das famílias, conforme mostrado na TABELA 1.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PRINCIPAL DOS MEMBROS ATIVOS, NAS VILAS RURAIS DO PARANÁ - 1999

TIPOS DE ATIVIDADE PRINCIPAL	FAMÍLIAS (%)
Agrícola	56,2
Pluriativa	24,6
Não agrícola	16,1
Desempregados	1,6
Inativos	1,5
TOTAL	100,0

FONTE: IPARDES/EMATER-PR (PESQUISA DE CAMPO)

Já em relação à renda média mensal da família verificou-se que era de R\$ 284,43, valor obtido para 96% das famílias (IPARDES, 2000). Ressalta-se que no ano de 1999, o valor do salário mínimo era de R\$ 136,00.

Para a análise da renda familiar *per capita* adotou-se como parâmetro de comparação o valor de US\$ 2,00/pessoa/dia. Desse modo, estabeleceu-se a linha de US\$ 30/mês para a condição de extrema pobreza, ou menos de US\$ 1 de renda por dia para subsistência. Por sua vez, a linha de US\$ 60/mês ou US\$ 2 de renda por dia foi considerada como linha de pobreza (IPARDES, 2000).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SALARIAL FAMILIAR PER CAPITA ENTRE OS MORADORES DAS VILAS RURAIS DO PARANÁ - 1999

RENDA SALARIAL FAMILIAR PER CAPITA (US\$/mês/pessoa)	FREQUÊNCIA (%)
Menos de 30	41,5
De 30,00 a menos de 60,00	42,2
De 60,00 a menos de 90,00	10,4
De 90,00 a menos de 120,00	1,8
120,00 e mais	0,4

FONTE: IPARDES/EMATER-PR (PESQUISA DE CAMPO)

Os dados mostram que 83,7% da população moradora nas Vilas Rurais encontra-se em situação de pobreza, dos quais 41,5% são extremamente pobres (IPARDES, 2000).

Diante desse quadro, Souza (2000) considera que o Programa Vilas Rurais não é capaz de reverter o quadro de pobreza e exclusão social que essas famílias enfrentam, pois o mesmo não estimula a emergência de atividades não agrícolas.

Quanto aos aspectos positivos, os principais benefícios do programa referem-se a melhoria nas condições básicas de vida, sobretudo a moradia, e ligada

a essa, melhorias na segurança, na alimentação, devido a produção de subsistência, e na saúde, devido ao saneamento básico e o acesso a serviços. Essas características são responsáveis por melhorar a qualidade de vida e a autoestima das famílias (SOUZA, 2000).

Apesar desses benefícios, os moradores das Vilas Rurais enfrentam graves problemas, sendo os mais significativos a falta de infraestrutura e a desocupação, que se acentuam com as frágeis ou inexistentes formas de organizações sociais da população envolvida, a ausência de participação efetiva das famílias, bem como a ineficiência do serviço de extensão rural (SOUZA, 2000).

De acordo com Souza (2000, p. 204), o Programa Vilas Rurais não conseguiu modificar a relação de forças existentes no mercado de trabalho, nem fortalecer a posição negociadora dos trabalhadores, efetivando sua participação social. Desse modo, esses dois aspectos se tornam um impedimento para a emergência de inovações no estilo de vida e sistemas de produção. Além disso, há que se considerar também as dificuldades de identificação e promoção do desenvolvimento humano, sobretudo “o desenvolvimento institucional local com o fortalecimento e/ou criação de organizações de base que representem e defendam os interesses deste público”.

Assim, para Souza (2000), é necessário reformular o programa através das seguintes proposições: (a) ampliação da escala, uma vez que ela pode redefinir o caráter agrícola, pois gera ocupações tipicamente urbanas; (b) implantação de um conjunto de políticas não agrícolas no sentido de desenvolver atividades não agrícolas no meio rural; (c) promoção da requalificação profissional dos beneficiários.

A principal crítica levantada por Souza (2000) em relação às Vilas Rurais consiste no fato de ser um programa de desenvolvimento rural não agrícola, porém com viés agrícola, desse modo, o sucesso do mesmo estaria vinculado à promoção de atividades não agrícolas, o que não tem sido feito.

Necessita-se acoplar ao programa de habitação representado pela Vila Rural outras políticas rurais não agrícolas visando desenvolver essas atividades e criar novas formas de geração de renda e emprego para essa população (SOUZA, 2000, p. 207).

Nesse contexto, o papel dos serviços de extensão rural também precisa ser repensado. Sob a ótica de Souza (2000, p. 210):

Uma extensão direcionada aos pequenos e médios agricultores paranaenses necessitaria centralizar-se na questão do apoio e defesa de fontes de rendas não agrícolas, as quais complementariam inicialmente os recursos dessas explorações agrícolas.

Para Souza (2000), a criação de oportunidades de ocupação e renda é fundamental para se obter um mundo rural vivo, mas para tanto, o serviço de extensão deve adotar abordagens de desenvolvimento rural voltada tanto aos agricultores quanto aos residentes rurais que não são agricultores. Ressalta-se que a categoria de moradores rurais, não agricultores tem crescido nos últimos anos e isso representa uma das características do chamado “novo rural”, discutido anteriormente.

A avaliação apresentada por Marques e Verde (2007) também aponta para o aumento do segmento de moradores rurais que se distanciam das atividades agrícolas ou a elas diretamente vinculadas, de modo que, as futuras políticas deverão considerar a presença de famílias domiciliadas no rural, mas desvinculadas da atividade agropecuária. Essa situação se justifica tanto pela falta de condições ou mesmo por opção, devido a nova configuração da apropriação do espaço rural.

Apesar das críticas, Souza (2000) reconhece a importância do programa pelo fato do mesmo promover a desprivatização do espaço rural e criar áreas de moradia para uma parcela importante de trabalhadores rurais impedindo assim, o generalizado esvaziamento do campo.

Conforme mencionado, cada uma das cerca de 400 Vilas Rurais implantadas no estado do Paraná apresenta uma realidade específica, desse modo, é difícil estabelecer generalizações.

Com o intuito de investigar esse espaço do cenário rural paranaense, será apresentado, a seguir, um estudo de caso, trata-se da Vila Rural Povo Irmão, localizada no Norte do Paraná. A partir dos dados coletados em campo, será possível observar o desempenho desse modelo de assentamento no município de Japira.

5 ESTUDO DE CASO: A VILA RURAL POVO IRMÃO

5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE JAPIRA

A Vila Rural Povo Irmão está localizada no município de Japira, que encontra-se na região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná (ver FIGURA 1).

Sua posição é dada por latitude 23°30' e 23°55' e longitude de 50°15' e 50°00'. Limita-se ao Norte com Jundiá do Sul, ao Nordeste com Conselheiro Mairinck, a Oeste com Jaboti, ao Sul com Pinhalão, ao Nordeste e Sudeste com Ibaiti (JAPIRA, PREFEITURA MUNICIPAL).

Compreendendo uma área de 188,287 Km², Japira encontra-se a cerca de 300 km de distância da capital do Estado, Curitiba, a uma altitude de 660 metros e apresenta predominância de relevo de suave ondulado a ondulado. Apresenta uma população de 4.903 habitantes, estando 55,7% em domicílio urbano e 44,3% em domicílio rural. A densidade demográfica é de 26,04 hab/km² (IBGE: CONTAGEM DA POPULAÇÃO - 2010).

Inicialmente Japira era parte integrante do município de Tomazina, tratava-se de um povoado sem denominação específica. Nesse local, no ano de 1924, foi inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Linha Barra Bonita – Rio do Peixe, que foi então denominada de Japyra em função da existência em abundância de uma ave de coloração preta e avermelhada que os índios chamavam de “Japuyra”. Com o passar dos anos o povoado foi aumentando e se tornou município em 1951 (JAPIRA, PREFEITURA MUNICIPAL).

Japira é um município que depende economicamente da agricultura, sendo que a força de trabalho é composta em sua maior parte por agricultores familiares. Os principais cultivos são: café, uva e soja, além da produção bovina.



FIGURA1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAPIRA
FONTE: IBGE

5.2 A VILA RURAL POVO IRMÃO: INFRAESTRUTURA

A Vila Rural Povo Irmão está situada às margens da rodovia Avelino Vieira (BR-272), encontrando-se a cerca de 5 km da sede municipal de Japira e a aproximadamente 6 km das cidades de Pinhalão e Jaboti. Esse dado mostra que a Vila Rural Povo Irmão se enquadra no diagnóstico realizado pelo IPARDES (2000), onde se constatou que 52% das Vilas Rurais estão entre 1,1 e 8,0 Km de distância da sede municipal.

Assim, atende perfeitamente ao critério de proximidade aos núcleos urbanos estabelecido pelo Programa Vilas Rurais, vide FIGURA 2.



FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DA VILA RURAL POVO IRMÃO
FONTE: GOOGLE EARTH. IMAGEM DE 2011. ACESSO EM: JANEIRO DE 2013

Apesar disso, é importante destacar que, segundo os moradores, a ideia original da prefeitura municipal era instalar a Vila Rural na localidade denominada Serra Feia, local de relevo acidentado e solo pedregoso e que se localiza a cerca de 40 km da sede municipal. Difícil é entender os benefícios que a prefeitura tinha em

mente ao instalar uma Vila Rural em tal local. No entanto, graças a mobilização dos beneficiários do programa, o local de implantação da vila foi alterado.

O acesso a vila ocorre por meio de uma estrada de calçamento de pedras, com cerca de 1 km de extensão a partir da BR-272.

A Vila Rural Povo Irmão foi inaugurada em janeiro de 2001 e possui 46 lotes, nos quais vivem, atualmente, 143 pessoas, ver FIGURA 3.



FIGURA 3 - ÁREA DA VILA RURAL POVO IRMÃO

FONTE: GOOGLE EARTH. IMAGEM DE 2011. ACESSO EM: JANEIRO DE 2013

A vila conta também com a instalação de um galpão comunitário, empregado para reuniões e cursos, campo de futebol, igreja e salão de festas. Além das festas religiosas, o salão da igreja também é utilizado para reuniões comunitárias. O galpão comunitário faz parte do projeto original da vila. Já a igreja e salão de festa foram criados em 2009, ocupando parte da área de reserva da vila (vide FIGURAS 4, 5 e 6).



FIGURA 4 – GALPÃO DA VILA
FONTE: O autor (2013)

No galpão comunitário estão guardadas máquinas de costura e uma máquina de estampa de camisetas, materiais que deveriam ter sido utilizados no projeto de geração de renda da vila. No entanto, os moradores não conseguiram se organizar e, tampouco, chegar a um consenso quanto ao uso desses equipamentos, de modo que o projeto de geração de renda nunca foi executado. Constatou-se também que, atualmente, a Vila Rural Povo Irmão não apresenta uma associação de moradores.

De acordo com a avaliação do programa realizada por Souza (2000), a falta de infraestrutura e a desocupação são os problemas mais graves nas Vilas Rurais, sendo que as frágeis ou inexistentes formas de organizações sociais dos vileiros, bem como a ausência de participação efetiva das famílias, acabam por acentuar tais problemas.



FIGURA 5 – IGREJA COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO ROCIO
FONTE: O autor (2013)



FIGURA 6 – SALÃO COMUNITÁRIO
FONTE: O autor (2013)

Ao lado do galpão comunitário existe outra construção que abriga uma máquina de beneficiamento de café. Esse equipamento também nunca foi utilizado pelos vileiros, sendo alugado a um produtor de café, vizinho da vila (ver FIGURA 7). Os vileiros preferem vender o café em casca.



FIGURA 7 – GALPÃO DA MÁQUINA DE BENEFICIAMENTO DE CAFÉ
FONTE: O autor (2013)

Em termos de infraestrutura básica, a vila é servida por rede de energia elétrica, fossas sépticas e coleta de lixo, a qual é realizada uma vez por semana. Na vila também existe um telefone público, no entanto, no período em que as entrevistas foram realizadas encontrava-se desativado.

Pela estrada de acesso e, que também corta a Vila Rural, trafega diariamente o ônibus de transporte escolar, transportando alunos do ensino fundamental no período vespertino e alunos de ensino médio e superior, no período noturno. Ocorre também o transporte diário de moradores que trabalham nas cidades de Japira e de Ibaiti. Além disso, a prefeitura municipal também disponibiliza, uma vez por semana, um ônibus que leva os moradores da vila à cidade. Nesse dia, os moradores da Vila Rural têm atendimento prioritário nos serviços médicos e odontológicos ofertados pelo município. Uma agente de saúde também visita as famílias mensalmente (ver FIGURA 8).



FIGURA 8 – ESTRADA DA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

A principal dificuldade em termos de infraestrutura refere-se ao abastecimento de água. A Vila Rural foi entregue aos moradores contando com abastecimento de água por meio de poço artesiano.

Esse poço apresenta 273 metros de profundidade, no entanto, sua vazão logo se mostrou insuficiente para o atendimento das famílias, motivo pelo qual, de acordo com os moradores, já na inauguração da Vila Rural, as famílias foram informadas de que deveriam economizar água (ver FIGURA 9).



FIGURA 9 – POÇO ARTESIANO DA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

O local escolhido para a abertura do poço também não foi o mais apropriado, encontrando-se muito distante da caixa d'água, aproximadamente 1 km. Ao lado da caixa d'água encontram-se nascentes que também poderiam ter sido aproveitadas. Atualmente, a produção de água no poço artesiano corresponde a um percentual muito pequeno de toda água utilizada na vila.

Outro ponto que chama a atenção foi o encanamento, conforme os vileiros, foram usados canos com capacidade de vazão inferior ao que deveria ser instalado em uma obra de tal dimensão (canos de 32 mm quando o ideal seria canos de 60 mm). Além disso, a distribuição da água, a partir da caixa d'água, deveria ocorrer em duas direções, de acordo com a distribuição dos lotes e com a inclinação do relevo. No entanto, ocorre apenas em uma direção, de modo que algumas casas são favorecidas por estarem em área de declive, enquanto o abastecimento em outras é prejudicado, pois falta pressão no encanamento que permita que a água suba o aclave do terreno.

Esse problema estrutural dificulta a distribuição da água nos lotes, sendo que os últimos lotes a serem abastecidos enfrentam constantemente problemas de falta da água.

Enfim, com o passar do tempo esse problema se intensificou. Desse modo, os moradores da vila pediram ajuda à prefeitura municipal para complementar o abastecimento com água de outra fonte, pois a produção do poço artesiano já não era suficiente para atender a demanda.

Assim, em 2006, um proprietário de sítio no entorno da Vila Rural, cedeu uma nascente para o vileiros, que criaram então um pequeno reservatório nessa propriedade. A água passou por análise e apresentou ótima qualidade. Com a instalação de uma bomba de água, a água da nascente, localizada a aproximadamente 2 km de distância, passou a ser mandada para a caixa d'água da vila, onde posteriormente é distribuída aos moradores (ver FIGURA 10).



FIGURA 10 – NASCENTE QUE ABASTECE A VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

Aparentemente a situação parecia estar resolvida, no entanto, no final do ano de 2012, após o período de estiagem, o abastecimento de água da vila encontrava-se novamente em situação precária.

Em ato de desespero, por conta da falta de água, em novembro de 2012 os vileiros se organizaram e construíram uma pequena barragem no rio próximo a nascente da qual captavam água (ver FIGURA 11).



FIGURA 11 – BARRAGEM EM RIO PARA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA
FONTE: O autor (2013)

A água captada do pequeno curso de água é então despejada no mesmo reservatório que contém a água da nascente e, posteriormente, levada a caixa d'água da vila.

A captação de água do córrego não é permanente, ocorre somente em períodos de carência, no entanto, esse é um motivo de grande preocupação por parte dos vileiros, visto que a água dessa fonte não passou por nenhum tipo de análise química prévia e, tampouco, conta com algum tipo de tratamento.

As margens do córrego apresentam resíduos de mata ciliar, estando cercada por plantações de café, criação de gado e, o mais preocupante, extensa área de plantação de soja.

Com a precariedade do abastecimento de água, as famílias têm muita dificuldade de até mesmo manterem uma horta, o que poderia ajudar muito na produção de subsistência e, conseqüentemente, na alimentação dessas pessoas. Além disso, essa situação também inviabiliza a implantação de projetos agrícolas que demandem irrigação, tais como a produção de hortaliças.

Devido ao tamanho dos lotes, a produção de hortaliças é uma boa opção de cultivo para as Vilas Rurais. No caso da Vila Povo Irmão, a proximidade aos centros urbanos e a realização de feiras de produtores nos municípios da região facilitariam a comercialização desses produtos, infelizmente, esse tipo de produção não é viável devido à deficiência no abastecimento de água.

Interessante notar que, em meados de 2005, em propriedade localizada nas proximidades da Vila Rural, foi realizado um projeto de recuperação de nascentes. Por acaso, o responsável pela obra foi um morador da Vila Rural, que há mais de cinquenta anos realiza tal atividade, ofício que aprendeu com o pai.

A partir do trabalho de recuperação da nascente, obra custeada pela SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), foi construído um reservatório com capacidade para armazenar 166 mil litros de água. A produção da nascente é de aproximadamente 12 mil litros por hora. É tanta água, que além de abastecer diversos moradores da região, ainda sobra para abastecer quatro represas na propriedade, que por sinal, pertencia e ainda pertence ao então prefeito do município (vide FIGURAS 12 e 13).



FIGURA 12 – RESERVATÓRIO DE NASCENTE
FONTE: O autor (2013)



FIGURA 13 – REPRESAS ABASTECIDAS POR NASCENTE
FONTE: O autor (2013)

Este reservatório localiza-se a menos de 2 km da Vila Rural e poderia ser utilizado para o seu abastecimento. No entanto, poucos meses após a execução dessa obra, os vileiros enfrentaram problemas de abastecimento. A solução encontrada pela prefeitura municipal foi o aproveitamento de uma nascente cedida por um vizinho da Vila Rural, conforme descrito anteriormente.

O problema, porém, conforme os moradores, consiste no fato de não ter sido realizado o trabalho apropriado de recuperação da nascente, foi apenas construído um pequeno reservatório com capacidade de armazenamento de cerca 15 mil litros, além disso, a bomba d'água instalada não é a mais adequada, apresentando pouca potência para o bombeamento de água, por sua vez, o encanamento também não é o mais apropriado (ver FIGURA 14).

Todos esses fatores tornam ineficiente essa forma de abastecimento de água, de modo que as famílias continuam sofrendo com a escassez e irregularidade desse recurso.



FIGURA 14 – RESERVATÓRIO DE NASCENTE EM PROPRIEDADE VIZINHA A VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

De qualquer forma, o problema de abastecimento de água na Vila Rural Povo Irmão só poderá ser resolvido mediante a construção de outro poço artesiano ou com a recuperação da nascente de captação e adequação do reservatório. Além disso, é necessário trocar a caixa d'água, a atual tem capacidade para o armazenamento de apenas 15 mil litros, e também todo o encanamento, adequando-os para uma eficiente distribuição de água.

Mas quem irá se responsabilizar pelas obras de adequação? Será o governo do Estado ou a prefeitura municipal? Aliás, a COHAPAR não deveria ter entregue a Vila Rural com todos os itens de infraestrutura em plena ordem?

A SANEPAR repassa de 0,8% a 1% da arrecadação no município aos Fundos Municipais de Meio Ambiente que devem, necessariamente, ser aplicados em projetos ambientais definidos pelo Conselho de Meio Ambiente de cada cidade.

Esse recurso é utilizado, em muitos municípios, em projetos de proteção e recuperação de nascentes (SANEPAR, 2012).

Portanto, esse recurso pode ser utilizado para solucionar o problema de abastecimento de água na Vila Rural Povo Irmão.

5.3 A VILA RURAL POVO IRMÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS E EXPLORAÇÃO DOS LOTES

Conforme mencionado, a Vila Rural Povo Irmão conta atualmente com 143 moradores, divididos em 79 homens e 64 mulheres, distribuídos em 46 lotes efetivamente ocupados pelas famílias. A Vila Rural está organizada em duas quadras: 1 e 2. Na quadra 1 há 29 lotes, no entanto, o lote 1 é ocupado pelo galpão comunitário e o lote 25 corresponde ao terreno ocupado pela igreja e salão comunitário. Desse modo, na quadra 1 são 27 lotes efetivamente ocupados. A quadra 2 é composta por 19 lotes, estando todos efetivamente ocupados.

Assim temos uma média de aproximadamente três moradores por lote, valor que se mostra dentro dos padrões de referência, uma vez que, de acordo com o Censo 2010, o número médio de moradores por domicílio no Brasil é de 3,3 pessoas, confirmando a tendência de diminuição do tamanho das famílias nas últimas décadas (IBGE, 2012).

Existem quatro lotes desocupados, ou seja, não há nenhuma pessoa residindo na propriedade.

Para fins da entrevista, foram considerados apenas os dados de 135 moradores, que são os beneficiários diretos do programa a ser analisado. Os outros oito moradores não foram considerados por se tratarem de parentes dos proprietários e que residem em casas secundárias construídas nos lotes. Inicialmente não era permitida a construção de outras casas nos lotes, mas, posteriormente, essa prática foi liberada, para que ao compartilhar o lote, os filhos que formavam suas famílias não se tornassem novos expropriados (CAVALCANTI, 2009). Esses oito moradores estão distribuídos em apenas dois lotes: três pessoas idosas que vivem em casa secundária no lote do irmão e as demais cinco pessoas,

compostas por filho, nora e neta, filha e genro, que construíram suas casas no lote dos pais.

No entanto, dos 135 beneficiários diretos, um não pode ser entrevistado porque estava viajando no período das entrevistas e o outro vive em um lote que foi abandonado pelo proprietário, isto é, o lote não é cultivado e a moradia é ocupada por um conhecido do beneficiário e que também não foi encontrado para a entrevista.

Desse modo, os dados se referem a 133 moradores residentes nos 40 lotes onde foi possível entrevistar as famílias (vide QUADROS 1 e 2).

Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9	Lote 10
_____	S	S	N	S	S	N	S	S	S
Lote 11	Lote 12	Lote 13	Lote 14	Lote 15	Lote 16	Lote 17	Lote 18	Lote 19	Lote 20
N	S	N	S	S	S	N	S	S	S
Lote 21	Lote 22	Lote 23	Lote 24	Lote 25	Lote 26	Lote 27	Lote 28	Lote 29	_____
S	S	S	S	_____	S	S	S	S	_____

S = Entrevistados

N = Não entrevistados

QUADRO 1 – BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS NA QUADRA 1
FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Na quadra 1, os lotes 4, 7, 11, 13 encontram-se desocupados. O lote 4, atualmente desocupado e que possui uma plantação de café, está à venda por 80 mil reais. Os lotes 7 e 13 nunca foram efetivamente ocupados, pertencem a meeiros da região, que apesar de também terem plantado café nos lotes, nunca moraram na Vila Rural. O lote 11, por sua vez, pertence a uma senhora que aposentou-se há cerca de um ano e mudou-se com seu marido que trabalha como taxista para a sede do município, seu lote também é ocupado por plantação de café. Por fim, o lote 17 cujos beneficiários originais faleceram, os filhos ainda menores moram com os avós na sede do município, atualmente não há exploração agrícola, a lavoura de café está abandonada, no entanto, há um homem morando na casa, mas que não foi encontrado para a entrevista. Na quadra 2 da Vila Rural, apenas o morador do lote 2 não foi encontrado, pois estava viajando nos dias em que a pesquisa foi realizada. Assim, pelos motivos apresentados, os moradores desses lotes não foram contemplados na pesquisa. Apesar disso, os moradores do lote 17 (Quadra 1) e lote 2 (Quadra 2) foram contados no total de habitantes da vila (ver QUADRO 2).

Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9	Lote 10
S	N	S	S	S	S	S	S	S	S
Lote 11	Lote 12	Lote 13	Lote 14	Lote 15	Lote 16	Lote 17	Lote 18	Lote 19	_____
S	S	S	S	S	S	S	S	S	_____

S = Entrevistados

N = Não entrevistados

QUADRO 2 – BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS NA QUADRA 2
 FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Desse modo, as informações que serão apresentadas a seguir, dizem respeito aos 131 beneficiários diretos e que foram entrevistados, estando esses divididos em 72 homens e 59 mulheres.

a) Faixa etária:

Em relação à idade, os 133 moradores entrevistados se dividem nas seguintes faixas etárias, conforme tabela abaixo:

TABELA 3 - FAIXA ETÁRIA MASCULINA

FAIXAS	Nº DE PESSOAS	PERCENTUAL (%)
0 – 10 anos	7	9,7
11 – 20 anos	13	18,1
21 – 30 anos	8	11,1
31 – 40 anos	13	18,1
41 – 50 anos	7	9,7
51 – 60 anos	8	11,1
61 – 70 anos	9	12,5
71 – 80 anos	7	9,7
81 – 90 anos	0	00
TOTAL	72	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Observa-se que no grupo masculino, há predomínio de homens com idade entre 20 e 40 anos. Também é significativa a presença de homens com mais de 70 anos, alcançando o mesmo percentual de crianças com até 10 anos de idade. O morador mais velho da Vila Rural tem 77 anos e o mais jovem 3 anos.

TABELA 4 - FAIXA ETÁRIA FEMININA

FAIXAS	Nº DE PESSOAS	PERCENTUAL
0 – 10 anos	9	15,2
11 – 20 anos	8	13,6
21 – 30 anos	6	10,2
31 – 40 anos	8	13,6
41 – 50 anos	9	15,2
51 – 60 anos	11	18,6
61 – 70 anos	6	10,2
71 – 80 anos	2	3,4
81 – 90 anos		00
TOTAL	59	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

No grupo feminino observa-se uma distribuição mais homogênea entre as faixas etárias. O percentual de crianças com até 10 anos de idade é mais significativo no grupo feminino, porém, o percentual de idosos acima de 70 anos é bem menor que no grupo masculino. A moradora mais velha da Vila Rural tem 80 anos e a mais jovem 2 anos.

b) Escolarização de acordo com a faixa etária e sexo:

A seguir, serão apresentados os dados de escolaridade por sexo. Os dados de escolaridade revelam uma triste realidade entre os moradores do campo, tanto no grupo masculino quanto no feminino. É possível observar o baixíssimo grau de escolarização, sobretudo entre a população acima de 40 anos.

TABELA 5 - ESCOLARIDADE MASCULINA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	S/idade escolar *	S/ escolaridade	Até o 5º ano	Do 6º ao 9º ano	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior	Total de homens
- de 05 anos	3	----	----	----	----	----	----	3
05 - 10 anos			4	1				5
11 - 20 anos				4	6	2		12
21 - 40 anos		1	10	4	1	4	1	21
41 - 60 anos			13			1	1	15
Acima de 61 anos		6	8	2				16
TOTAL	3	7	35	11	7	7	2	72
Percentual (%):	4,2	9,7	48,6	15,3	9,7	9,7	2,8	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

NOTA: * meninos com menos de seis anos de idade.

Entre os homens, a população acima de 40 anos e que estudou menos de cinco anos atinge 43% e a taxa daqueles que nunca frequentaram a escola chega a quase 10%. Outro dado, não contemplado na tabela, indica que entre esses 43%, 9,7% possuem apenas um ou dois anos de estudo.

Em comparação, aqueles que concluíram o ensino médio e que possuem ensino superior representam apenas 12,5% do total.

TABELA 6 - ESCOLARIDADE FEMININA DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	S/idade escolar *	S/ escolaridade	Até o 5º ano	Do 6º ao 9º ano	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior	Total de mulheres
- de 05 anos	3	----	----	----	----	----	----	3
05 - 10 anos			5	1				6
11 - 20 anos				3	4	1		8
21 - 40 anos			3	5	1	5		14
41 - 60 anos		5	13			2		20
Acima de 61 anos		4	4					8
TOTAL	3	9	25	9	5	8		59
Percentual (%):	5,1	15,3	42,4	15,3	8,5	13,4		100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

NOTA: * meninas com menos de 6 anos de idade.

Entre as mulheres, a população acima de 40 anos e que estudou menos de cinco anos atinge 34% e a taxa daqueles que nunca frequentaram a escola chega a quase 15,3%. Outro dado, não contemplado na tabela, indica que entre esses 34%, 8,5% possuem apenas um ou dois anos de estudo.

Em comparação, aquelas que concluíram o ensino médio representam apenas 13,4% do total. Uma informação não contemplada na tabela refere-se a uma moradora, contada no grupo de ensino médio completo e que está cursando o ensino superior.

c) Formas de ocupação:

Este critério de avaliação dos moradores teve por objetivo observar o quanto a atividade agrícola era importante como forma de ocupação e renda e abrange a população acima de 20 anos.

TABELA 7 – FORMAS DE OCUPAÇÃO MASCULINA

ATIVIDADES EXERCIDAS	HOMENS - ACIMA DE 20 ANOS	PERCENTUAL (%)
Atividade agrícola no lote	2	3,7
Atividade agrícola dentro e fora do lote (diarista)	17	31,5
Atividade agrícola fora do lote (diarista)	3	5,5
Atividade agrícola fora do lote (assalariado)	1	1,9
Emprego urbano assalariado	4	7,4
Emprego urbano assalariado e atividade agrícola no lote	2	3,7
Aposentado e que exerce atividade agrícola no lote	10	18,5
Aposentado e que não exerce nenhuma atividade	9	16,7
Autônomo e atividade agrícola no lote	4	7,4
Em idade ativa, porém sem ocupação	2	3,7
TOTAL	54	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Em relação às formas de ocupação, observa-se entre os homens, o predomínio da prática agrícola, realizada tanto dentro quanto fora do lote da família, alcançando 40,7% do total. O predomínio das atividades agrícolas, como forma de ocupação nas Vilas Rurais, foi diagnosticado em pesquisa publicada pelo IPARDES em 2000, onde se verificou que mais da metade das famílias, 56,2%, estavam envolvidas exclusivamente em atividades agrícolas. Esse dado também é apresentado na pesquisa de Souza (2000).

Também chama a atenção o grande número de aposentados, 35,2 % do total, bem como o fato de que mais da metade deles ainda exerce atividades agrícolas em seus lotes.

Quanto ao exercício de atividades não agrícolas, observa-se que os indivíduos que somente possuem esse tipo de ocupação (assalariado urbano) estão presentes em número menor que aqueles que combinam o emprego urbano com a

exploração do lote (assalariado urbano e atividade agrícola no lote; autônomo e atividade agrícola no lote), são 7,4% no primeiro grupo e 11,1%, no segundo.

Entre os assalariados urbanos, os tipos de trabalho citados são: auxiliar de inspeção do ministério da agricultura, auxiliar de produção, tratorista da prefeitura de Japira e caminhoneiro. O único morador autônomo trabalha com a venda de enxovais, trabalho que já possuía anteriormente na cidade de Curitiba, mora há pouco mais de um ano na Vila Rural e pretende exercer também a atividade agrícola com a exploração de café no lote.

Por sua vez, aqueles que combinam o emprego urbano com a exploração agrícola dos lotes trabalham como montador de móveis e motorista de distribuidora de gás. Já os autônomos e que também exercem o trabalho agrícola nos lotes, exercem as atividades como pedreiros (dois moradores) e um morador que realiza fretes de caminhão.

Verifica-se assim, que, com exceção da função de auxiliar de inspeção do ministério da agricultura, as demais formas de ocupação não agrícola presentes entre os homens da Vila Rural, não exigem elevado grau de escolarização e qualificação. Por outro lado, os salários pagos também não são elevados, enquadrando-se na categoria de até dois salários mínimos.

TABELA 8 – FORMAS DE OCUPAÇÃO FEMININA

ATIVIDADES EXERCIDAS	MULHERES - ACIMA DE 20 ANOS	PERCENTUAL (%)
Atividade agrícola no lote	6	14,2
Atividade agrícola dentro e fora do lote (diarista)	3	7,1
Emprego urbano assalariado	2	4,8
Autônomo	2	4,8
Aposentada e que exerce atividade agrícola no lote	2	4,8
		35,7
Aposentada e que realiza somente atividades do lar	15	28,6
Em idade ativa, porém sem ocupação (do lar)	12	
TOTAL	42	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

No grupo feminino observa-se o predomínio de mulheres que não exercem nenhuma atividade remunerada (28,6%), bem como o grupo de aposentadas (35,7%), em ambos os casos, as moradoras realizam apenas as tarefas do lar. Se adicionar ao percentual de aposentadas que exercem atividade agrícola no lote, ter-se-á 40,5% das moradoras aposentadas.

Entre as atividades não agrícolas destacam-se as que possuem trabalho assalariado urbano, sendo que as respectivas formas de ocupação são: auxiliar de serviços gerais e costureira. Quanto às atividades autônomas ocorrem apenas dois casos: uma moradora que vende enxovais (junto com o marido) e outra que trabalha como empregada doméstica (diarista).

Como no quadro masculino, observa-se que, as formas de ocupação não agrícola presentes entre as mulheres da Vila Rural, também não exigem elevado grau de escolarização e qualificação.

É importante considerar que, tanto no grupo feminino quanto no masculino, há forte presença de aposentados, que contribuem significativamente com a renda familiar.

Essa tendência já foi apresentada por Ferreira e Souza (2004) em estudo sobre a contribuição de aposentadorias e pensões sobre o rendimento domiciliar no Brasil, onde apontam para a crescente relevância dos benefícios previdenciários recebidos pelos domicílios rurais, em decorrência do processo de envelhecimento da população e da restrição dos mercados de trabalho, particularmente do trabalho rural.

A pesquisa sobre as Vilas Rurais realizada pelo IPARDES (2006, p. 10) já apontava essa tendência ao envelhecimento, tanto para os moradores das Vilas Rurais quanto para toda a população rural do Estado, devido a “redução do peso relativo das crianças na estrutura etária e elevação significativa dos segmentos etários idosos e, por uma tendência à masculinização, decorrente de uma emigração continuada, em maiores proporções, de força de trabalho feminina”.

Assim, além dos desafios ao setor público, o envelhecimento populacional aumenta o impacto da renda advinda das aposentadorias, sobretudo nos pequenos municípios.

Atualmente, no Brasil, observa-se um enorme crescimento do peso que as rendas advindas das aposentadorias rurais adquirem na dinâmica de pequenas localidades. Cada vez mais, são as rendas dos idosos – e nesse

particular o advento da seguridade rural foi imprescindível – que garantem grande parte da sobrevivência e da circulação monetária em municípios de pequeno porte. Nesse sentido, a tendência em curso do envelhecimento da população paranaense, em seu conjunto, e da população residente nas Vilas Rurais, ao mesmo tempo que traz rebatimentos sobre o perfil das demandas sociais de políticas públicas, interfere na dinâmica econômica das localidades (IPARDES, 2006, p.11).

Conforme a tabela abaixo, observa-se que, entre as 40 famílias entrevistadas, mais de 50% conta com pelo menos um membro aposentado.

TABELA 9 – PRESENÇA DE APOSENTADOS NAS FAMÍLIAS

TIPOS DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Família com apenas um membro aposentado	10	25
Família com dois membros aposentados	13	32,5
Famílias sem nenhum membro aposentado	17	42,5
TOTAL	40	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Já em relação a pluriatividade, observa-se que na Vila Rural Povo Irmão, esse fenômeno está presente na combinação da atividade agrícola com o trabalho assalariado urbano e com o trabalho autônomo.

TABELA 10 – PLURIATIVIDADE ENTRE AS FAMÍLIAS

TIPOS DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Família que combina trabalho agrícola com assalariado urbano	3	7,5
Família que combina trabalho agrícola com autônomo	4	10
Família que combina atividade agrícola com assalariado urbano e autônomo	1	2,5
Família que só exerce atividade agrícola (dentro e fora do lote)	24	60
Família que só exerce trabalho assalariado urbano	3	7,5
Família de aposentados que não exercem função agrícola ou não agrícola – apenas reside no campo	5	12,5
TOTAL	40	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Observa-se que a pluriatividade está presente somente em 20% das famílias residentes na Vila Rural.

Esse resultado também pode ser comparado com a avaliação do IPARDES (2000), onde a pluriatividade estava presente em 24,6% das famílias.

d) Formas de exploração agrícola nos lotes e crédito rural:

Refere-se ao tipo de lavoura cultivada em cada lote. O café e a uva são explorados, visando a comercialização, enquanto o feijão e o milho visam somente o consumo da família, ou seja, são culturas de subsistência.

TABELA 11 – EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NOS LOTES

TIPOS DE LAVOURAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Café	15	38,5
Café e feijão	6	15,3
Café, feijão e milho	6	15,3
Café e milho	1	2,6
Uva	1	2,6
Uva e feijão	3	7,7
Uva, feijão e milho	2	5,1
Feijão	1	2,6
Feijão e milho	3	7,7
Milho	1	2,6
Nenhuma	0	0,0
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Obs: Essa tabela, bem como as que seguem, contempla apenas 39 famílias, porque uma das famílias entrevistadas não é proprietária do lote, apenas alugou a casa. Esse lote, atualmente, não possui exploração agrícola.

Considerando que o café e a uva são produtos destinados a comercialização, na Vila Rural Povo Irmão 85% dos lotes são explorados comercialmente e 15% apresentam apenas cultivos de subsistência. O café é o produto de maior destaque, presente em 70% dos lotes.

Essa característica é um reflexo da modernização agrícola, pois o aumento da produtividade fez o preço dos alimentos baixar tanto que a agricultura de subsistência se tornou pouco compensadora, mesmo para quem têm propriedades muito pequenas.

Verificou-se também que a mão de obra é familiar, porém, em alguns casos, e somente nos períodos de colheita do café e da uva utiliza-se mão de obra não familiar composta por vizinhos da própria Vila Rural e do entorno.

O caso da Vila Rural de Japira comprova que é possível aferir renda através da exploração agrícola dos lotes, claro, sendo esta em caráter complementar às demais formas de ocupação. As pesquisas realizadas pelo IPARDES confirmam essa característica, pois apontam que, em 1999, 91,3% das famílias exploravam o lote, já em 2005, esse percentual atingiu 98,6%, sendo que 73,2% obtiveram excedentes na produção do lote (IPARDES, 2006).

Tem-se, por exemplo, o caso de um morador que prevê para esse ano uma produção de aproximadamente 150 sacas de café. Considerando uma média entre a oscilação do preço por saca desse produto nos últimos anos, que variou entre 80 e 150 reais, esse morador poderá ter uma renda bruta de aproximadamente 17 mil reais. Se dividirmos esse valor por 12, a renda agrícola seria maior que dois salários mínimos por mês. Como a linha de pobreza costuma ser definida, no Brasil, como renda domiciliar *per capita* igual a 50% do salário mínimo, isso significa que, tendo em vista a ocupação média dos lotes ser de três pessoas, essa renda gerada pelo café, por si só, já é o bastante para evitar que essas famílias vivam abaixo da linha de pobreza.

No entanto, há que se considerar o fato de que a lavoura cafeeira sofre variação anual de produção, se há uma produção muito grande em um ano, no outro, porém, é provável que ocorra uma redução significativa. Entretanto, tomando o exemplo acima, uma renda de produção agrícola em torno de 17 mil reais ainda será significativa, mesmo ocorrendo há cada dois anos.

Outro caso é de um morador que há apenas oito meses na Vila Rural, fez uma pequena safra de café. Foram 32 sacas vendidas por 125 reais cada. O dinheiro da safra ajudou o morador a comprar um carro. Existem também outros relatos de moradores que afirmaram já terem realizado safras de 30 a 90 sacas de café.

Devido ao tamanho dos lotes, as características físicas da região (solo e clima), a lavoura cafeeira se mostra como uma boa opção para os vileiros, além disso, o café não exige trabalho intenso o ano todo, de modo que permite outras formas de ocupação para as famílias.

Em relação ao cultivo da uva, tem-se apenas duas famílias com lavoura em fase de produção, as demais estão iniciando o cultivo. Uma delas relatou ter vendido a última safra (final de 2012) por aproximadamente 8 mil reais, o que equivale a cerca de um salário mínimo na renda familiar. Se considerarmos que a uva permite até duas safras ao ano, essa renda poderia ser duplicada, mas para isso seria necessário forte investimento em insumos e mesmo em alguma técnica de irrigação, assim o abastecimento de água da Vila Rural é um ponto crucial para a produção. A comercialização desse produto é favorecida pelo fato de que essa região é uma importante área de produção de uva do Estado. Nos últimos anos, ocorreu uma forte expansão da produção no município (ver FIGURA 15).



FIGURA 15 – PLANTAÇÃO DE UVA NA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

Porém, apesar da capacidade da lavoura cafeeira e também do cultivo da uva em contribuir para a elevação da renda, verificou-se que, em média, a renda das famílias é baixa, conforme será visto nas tabelas que seguem.

Como explicar essa realidade? Através das entrevistas e da observação das lavouras de café, constatou-se que as mesmas, majoritariamente, não são cultivadas

de forma adequada. Grande parte dos vileiros investe pouco, ou nada, na aquisição de insumos para a plantação. Sem o tratamento apropriado, a produção é muito baixa. Houveram até relatos de moradores que afirmaram que suas plantações morreram porque não foram cuidadas corretamente. Alguns desistiram e outros tentam a exploração desse cultivo novamente.

O principal motivo alegado para essa situação é a falta de recursos financeiros para a aquisição de insumos agrícolas. No entanto, esse problema pode ser sanado com o crédito do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa possui uma linha de crédito chamada de Custeio, destinada justamente a aquisição desses produtos. Vide TABELA 12, a seguir.

TABELA 12 – ACESSO AO PRONAF - CUSTEIO AGRÍCOLA

	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Utiliza frequentemente essa linha de crédito.	7	18
Utilizou algumas vezes, mas não utiliza mais.	10	25,6
Nunca utilizou esse tipo de crédito, nem pretende utilizar.	19	48,7
Nunca utilizou, mas pretende utilizar.	3	7,7
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Como a Tabela 12 indica, o percentual de famílias que utiliza o PRONAF Custeio é baixo, apenas 18%. Os valores do crédito informados variaram entre 1 mil reais a 2 mil reais. Além disso, aqueles que têm interesse em aderir futuramente ao programa também são poucos.

Os que declararam que já fizeram uso, mas que não pretendem voltar a utilizar, alegaram que tiveram dificuldades para pagar o financiamento, pois a safra foi pequena ou os preços pagos foram baixos, reduzindo os lucros.

Por sua vez, aqueles que declararam nunca ter usado e também não ter pretensão de utilizar essa forma de crédito, justificaram essa opção por desejarem cuidar da lavoura com recursos próprios ou por terem receio de não conseguir pagar o financiamento.

Essa situação indica que a principal solução para resolver o problema da falta de recursos para investimentos na produção agrícola não é bem vista pelos vileiros, caberia assim, um trabalho eficiente de orientação, para que conhecendo melhor o programa, não tivessem tanto receio de aderir ao crédito.

É muito importante que nesse processo seja ressaltado que o crédito agrícola não deve ser utilizado para outros fins, mas que seja efetivamente aplicado com o objetivo de aumentar a produção.

Um morador que declarou ter aderido recentemente ao PRONAF, informou que o crédito de R\$ 9.250,00 foi utilizado para a aquisição de um carro. Ora, utilizando o crédito dessa forma, não haverá nenhum retorno em termos de produção. Infelizmente, esse tipo de prática não é incomum entre os agricultores⁵.

Portanto, para que o PRONAF possa produzir bons frutos, como o caso do morador que utiliza esse crédito para a aquisição de insumos e que prevê safra de 150 sacas de café em 2013, a presença de assistência técnica é fundamental para orientar as famílias, uma vez que a maioria delas demonstrou não conhecer todas as características e vantagens do programa, bem como o próprio manejo da lavoura cafeeira.

e) Produção de subsistência e alimentação:

Além da produção de feijão e milho para autoconsumo, verificaram-se também outros cultivos utilizados na alimentação diária dessas famílias como, mandioca, abóbora, quiabo e couve, no entanto, a presença de hortas é muito baixa na vila (12,7%) e o principal motivo para essa situação é a deficiência no abastecimento de água.

Em relação às árvores frutíferas observou-se a presença de frutas cítricas (laranja, limão, mexerica) e mangueiras, porém, não chegam a constituir um pomar propriamente. O maracujá também está presente na vila, essa fruta constitui uma boa opção para a produção nesse ambiente, tendo em vista o tamanho dos lotes, sendo ainda facilmente comercializado, devido a presença de uma fábrica de sucos no município de Pinhalão, localizado a cerca de 6 km da Vila Rural.

⁵ Para mais informações sobre a aplicação do crédito do PRONAF, ver Zafalon (2009).

Quanto a criação de animais, algumas famílias criam galinhas e porcos, mas a maioria alegou que é muito difícil criar, sobretudo galinhas, pois as mesmas precisam ficar confinadas para não invadirem os lotes vizinhos (vide FIGURA 16).

TABELA 13 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CRIAÇÃO DE ANIMAIS

PRODUÇÃO PARA AUTO CONSUMO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Horta	3	7,7
Horta e criação de galinhas	1	2,5
Horta, criação de galinhas e porcos	1	2,5
Criação de galinhas	12	30,9
Criação de galinhas e porcos	2	5,1
Nenhuma	20	51,3
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)



FIGURA 16 – CRIAÇÃO DE GALINHAS NA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

f) Renda familiar:

Para a avaliação da renda familiar, optou-se pelo cálculo por faixas salariais, pois, além de ser a forma mais adequada para tratar da renda agrícola, que é auferida de forma concentrada na época de colheita, permitirá uma comparação com os dados obtidos no estudo do PA Marimbondo, o que será realizado nas Considerações Finais.

TABELA 14 – RENDA FAMILIAR ANTES DA ADEÇÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS

FAIXAS DE RENDA	F1	(%)	F2	(%)	F3	(%)
Até 1 salário mínimo	12	30,8	8	20,5	7	17,9
De 1 a 2 salários mínimos	3	7,7	2	5,1	5	12,8
De 2 a 4 salários mínimos	1	2,6	0	00	1	2,6
TOTAL	16		10		13	

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Legenda: F1= Família sem aposentados F2= Família com 1 aposentado

F3= Família com dois aposentados

TABELA 15 – RENDA FAMILIAR APÓS A ADEÇÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS

FAIXAS DE RENDA	F1	(%)	F2	(%)	F3	(%)
Até 1 salário mínimo	7	17,9	1	2,6	0	00
De 1 a 2 salários mínimos	8	20,5	9	23,1	4	10,2
De 2 a 4 salários mínimos	1	2,6	0	00	9	23,1
TOTAL	16		10		13	

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Legenda: F1= Família sem aposentados F2= Família com 1 aposentado

F3= Família com dois aposentados

Observa-se que, no primeiro grupo, ou seja, entre as famílias que não possuem aposentados, cinco famílias perceberam um aumento de até um salário mínimo na renda familiar. Essa melhora se deve tanto a renda agrícola do lote quanto a renda do trabalho assalariado urbano.

No segundo grupo, as sete famílias que saíram da faixa de até um salário mínimo para a faixa de um a dois salários associa essa diferença a aposentadoria.

E no terceiro grupo, também sete famílias deixaram a faixa de até um salário mínimo para a faixa de dois a quatro salários, devido à associação das duas aposentadorias à renda agrícola do lote. Uma família deixou a faixa de um a dois salários mínimos das aposentadorias para a faixa de dois a quatro salários, devido ao acréscimo da renda agrícola. Já as quatro famílias que permaneceram na faixa de um a dois salários mínimos não obtiveram renda agrícola, pois não exploram comercialmente o lote, cultivam apenas para a subsistência.

Portanto, o principal fator responsável pelo aumento da renda familiar é a aposentadoria de um ou dois membros da família, pois de um modo geral, a renda advinda da atividade agrícola permaneceu a mesma.

Entretanto, considerando que a aposentadoria não é a solução desejada para aumentar a renda, a pluriatividade pode ser uma boa opção para as famílias em idade ativa, devido a pequena produção do lote e a sazonalidade de oferta de trabalho agrícola nas propriedades vizinhas a Vila Rural, que ocorre principalmente no período da colheita do café. Ressalta-se assim, a necessidade de promover uma exploração agrícola adequada do lote, o que associado a outras formas de ocupação, sobretudo não agrícola, pode aumentar efetivamente a renda das famílias.

g) Beneficiários do Programa Federal Bolsa Família:

Da mesma forma que as aposentadorias, as políticas de transferência de renda são, em alguns casos, responsáveis por uma significativa parte da renda familiar.

TABELA 16 - VALORES DECLARADOS QUANTO AO BENEFÍCIO RECEBIDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

FAMÍLIAS	VALORES (R\$)	FAMÍLIAS	VALORES (R\$)
1.	150	5.	102
2.	102	6.	134
3.	132	7.	160
4.	116	8.	70

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Na Vila Rural Povo Irmão, oito (20,5%) famílias são atendidas pelo Programa Federal Bolsa Família. No entanto, os valores declarados diferem muito. Variando de 70 a 160 reais, sendo o valor médio de 120 reais. As famílias 1 e 2 correspondem ao grupo que possuem um membro aposentado (Família 1: avô; Família 2: avó), já as demais não contam com nenhuma aposentadoria no conjunto da renda familiar. Assim, para os últimos, o benefício do programa Bolsa Família é mais relevante, visto que também, apenas uma das famílias é pluriativa, as outras dependem exclusivamente da renda advinda da atividade agrícola, dentro e fora do lote.

h) Forma de aquisição dos lotes pelos seus atuais moradores e famílias remanescentes do processo de criação da Vila Rural:

Após 11 anos da criação da Vila Rural, percebe-se que o percentual de famílias pioneiras ainda é significativo. Das 39 famílias entrevistadas, mais da metade (56,4%) estão na Vila Rural desde 2001.

TABELA 17 - FORMA DE AQUISIÇÃO DOS LOTES PELOS SEUS ATUAIS MORADORES

TIPOS DE AQUISIÇÃO DOS LOTES	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Famílias pioneiras (remanescentes do período de criação da vila)	22	56,4
Segunda família (aquelas que “compraram” o lote dos moradores pioneiros)	8	20,5
Terceira família (aquelas que “compraram” o lote dos segundos moradores)	8	20,5
Quarta família (aquelas que “compraram” o lote dos terceiros moradores)	1	2,6
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Entre os 17 moradores atuais que compraram o lote e assumiram as prestações do financiamento, percebe-se que as primeiras vendas começaram a

ocorrer a partir de 2004 e as mais recentes ocorreram a menos de um ano. Os valores declarados variaram entre R\$ 4.500,00 a R\$ 60.000,00.

Percebe-se uma crescente valorização dos lotes. Além disso, estão a venda hoje três lotes, nos valores de R\$ 70.000, 00; R\$ 65.000,00 e R\$ 80.000,00, os motivos alegados nos dois primeiros casos são de que os moradores, dois aposentados que residem sozinhos na vila, já estão em idade avançada e têm problemas de saúde, tendo, desse modo, dificuldades para cuidarem do lote em que produzem café. O último caso trata-se de um lote que atualmente está abandonado e cujo proprietário reside em São Paulo. Nos três casos, não se trata-se de moradores pioneiros, mas que já compraram seus lotes dos primeiros moradores.

É importante ressaltar que, de acordo com Cavalcanti (2009), inicialmente, eram proibidas as vendas dos lotes, no entanto, devido a existência de muitos casos, os dirigentes das Vilas Rurais decidiram permitir a comercialização dos lotes, porém, somente a partir do momento em que os mesmos estivessem quitados. No entanto, o caso da Vila Povo Irmão mostra que essa determinação não tem sido cumprida.

TABELA 18 – DATA E VALORES DECLARADOS QUANTO A COMPRA DOS LOTES

ANO DA COMPRA	VALORES (R\$)	DATA DA COMPRA	VALORES (R\$)
2004	Não lembra.	2005	15.000,00
2005	12.000,00	3. 2005	18.000,00
2006	11.500,00	2006	11.000,00
2007	12.000,00	2007	19.000,00
2008	35.000,00	2011	35.000,00
2011	46.000,00	2011	4.500,00
2012	55.000,00	2012	39.000,00
2012	50.000,00	2012	32.000,00
2012	60.000,00	-----	-----

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

i) Formas de ocupação antes da adesão ao Programa Vilas Rurais:

No que se refere ao público prioritário do Programa Vilas Rurais, ou seja, os trabalhadores rurais volantes ou bóias-frias, constatou-se que o objetivo de assentar preferencialmente esse tipo de trabalhador não se cumpriu na Vila Rural Povo Irmão, onde a maioria dos beneficiários (48,7%) trabalhavam como meeiros na produção de café e uva. Somente 20,5% dos beneficiários atuais são trabalhadores rurais volantes.

TABELA 19 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS - GERAL

TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Trabalho agrícola (meeiro)	11	28,2
Trabalho agrícola (meeiro e diarista)	8	20,5
Trabalho agrícola diarista (bóia fria)	8	20,5
Trabalho assalariado no campo	3	7,7
Trabalho assalariado ou autônomo no meio urbano	6	15,4
Aposentado que vivia no meio urbano	3	7,7
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

No entanto, é importante separar o grupo dos moradores pioneiros do grupo formado por aqueles que compraram os lotes dos primeiros.

TABELA 20 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS

TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Trabalho agrícola (meeiro)	8	36,4
Trabalho agrícola (meeiro e diarista)	5	22,7
Trabalho agrícola diarista (bóia fria)	5	22,7
Trabalho assalariado no campo	3	13,6
Trabalho assalariado ou autônomo no meio urbano	1	4,6
Aposentado que vivia no meio urbano	0	00
TOTAL	22	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

TABELA 21 – OCUPAÇÃO DA FAMÍLIA ANTES DA ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – MORADORES QUE COMPRARAM LOTES DOS BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS

TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Trabalho agrícola (meeiro)	3	17,6
Trabalho agrícola (meeiro e diarista)	3	17,6
Trabalho agrícola diarista (bóia fria)	3	17,6
Trabalho assalariado no campo	0	00
Trabalho assalariado ou autônomo no meio urbano	5	29,6
Aposentado que vivia no meio urbano	3	17,6
TOTAL	17	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Com essa divisão de grupos é possível notar que os meeiros representam a categoria atendida prioritariamente na Vila Povo Irmão, uma vez que, entre os

moradores pioneiros, representam 59,1%. Por sua vez, os trabalhadores rurais volantes representam 22,7 %.

No grupo de atuais moradores que compraram seus lotes do primeiro grupo, observa-se que o percentual de trabalhadores assalariados ou autônomos do meio urbano (29,6%) é significativo, contudo, a categoria predominante ainda é a de meeiros (35,2%).

Essa característica de atendimento mostra por um lado que, em Japira o Programa Vilas Rurais não atendeu prioritariamente aos trabalhadores rurais volantes, um dos objetivos do programa, mas por outro lado, levou em conta as características sociais locais, pois há muitos meeiros entre os trabalhadores rurais do município, que assim como os bóias-frias, não possuem casa própria, principal motivo alegado para a adesão ao programa.

Enfim, nesse caso o Programa Vilas Rurais não foi excludente, característica apontada por Fernandes e Ponte (2002), pois beneficiou tanto trabalhadores rurais volantes quanto meeiros, trabalhadores assalariados do campo e ainda um trabalhador urbano (pedreiro), mas que no passado havia trabalhado como meeiro na lavoura de café.

No entanto, é preciso ressaltar que, de acordo com os vileiros, os dois lotes, cujos proprietários nunca residiram na Vila Rural, pertencem justamente a meeiros que trabalham e residem em fazendas da região. Verificou-se que essas famílias plantaram café no lote, o que confere uma renda extra ao trabalho como meeiro, contudo, pelo fato de que nunca terem morado na vila, mostra que o programa teria sido mais eficaz em melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais se atendesse famílias que ocupassem, de maneira efetiva, os lotes. Se o grande objetivo do programa é oferecer condições dignas de moradia, é incoerente atender famílias que não pretendem residir na Vila Rural.

Interessante destacar que, através das entrevistas, verificou-se que uma grande parte dos moradores da Vila Rural Povo Irmão, antes da adesão ao programa, trabalhava em fazendas (Fazenda Ouro Branco, Fazenda Nova Japira e Fazenda do Nhõ) que pertenciam ao então prefeito e familiares e, que posteriormente, foram vendidas. Será que esse fato, de algum modo, pode ter influenciado a seleção dos beneficiários da Vila Rural? Enfim, coincidência ou não, o fato é que a gratidão que esses moradores expressam por tal figura política é significativa, parecem até esquecer e, em alguns casos, mesmo não saber, que as

Vilas Rurais correspondem a um programa do governo estadual e que seus lotes não são presentes da prefeitura, mas um bem que deve ser pago.

j) Motivos para a adesão ao Programa Vilas Rurais:

Verificou-se, entre os moradores originais remanescentes, que o principal motivo alegado pelas famílias para a adesão ao Programa Vilas Rurais é a aquisição da casa própria (63,6%). Para essas famílias o tamanho dos lotes não é um problema, visto que seu principal objetivo com o programa é a moradia e não a produção agrícola. Assim, como aponta Graziano da Silva (1999), dentro do Novo Rural, as propriedades rurais tendem a perder sua função produtiva, restringindo-se a ser locais de moradia e, por conseguinte, de reprodução das famílias rurais. Trata-se, portanto, de um público que não demanda um programa tradicional de reforma agrária.

Apenas uma família desse grupo declarou que possuía casa própria na cidade antes da adesão ao programa, no entanto, a mesma era alugada enquanto a família residia no meio rural e trabalhava como meeiro na lavoura de café.

TABELA 22 – MOTIVOS ALEGADOS PARA A ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS

TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Casa própria	14	63,6
Terra para cultivar	4	18,2
Casa própria e terra para cultivar	4	18,2
Qualidade de vida (tranquilidade do campo)	0	00
TOTAL	22	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Por sua vez, entre os moradores que adquiriram os lotes posteriormente, observa-se que o principal motivo é a busca por qualidade de vida (41,2%). Entre eles existem três famílias de aposentados, três de trabalhadores assalariados e autônomos urbanos e uma família de trabalhador rural volante. Ressalta-se que

essas sete famílias já possuíam casa própria no meio urbano, mas optaram por trocá-las pela vida na Vila Rural. A única família que alegou como motivo para a adesão à Vila Rural, a proximidade da mesma ao núcleo urbano, era proprietária de um sítio no município vizinho (Pinhalão), mas que se localizava muito longe da sede municipal.

TABELA 23 – MOTIVOS ALEGADOS PARA A ADESÃO AO PROGRAMA VILAS RURAIS – MORADORES QUE COMPRARAM LOTES DOS BENEFICIÁRIOS ORIGINAIS

TIPOS DE OCUPAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Casa própria	4	23,5
Terra para cultivar	0	00
Casa própria e terra para cultivar	5	29,4
Qualidade de vida (tranquilidade do campo)	7	41,2
Proximidade ao núcleo urbano	1	5,9
TOTAL	17	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

k) Pagamento do financiamento a COHAPAR e valor médio das parcelas:

Verificou-se que a maioria das famílias está com suas prestações em dia (77%) e que o valor das parcelas varia entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00. Apenas quatro famílias declararam pagar mais que isso, correspondendo aos valores de R\$ 62,00; R\$ 64,00; R\$ 78,00 e R\$ 79,00.

Os dois casos em que o financiamento já foi quitado correspondem a famílias cujo beneficiário faleceu e o outro se aposentou devido a problemas cardíacos.

TABELA 24 – SITUAÇÃO DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO DA COHAPAR

SITUAÇÃO DO FINANCIAMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Pagamento em dia	30	77
Pagamento atrasado	7	18
Financiamento quitado	2	5
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

I) Ampliação e número de casas nos lotes:

Uma das críticas realizadas ao Programa Vilas Rurais é o tamanho da casa, de aproximadamente 44 m². De fato, além da divisão interna, pois a COHAPAR entrega as casas sem nenhuma divisão, a maioria dos moradores (77%) ampliou sua residência (vide FIGURAS 17e 18).



FIGURA 17 – CASA ORIGINAL DA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)



FIGURA 18 – CASA AMPLIADA DA VILA RURAL
FONTE: O autor (2013)

Desse modo, a necessidade de ampliação da área de moradia tanto pode ser considerada um aspecto negativo do programa, se considerarmos que o Estado deve prover tudo do bom e do melhor, ou um aspecto positivo, na perspectiva de que o papel do Estado é somente oferecer o suficiente para uma existência digna e criar condições para que os indivíduos progridam na vida com seu próprio esforço. O fato de que as ampliações foram custeadas pelos próprios moradores comprova que os lotes oferecem possibilidades de complementação da renda familiar com atividades agrícolas.

De acordo com o IPARDES (2006,) o número de famílias que realizaram alteração, ampliação ou reforma em suas casas aumentou de 17,7%, em 1999, para cerca de 50%, em 2005, refletindo o investimento da família na melhoria da moradia. Assim, essa tendência também foi verificada nesse estudo de caso.

TABELA 25 – FAMÍLIAS QUE AMPLIARAM SUA CASA NA VILA RURAL POVO IRMÃO

SITUAÇÃO ATUAL DA CASA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Casas ampliadas	30	77
Casas com área original	9	23
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Pesquisas como a de Cavalcanti (2009), têm mostrado que é muito comum, nas Vilas Rurais, a construção de novas casas para abrigar familiares, sobretudo

filhos que se casam e constroem uma nova família. Na Vila Rural Povo Irmão verificou-se que tal situação ocorre somente em quatro lotes. No primeiro caso temos um lote com três casas, uma para a família beneficiária do programa e as demais para o filho e filha que formaram novas famílias. Nos demais tem-se a presença de duas casas por lote: uma casa que abriga a família beneficiária do programa e outra que pertence a um filho; uma casa que abriga a família beneficiária do programa e outra onde mora a mãe do proprietário e, por fim, uma casa que abriga a família beneficiária do programa e outra em que residem três irmãos do proprietário do lote. Essa situação mostra que as Vilas Rurais beneficiaram mais pessoas do que se previa inicialmente. Todavia, isso implica destinar o terreno só para moradia, deixando-se de lado a produção agrícola complementar.

m) Melhorias na qualidade de vida da família com a adesão ao programa:

As famílias também foram questionadas a respeito de quais dos itens observaram melhorias com a vida na Vila Rural. Constatou-se que para mais de 90% das famílias houve melhoras nas condições de habitação e, para 80%, a proximidade da vila com a sede municipal melhorou o acesso a serviços de saúde e educação. Para aproximadamente 70% das famílias a alimentação e as condições de segurança também melhoraram.

Souza (2000) mostra que a melhora das condições de habitação é um dos principais benefícios do programa, mas também assinala que a longa distância de certas vilas em relação à cidade é um dos problemas enfrentados pelos vileiros. No caso da Vila Rural Povo Irmão, a distância em relação a sede municipal não é um problema, mas um benefício.

TABELA 26 – MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS – ITENS

ITENS ONDE HOVE MELHORA	NÚMERO DE MENSURAÇÕES	PERCENTUAL ENTRE AS 39 FAMÍLIAS (%)
Habitação	36	92
Alimentação	28	72
Acesso a serviços de saúde e educação	31	80
Segurança	29	74

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

n) Acesso a bens: veículos, telefonia e internet:

Verificou-se que praticamente 90% das famílias possui pelo menos um aparelho celular e, cerca de 60% possui carro ou carro e moto. A presença desses bens, sobretudo os automóveis, indica que as famílias da Vila Rural conseguem uma renda, dentro e fora do lote, suficiente para a sobrevivência e ainda para a aquisição de bens materiais.

Por sua vez, apenas três famílias declararam possuir acesso a internet.

TABELA 27 – MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS – BENS

BENS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL ENTRE AS 39 FAMÍLIAS (%)
Um carro	20	51,3
Um carro e uma moto	4	10,2
Telefone celular	35	89,7
Acesso a internet	3	7,7

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

o) Avaliação do Programa Vilas Rurais pelos beneficiários e satisfação dos beneficiários com o tamanho do lote:

Inquiridas sobre o Programa Vilas Rurais, mais de 90% das famílias respondeu considerá-lo um programa bom e ótimo. As justificativas apresentadas para essa avaliação são as facilidades para a aquisição da casa própria, a aquisição de um pedaço de terra para o cultivo, a proximidade a sede municipal e a segurança e tranquilidade também foram mencionados por muitas famílias, sendo que o motivo alegado com maior frequência foi a aquisição da casa própria, apontado por todas as famílias entrevistadas.

Por sua vez, as três famílias que avaliaram o programa como regular, apesar de afirmarem a sua importância como meio de aquisição de moradia própria, justificaram sua opinião devido ao problema de abastecimento de água, a falta de assistência governamental e ao tamanho do lote.

TABELA 28 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA VILAS RURAIS

CATEGORIAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Ruim	0	0,0
Regular	3	7,7
Bom	24	61,5
Ótimo	12	30,8
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

Em relação à satisfação com o tamanho do lote, cerca de 85% das famílias afirmou estar satisfeita e apenas 15% manifestou o desejo de possuir mais terras para a prática agrícola. As causas apontadas para essa satisfação são a idade avançada para trabalhar, caso dos aposentados e as formas de ocupação agrícola e não agrícola fora do lote.

Essa informação contradiz as críticas em relação ao tamanho dos lotes, uma vez que um público que não deseja ter terras, a ponto de sobreviver apenas da prática agrícola, não pode ser o mesmo para o qual se destina um programa tradicional de reforma agrária. Assim, o Programa Vilas Rurais é mais adequado para atender as necessidades desses trabalhadores.

Autores como Fernandes e Ponte (2002) criticam o programa, acusando-o de não ser uma reforma agrária de verdade, justamente por conta do tamanho dos lotes, entretanto, é preciso considerar os benefícios que outras políticas podem trazer para os moradores do meio rural, uma vez que, nem todas essas pessoas se identificam com a produção agrícola, mas buscam uma nova estratégia de sobrevivência, sem no entanto, deixar de viver no campo.

TABELA 29 – SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM O TAMANHO DO LOTE

NÍVEL DE SATISFAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Satisfeito com o tamanho do lote	33	84,6
Gostaria que o lote fosse maior	6	15,4
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

p) Expectativas das famílias:

Em relação às expectativas da família, verificou-se que a maioria (82%) pretende continuar morando na Vila Rural. Só uma família (beneficiária original) manifestou a intenção de adquirir uma propriedade maior para a prática agrícola.

Por sua vez, no grupo dos que desejam mudar-se para o meio urbano, as razões alegadas são: a idade avançada e problemas de saúde que dificultam o trabalho agrícola e a maior oferta de empregos na cidade pelas três famílias que compraram seus lotes dos beneficiários originais; já as três famílias de beneficiários originais que pretendem se mudar para a cidade alegam problemas de saúde e idade avançada, fatores que dificultam o trabalho no lote.

Essas intenções demonstradas pelos beneficiários do programa fortalecem a ideia de que um programa tradicional de reforma agrária não seria adequado para essas famílias.

TABELA 30 – PRETENSÃO DA FAMÍLIA

PRETENSÕES	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL (%)
Continuar residindo na Vila Rural	32	82
Mudar-se para o meio urbano	6	15,4
Adquirir uma propriedade maior para aumentar a produção agrícola	1	2,6
TOTAL	39	100

FONTE: PESQUISA DE CAMPO (JANEIRO DE 2013)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscou-se discorrer sobre os conceitos de desenvolvimento rural e sobre a própria definição do meio rural. Essas discussões foram necessárias para a análise do Programa Vilas Rurais, objeto central desse estudo.

Observou-se, inicialmente, que o conceito de desenvolvimento rural sofreu alterações ao longo do tempo. De uma abordagem que associava o desenvolvimento rural diretamente à modernização das técnicas de produção e aos ganhos de produtividade, como no contexto do pós-guerra, quando as entidades de extensão rural exerciam importante papel na disseminação de tecnologia no campo, passe-se, no período seguinte, sobretudo a partir das décadas de 80 e 90, a uma abordagem que visava o combate à pobreza no meio rural, e mais recentemente, se consolidam novas abordagens, tais como a valorização das questões ambientais e da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. A introdução do enfoque territorial também se apresenta como uma inovação nas políticas de desenvolvimento rural, no entanto, esta tem se feito muito mais no âmbito do discurso do que na prática.

Percebe-se assim, que as políticas de desenvolvimento rural deixam de estar associadas exclusivamente às atividades agrícolas, sendo que essas mudanças de enfoque se devem às próprias alterações pelas quais o espaço rural tem passado.

O meio rural não é mais apenas o local da produção agropecuária, novas funções estão sendo estabelecidas resignificando esse espaço. Essas funções incluem a prestação de serviços e até mesmo a moradia. Além disso, a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas torna-se cada vez mais significativa, ou seja, a pluriatividade se consolida como estratégia de sobrevivência e reprodução das famílias rurais.

Diante desse quadro, torna-se mais apropriado pensar na existência de um *continuum* rural-urbano, do que em uma clara distinção entre esses espaços.

Para acompanhar essa tendência de transformações, muitos desafios se impõem às políticas públicas, de modo que, o desenvolvimento rural necessita adequar-se para se tornar verdadeiramente eficaz nesse novo contexto.

Dessa forma, a ideia de assentamento planejado das Vilas Rurais aparece como uma estratégia de intervenção no espaço rural, de modo a oportunizar, a determinado segmento de trabalhadores, uma nova relação com o campo, onde a produção agrícola deixa de ser o centro dessa relação e onde a pluriatividade se estabelece como ferramenta para o desenvolvimento, este entendido como a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Assim, o Programa Vilas Rurais pode ser caracterizado como uma política inovadora para o meio rural, uma alternativa para atender um novo segmento social que vive no campo, mas que não exerce somente atividades de produção agrícola, grupo esse que também não se adequaria a um programa tradicional de reforma agrária, e que, portanto, necessita de outro tipo de política.

Portanto, o fato do Programa Vilas Rurais não poder ser considerado um verdadeiro programa de reforma agrária, característica que o levou a ser alvo de diversas críticas, é um ponto positivo do mesmo, uma vez que é mito pensar que a reforma agrária é a solução para todos os problemas do meio rural, sobretudo para a pobreza.

Como mostra o caso da Vila Rural Povo Irmão, no município de Japira, as Vilas Rurais podem ser locais de promoção do desenvolvimento, pois oportunizam melhores condições de moradia e a possibilidade de complementação da renda familiar, reduzindo as situações de risco social pelo qual muitas famílias passam, devido às vulnerabilidades a que estão expostas no meio rural.

No caso específico do município de Japira é possível promover uma discussão de resultados e viabilidade entre o Programa Nacional de Reforma Agrária e o Programa Vilas Rurais, uma vez que, também já foi realizado um estudo sobre um assentamento de reforma agrária na referida localidade, trata-se do Projeto de Assentamento Marimbondó, analisado em pesquisa de Zafalon (2009) e Diniz Filho; Zafalon (2011).

Inicialmente pode-se comparar a área utilizada nos dois casos. A Vila Rural Povo Irmão apresenta uma área de 31,46 hectares (ha), ou seja, 314.600 m², onde estão assentadas 46 famílias em lotes de 5.283,15 m² em média, enquanto que o P.A. Marimbondó, contempla 73 famílias em uma área de 1.215,2 hectares (ha), ou seja, 12.152.000 m², sendo que os lotes possuem, em média, 14 ha. Considerando que 1 ha corresponde a 10.000 m², temos que, enquanto na Vila Rural as famílias possuem uma pouco mais de meio hectare de terras, no assentamento essa área é

cerca de 28 vezes maior. Ressalta-se que, os dois locais apresentam solo de boa qualidade e relevo adequado à prática agrícola.

Apesar dessa grande diferença em termos de área de exploração, verificou-se que a renda das famílias não é muito diferente. Assim, observa-se que, mesmo explorando uma área muito superior, 45,6% dos assentados do P. A. Marimbondo declararam possuir renda de até dois salários mínimos. Por sua vez, entre os moradores da Vila Povo Irmão, esse índice é de aproximadamente de 74%.

Porém, é preciso considerar a importância que a renda advinda de aposentadorias e de programas sociais, como o Bolsa Família, exerce na renda dessas famílias. Desse modo, entre os assentados verificou-se a presença de aposentadorias e benefício do Bolsa Família entre 73,9% das famílias, sendo que desse total 36,9% possuem apenas aposentadorias, 19,6% possuem apenas o benefício do Bolsa Família e 17,4% possuem ambos. Já entre os vileiros, observou-se que 58,9% das famílias contam a aposentadoria na soma da renda familiar, desses 25,6% apresentam apenas um membro aposentado e 33,3% apresentam dois membros aposentados na família. Quanto ao benefício do programa Bolsa Família, este encontra-se presente entre 20,5% das famílias. Já as famílias que somam a aposentadoria com o Bolsa Família representam apenas 5,1%.

Outra variável importante em termos de renda é a presença da pluriatividade. Desse modo, verificou-se que esse fenômeno está presente entre 32,6% dos beneficiários do assentamento e entre 20% dos beneficiários da Vila Rural. No caso do P. A. Marimbondo a pluriatividade manifesta-se através de empregos urbanos que alguns membros das famílias possuem e através da presença de uma atividade de comércio e prestação de serviço (lazer), trata-se de uma família que construiu um “Pesque Pague” em seu lote, de modo que, a renda familiar resulta tanto da atividade agropecuária (agrícola) quanto da atividade não agrícola, como a venda de peixes e demais produtos, visto que foi montada uma lanchonete na propriedade, funcionando durante toda a semana. Por sua vez, na Vila Povo Irmão a pluriatividade está presente através da combinação da atividade agrícola com o trabalho assalariado urbano e com o trabalho autônomo.

Portanto, em termos de renda, não há uma diferenciação significativa entre os beneficiários do assentamento e da Vila Rural, sendo que a presença de aposentadorias constitui uma variável significativa em ambos os casos, porém ainda

mais importante no caso do assentamento, local onde também a renda advinda do Programa Bolsa Família é mais relevante.

A pequena diferença de renda média nos dois locais pode estar associada ao maior número de aposentados e de beneficiários do Bolsa Família, ao maior índice de famílias pluriativas, bem como ao próprio tamanho dos lotes que possibilita uma produção maior no assentamento. No entanto, se considerarmos a grande diferença entre a área explorada em atividades agrícolas, a renda média dos assentados deveria ser consideravelmente maior que a renda média dos vileiros. Além disso, em relação a renda *per capita*, os dois locais se aproximam ainda mais, visto que enquanto na Vila Rural a média de membros das famílias é de 3,1 pessoas, no assentamento esse índice é de em média 4,4 pessoas por família.

Outro dado relevante para essa comparação é o percentual de evasão. Tal índice alcança 60,9% no P. A. Marimbondo, enquanto na Vila Povo Irmão atinge 43,6%.

Ressalta-se que não é objetivo dessa pesquisa comparar o Programa Nacional de Reforma Agrária com o Programa Vilas Rurais, mas apenas uma unidade de cada um dos programas, de modo a avaliar qual dos dois teve resultados melhores em Japira, e não os resultados de ambos, em termos gerais.

Portanto, no caso específico do município de Japira, pode-se afirmar que o Programa Vilas Rurais alcançou melhores resultados, visto que, por meio de uma via não conflitiva e com menores custos, alcançou resultados semelhantes à reforma agrária e atendeu melhor os beneficiários, visto que o índice de evasão foi menor na Vila Rural.

Assim, o exemplo do município de Japira permite considerar que os moradores do Novo Rural demandam políticas que devem ir além da produção agrícola, talvez tenha chegado o momento de se repensar a viabilidade dos programas tradicionais de reforma agrária nesse novo cenário.

Dessa maneira, também ressurgem a indagação entre a viabilidade e resultados dessas políticas no atual cenário rural. Será que o rural que se configura na atualidade ainda necessita realmente de um programa de reforma agrária ou de programas inovadores que enfoquem as novas funções do espaço rural?

Certamente não se pode negar que, no atual contexto, políticas de desenvolvimento rural que se preocupem somente com a produção agropecuária não serão bem sucedidas, pois o rural não é apenas sinônimo de agrícola, de modo

que o Programa Vilas Rurais pode ser considerado uma política inovadora por trazer essa concepção.

Apesar de apresentar problemas, tais como a instalação de Vilas Rurais em áreas impróprias para o cultivo e distantes das sedes dos municípios, o programa Vilas Rurais trouxe benefícios, sobretudo a melhoria das condições de moradia das famílias.

As Vilas Rurais foram concebidas para se tornarem um local típico das ocupações pluriativas, onde a renda principal deveria vir do trabalho remunerado fora da vila e, por sua vez, a exploração do lote deveria apenas complementar a renda e a alimentação das famílias. No entanto, como essa condição não se concretizava, tendo em vista a redução do emprego agrícola, entre 1997 e 1998 o programa foi reorientado para a exploração ativa do lote, ou seja, o lote passou a ser visto como um empreendimento (IPARDES, 2000).

Para Souza (2000) o principal erro do programa é justamente incentivar demais a exploração agrícola do lote, quando na verdade, a chave para o sucesso das Vilas Rurais seria incentivar a pluriatividade.

Não se pode negar que a pluriatividade pode ser uma ferramenta importante, pois, como já apontado no relatório do IPARDES (2000, p. 13), “significa diversificação das fontes de renda, garantindo ocupação no setor de serviços nos períodos de menor demanda por trabalho rural”. No entanto, se explorado adequadamente, o lote das Vilas Rurais pode auferir uma renda agrícola significativa para as famílias, como é o caso do morador da Vila Rural Povo Irmão que prevê safra de aproximadamente 150 sacas de café nesse ano.

Desse modo, as dificuldades na geração de renda nas Vilas Rurais, tanto pode ser amenizada com o incentivo as atividades pluriativas, como propõe Souza (2000), quanto através da exploração adequada do lote. Nesse sentido, a participação das entidades de extensão rural é fundamental para orientar e mesmo capacitar os beneficiários, pois enquanto trabalhadores rurais volantes e mesmo como meeiros, esses trabalhadores nem sempre estão acostumados a tomarem decisões e administrarem um negócio próprio.

Toma-se como exemplo a Vila Rural Povo Irmão, apesar de já terem trabalhado com a lavoura de café, seja como meeiro ou diarista agrícola, poucos moradores cuidam adequadamente de suas plantações, como resultado a produção é baixa. E apesar de reclamarem da falta de recursos para a compra de insumos,

não aderem ao PRONAF Custeio por insegurança e desconhecimento em relação a adesão a esse sistema de crédito. Isso mostra que não é o fato de ser mão de obra da atividade agrícola que torna esse trabalhador apto a administrar um negócio próprio, por menor que possa ser seu lote de terras, variável que dificulta ainda mais a inclusão desses trabalhadores em projetos tradicionais de reforma agrária.

Assim, para que os lotes se tornem verdadeiros empreendimentos nas Vilas Rurais é fundamental uma participação ativa das entidades de extensão rural, orientando os vileiros na escolha da opção mais viável de exploração, de acordo com o potencial de cada região, na aplicação correta do crédito rural e na capacitação dos indivíduos.

Há que se ressaltar, no entanto, que a pluriatividade nas famílias pode se manifestar através da combinação entre a exploração agrícola do lote com empregos não agrícolas de baixa qualificação e remuneração, assim, é necessário promover a qualificação desses trabalhadores tanto para o exercício das atividades agrícolas quanto para as não agrícolas.

Conclui-se assim que, apesar de melhorar as condições de vida dos beneficiários, o Programa Vilas Rurais não foi capaz de promover um aumento significativo na renda das famílias. Esse objetivo tanto pode ser alcançado através do incentivo a exploração agrícola adequada dos lotes quanto através da combinação dessa atividade com outra de caráter não agrícola, ou seja, através da pluriatividade.

Após a implantação da vila, os moradores não podem ser abandonados a própria sorte, enfrentando problemas diversos, como é o caso da deficiência no abastecimento de água na Vila Rural Povo Irmão. Essas famílias necessitam de orientação e acompanhamento técnico na gestão de seus lotes, desse modo, a atuação efetiva do serviço de extensão é essencial para tornar essa política eficaz na promoção do desenvolvimento rural.

Para Fernandes e Ponte (2002, p. 125), “o Programa Vila Rural é uma medida paliativa e menos complexa que a implantação de assentamentos rurais, mas que na verdade não atende às necessidades básicas dos trabalhadores rurais”. Se implantadas adequadamente, as Vilas Rurais são tão complexas quanto os assentamentos, necessitando de acompanhamento técnico constante e permanente e, considerando que muitas famílias que aí vivem não desejam viver exclusivamente da prática agrícola, explorando lotes maiores, é possível concluir que as Vilas Rurais

podem sim atender às necessidades dos trabalhadores rurais, gerando benefícios semelhantes e com um custo econômico e político muito menor do que os assentamentos de reforma agrária.

É provável que surjam questionamentos a respeito do enquadramento do Programa Vilas Rurais na esfera das políticas de desenvolvimento rural. Tal crítica poderá ser justificada com base no público alvo desse programa, ou seja, por atender a um grupo de trabalhadores rurais com residência na cidade, ou mesmo trabalhadores urbanos, o mesmo não poderia ser associado ao desenvolvimento rural. No entanto, é preciso considerar que no cenário do novo rural, perspectiva defendida nesse trabalho, o atendimento a um público que não esteja estritamente vinculado as atividades agrícolas e que possa ter interesse no campo apenas com a finalidade de moradia, é perfeitamente cabível.

Também há que se considerar que mesmo nos grupos envolvidos no movimento de luta pela terra, há trabalhadores urbanos, e esse fato não torna o programa de reforma agrária um programa de cunho urbano, então por que o fato das vilas rurais também atenderem a trabalhadores urbanos o desqualifica como programa de desenvolvimento rural?

Além disso, para os críticos da modernização agrícola devido ao esvaziamento do campo, é possível considerar que o deslocamento de um grupo de trabalhadores residentes no meio urbano para o campo, pode significar o reavivamento social do rural, conferindo a esse espaço novos significados. Por fim, é relevante que questionamentos a respeito das próprias definições de rural e urbano sejam considerados. Em municípios cuja economia e a dinâmica social sejam fortemente vinculadas ao modo de vida rural, não é o fato do trabalhador residir na sede do município que o torna urbano. No próprio caso do município de Japira, verifica-se que toda a sua dinâmica é definida a partir do meio rural. Também é possível questionar até que ponto a sede desse município, que apresenta infraestrutura precária, não sendo atendida sequer por saneamento básico, pode ser definida como urbana. Será que por atender a um trabalhador rural volante com residência na periferia dessas sedes municipais, cujas características de infraestrutura são tão precárias quanto no campo, o Programa Vilas Rurais não representa melhorias para a dinâmica do espaço rural? Como em um contexto onde as esferas econômicas e sociais do município sejam baseadas no modo de vida rural o Programa Vilas Rurais não pode ser considerado um programa de

desenvolvimento rural, mas um programa de cunho urbano? De fato, nesse cenário, o Programa Vilas Rurais não pode estar associado ao meio urbano, mas sim, ao rural, pois é esse meio que confere identidade e dinamismo econômico aos pequenos municípios.

De acordo com Ponte (2004), em termos de políticas de desenvolvimento rural, é importante considerar tanto o campo quanto aquelas cidades que apresentam relações típicas do rural. Isso significa que o fundamental é que se priorizem as relações e características de cada lugar, pois, mesmo sendo definida como urbana, uma cidade pode não necessitar, necessariamente, de políticas urbanas.

Talvez a causa dessa desconfiança e pessimismo por parte de muitos pesquisadores em relação às Vilas Rurais deve-se ao fato de acreditarem que todos os trabalhadores rurais que não possuem uma propriedade ainda se encaixam no perfil da reforma agrária. É preciso aceitar que novos significados estão sendo atribuídos ao espaço rural e, por consequência, novos sujeitos passam a ocupar esse espaço. Desse modo, políticas diferenciadas precisam ser pensadas, e o Programa Vilas Rurais pode ser uma importante estratégia nesse cenário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28. n.1. São Paulo: 1998.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão n. 702), 2000.

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**. São Paulo: 2001.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**. n. 15. p. 87- 112. São Paulo: 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: DF, 2005.

CAVALCANTI, Afonso de Souza. As Vilas Rurais do Paraná: experiência em assentamento planejado. **Diálogos e Saberes**. v. 5, n. 1. p. 81-92. Mandaguari: 2009.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR. **Recursos ajudam a preservar o meio ambiente nos municípios**. 12/01/2012. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/noticias/recursos-ajudam-preservar-o-meio-ambiente-nos-municipios>. Acesso: jan. 2013.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DINIZ FILHO, L. L. **Por uma crítica da geografia crítica**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013, no prelo.

DINIZ FILHO, L. L. ; ZAFALON, Rosana . O PRONAF como política de apoio aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 69-79, 2011.

ESSER, Jovir Vicentini; WADI, Yonissa Marmitt; STADUTO, Jefferson A. Ramundo; SOUZA, Marcelino de. As Vilas Rurais na região oeste do estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. n. 110. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, 2006.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural**. In: NEVES, Delma Pessanha. (Org). **Políticas públicas:**

discussões em transversalidade (Dossiê nº2). Rio de Janeiro: Rede de estudos rurais, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem fronteiras**. v. 3. n. 1. Presidente Prudente: Universidade Estadual de São Paulo, 2003.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. n. 6. Presidente Prudente: 2005.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. PONTE, Karina Furini da. As Vilas Rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Revista Terra Livre**. Ano 18. n. 19. São Paulo: 2002.

FERREIRA, Carlos Roberto Ferreira; SOUZA, Solange de Cássia I. de. A contribuição da parcela do rendimento domiciliar *per capita* “aposentadorias e pensões” para a desigualdade da renda no Brasil, região sul e estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 106, jan./jun. 2004 Curitiba: 2004.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Normas operacionais do Programa Vila Rural**: o Paraná plantou idéias. O Brasil colhe exemplos. Curitiba: 1995.

_____. **Projeto Paraná 12 Meses**: manual operativo. Curitiba: 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. F.; GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C. **O que há de realmente novo no rural brasileiro?**. In: II Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2002, Santa Cruz do Sul. Turismo Rural. Santa Catarina: UNISC, 2002. v. 1. p. 107-112

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista eletrônica Etc..., espaço, tempo e crítica**. v. 2. n. 2. Rio de Janeiro: 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**: famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Projeto Paraná 12 Meses: Avaliação da Atividade Vilas Rurais – Síntese estadual e macrorregional.** Curitiba:IPARDES, 2000.

_____. **Projeto Paraná 12 Meses/Componente desenvolvimento da área social/subcomponente alívio da pobreza no meio rural: Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres.** Curitiba: IPARDES, 2006. 138p.

MARQUES, Lenita Maria; VERDE, Valéria Villa. Avaliação de impacto socioeconômico das atividades comunidades rurais pobres e Vilas Rurais do componente desenvolvimento da área social do projeto Paraná 12 Meses. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** n. 112. Curitiba: 2007.

MARQUES, Patrícia Moreira; CALZAVARA, Oswaldo; GUIMARÃES, Maria de Fátima. O projeto “Paraná 12 meses” em um contexto de desenvolvimento rural sustentável. **Acta Scientiarum.** v. 23. Maringá: 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** v. 15. n. 43. São Paulo: 2001.

NEVES, L. S.; KLEINMAYER, L. A. M.; TOCACH, R. A transição do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. **II Seminário de Sustentabilidade.** Curitiba: 2009.

OLIVEIRA, Jelson. A farsa das Vilas Rurais. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 17. São Paulo: 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/017/17cjelson.htm>. Acesso em: jan. 2013.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera.** n. 4, Presidente Prudente: 2004.

ROCHA, Ana G. P.; PAULA, Ana M. H. de. O uso do conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural. **Desenbahia.** n. 6. 2007.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural. **RIMISP.** n.1, marzo. Santiago/Chile: 2004. 53p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias.** n. 11. Porto Alegre: 2004.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola.** Ano XVI. n. 3. Rio Grande do Sul: 2007.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não grícolas. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul. v.9. n. 3. p. 75-109. Rio Grande do Sul: 2009.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. v. 30. n. 3. Rio Grande do Sul: 2010.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo o rural e o urbano. **Revista da ANPEGE**. v. 7. n. 8. p. 3-11. ago./dez. Fortaleza: 2011.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. v. 7. n. 1. Belo Horizonte: 1997.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

_____. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. In: NEAD. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. v. 1. n. 43. set./dez. São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300005&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em: jan. 2011.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v.19. n.1. Brasília: 2002.

SIQUEIRA, Deis; OSORIO, Rafael. **O conceito de rural**. En: Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires/Argentina: 2001.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000. 32 p.

SOUZA, Marcelino de; GROSSI, Mauro E. Del. **As Vilas Rurais no estado do Paraná: uma política não agrícola com viés agrícola**. Reforma Agrária. p. 61-84. Paraná: 2000.

VEIGA, J. E. da. *et al.* **Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/Nead, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: 2000.

ZAFALON, R. **Análise do desempenho do Pronaf no Projeto de Assentamento Marimbondo Japira – PR.** Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. 86p.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA VILA RURAL
POVO IRMÃO, JAPIRA – PR.

Caracterização da família

Identificação (Nº do lote que ocupa ou família):

Possui mais de uma casa no lote: () Sim () Não

A casa foi alterada (aumento da área): () Sim () Não

É membro pioneiro da Vila Rural? () Sim () Não

Se “não”, sabe quantas famílias já residiram no lote antes? _____

Nº de membros da família residentes no lote: _____

Nº de homens () Nº de mulheres ()

Nº de membros aposentados ou pensionistas: _____

Valor do benefício: _____

Adesão ao Bolsa Família: () Sim () Não

Valor do benefício: _____

A família possui:

() Veículos automotivos () Telefone: () fixo () celular

() Acesso a internet

Ano de adesão ao programa Vilas Rurais: _____

MOTIVO: (emprego, moradia) _____

Residência da família antes da adesão ao programa:

() Rural/ (meeiro, porcenteiro...) () Urbana

Renda média mensal da família antes da adesão a Vila Rural:

- () Até 2 salários mínimos.
- () De 2 a 5 salários mínimos.
- () Acima de 5 salários mínimos.

Atividades econômicas desenvolvidas (agrícola e não agrícola) e principal fonte de renda da família antes da adesão ao programa: (verificar trabalho agrícola como assalariado ou bóia-fria)

Renda média mensal da família atualmente:

- () Até 2 salários mínimos.
- () De 2 a 5 salários mínimos.
- () Acima de 5 salários mínimos.

Sexo, idade, grau de escolarização e ocupação de cada membro atualmente:

O lote da família já foi quitado? Qual foi a principal fonte de recurso utilizado para essa finalidade?

Valor do lote: _____

Valor da parcela: _____

Atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade: () Sim. Quais? () Não

Se “não”, motivos:

- () tamanho do lote
- () falta de recursos financeiros
- () condições físicas impróprias
- () falta de assistência técnica
- () falta de infraestrutura
- () Falta de interesse em realizar atividades agrícolas.

Utilização de mão de obra não familiar:

() SIM () bóia fria () permanente () vizinho da Vila e entorno () NÃO

Atividade agrícola fora da propriedade:

() Sim. Quais? _____ () Não

A maior parte da produção é destinada ao consumo da família ou a venda?

Produção para o auto consumo familiar:

() Horta () Pomar () Criação de animais. Quais? _____

Tem acesso a programas de crédito rural (Pronaf) ? Qual? Se tiver acesso, verificar valores, aplicações desse recurso e resultados.

Atividades não agrícolas desenvolvidas na propriedade: _____

Atividades não agrícolas desenvolvidas fora da propriedade ()

Emprego urbano. Quais? _____

Melhorias na qualidade de vida da família com a adesão ao programa:

() Habitação

() Saneamento (água; esgoto)

() Emprego e renda

() Alimentação

() Acesso a serviços de saúde e educação

() Segurança

() Acesso a bens materiais.

() Outros. Quais? _____

Avaliação do programa Vilas Rurais pelas famílias:

- () Ruim
- () Regular
- () Bom
- () Ótimo

Justificativa da avaliação do programa e sugestões:

A família está satisfeita com o tamanho do lote da Vila Rural ou gostaria de ter mais terras? Justifique.

Expectativas da família:

- () Continuar morando na Vila Rural
- () Mudar-se para a cidade
- () Mudar-se para o campo (propriedade maior para a prática da agricultura)

MOTIVO: _____